



**ÀS URNAS,  
CIDADÃOS!**

*Crônicas 2012 - 2016*



**THOMAS  
PIKETTY**

TRADUÇÃO DE ANDRÉ TELLES





# DADOS DE COPYRIGHT

---

## **SOBRE A OBRA PRESENTE:**

**A PRESENTE OBRA É DISPONIBILIZADA PELA EQUIPE LE LIVROS E SEUS DIVERSOS PARCEIROS, COM O OBJETIVO DE OFERECER CONTEÚDO PARA USO PARCIAL EM PESQUISAS E ESTUDOS ACADÊMICOS, BEM COMO O SIMPLES TESTE DA QUALIDADE DA OBRA, COM O FIM EXCLUSIVO DE COMPRA FUTURA. É EXPRESSAMENTE PROIBIDA E TOTALMENTE REPUDIÁVEL A VENDA, ALUGUEL, OU QUAISQUER USO COMERCIAL DO PRESENTE CONTEÚDO**

---

## **SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:**

**O LE LIVROS E SEUS PARCEIROS DISPONIBILIZAM CONTEÚDO DE DOMÍNIO PÚBLICO E PROPRIEDADE INTELECTUAL DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA, POR ACREDITAR QUE O CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO DEVEM SER ACESSÍVEIS E LIVRES A TODA E QUALQUER PESSOA. VOCÊ PODE ENCONTRAR MAIS OBRAS EM NOSSO SITE: LELIVROS.LOVE OU EM QUALQUER UM DOS SITES PARCEIROS APRESENTADOS NESTE LINK.**

---

**"QUANDO O MUNDO ESTIVER  
UNIDO NA BUSCA DO  
CONHECIMENTO, E NÃO MAIS  
LUTANDO POR DINHEIRO E  
PODER, ENTÃO NOSSA  
SOCIEDADE PODERÁ ENFIM  
EVOLUIR A UM NOVO NÍVEL."**

---



# ÀS URNAS, CIDADÃOS!

CRÔNICAS 2012-2016

THOMAS  
PIKETTY

TRADUÇÃO DE ANDRÉ TELLES



Copyright © 2016, Les Liens qui Libèrent

Publicado mediante acordo especial com Les Liens qui Libèrent em conjunto com seus agente e coagente devidamente designados, L'Autre Agence e Villas-Boas & Moss Agência Literária.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida em nenhum formato, ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem e recuperação de informações sem a permissão por escrito da editora.

TÍTULO ORIGINAL

Aux urnes citoyens! Chroniques 2012-2016

PREPARAÇÃO

Isabela Fraga

Luísa Ulhoa

REVISÃO

Eduardo Rosal

André Marinho

ARTE DE CAPA

Graciela Galup; © Harvard University Press

ADAPTAÇÃO

Julio Moreira | Equatorium Design

REVISÃO DE E-BOOK

Vanessa Goldmacher

GERAÇÃO DE E-BOOK

Intrínseca

E-ISBN

978-85-510-0017-5

Edição digital: 2017

1ª edição

*Todos os direitos desta edição reservados à*

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99 / 3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel. / Fax: (21) 3206-7400

[www.intrinseca.com.br](http://www.intrinseca.com.br)



[intrinseca.com.br](http://intrinseca.com.br)

# *Sumário*

---

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

Prefácio

*Setembro de 2016*

A CSG progressiva *versus* o TVA social

*17 de janeiro de 2012*

Divergências franco-alemãs

*14 de fevereiro de 2012*

Universidades: as mentiras de Sarkozy

*13 de março de 2012*

O vazio sarkozysta

*9 de abril de 2012*

François Hollande: um novo Roosevelt para a Europa?

*7 de maio de 2012*

Única solução: o federalismo

*4 de junho de 2012*

Que tipo de federalismo, e para fazer o quê?

*2 de julho de 2012*

Chega de inércia! Ação, urgente!

*24 de setembro de 2012*

Não acúmulo de mandatos, subsídios: deputados indefensáveis

*22 de outubro de 2012*

O socialismo decorativo

*19 de novembro de 2012*

Merkhollande e a zona do euro: um egoísmo míope

*17 de dezembro de 2012*

Viva a escola na quarta-feira!

*28 de janeiro de 2013*

Eleições italianas: a culpa da Europa

*25 de fevereiro de 2013*

Por um imposto europeu sobre as fortunas

*25 de março de 2013*

As duas mentiras de Jérôme Cahuzac

*22 de abril de 2013*

Mudar a Europa para superar a crise

*17 de junho de 2013*

O crescimento pode nos salvar?

*24 de setembro de 2013*

FMI: mais um esforço!

*21 de outubro de 2013*

Falência silenciosa na universidade

*18 de novembro de 2013*

Da escola à universidade, falta de transparência e desigualdade

*16 de dezembro de 2013*

François Hollande, incorrigível social-trapalhão

*27 de janeiro de 2014*

*Libé*: o que é ser livre?

*24 de fevereiro de 2014*

François Hollande, esse teimoso

*24 de março de 2014*

Sobre a oligarquia nos Estados Unidos

*21 de abril de 2014*

Às urnas, cidadãos!

*19 de maio de 2014*

Do Egito ao Golfo, um barril de pólvora da desigualdade

*16 de junho de 2014*

Sobre o custo exorbitante de ser um país pequeno

*8 de setembro de 2014*

CICE, a verruga de François Hollande

*6 de outubro de 2014*

O capital em Hong Kong?

*3 de novembro de 2014*

O capital segundo Carlos Fuentes

*1º de dezembro de 2014*

2015: alguns choques para sacudir a Europa?

*29 de dezembro de 2014*

Estender a revolução democrática para o restante da Europa

*26 de janeiro de 2015*

Salvar a mídia

*23 de fevereiro de 2015*

O duplo sofrimento das classes populares

*23 de março de 2015*

Devemos sempre pagar nossas dívidas?

*20 de abril de 2015*

Bônus de atividade: uma reforma malograda

*18 de maio de 2015*

Laicidade e desigualdade: a hipocrisia francesa

*15 de junho de 2015*

Por uma Europa aberta

*7 de setembro de 2015*

O capital na África do Sul

*5 de outubro de 2015*

Medidas excepcionais de segurança não bastam

*22-23 de novembro de 2015*

Os poluidores do mundo devem pagar a conta

*28 de novembro de 2015*

Mudar a Europa, agora

*22 de dezembro de 2015*

Sobre a censura à emenda Ayrault-Muet

*31 de dezembro de 2015*

2007-2015: uma recessão interminável

*8 de janeiro de 2016*

Capital e desigualdade na Índia

*17 de janeiro de 2016*

Combater as desigualdades, na França e na Europa

*28 de janeiro de 2016*

O impacto Sanders

*15 de fevereiro de 2016*

Sobre a desigualdade nos Estados Unidos

*18 de fevereiro de 2016*

A Europa está se tornando islamofóbica?

*15 de março de 2016*

Sobre a situação migratória na Europa

*31 de março de 2016*

LuxLeaks, Panama Papers: a hipocrisia europeia

*12 de abril de 2016*

Por um núcleo duro europeu

*14 de maio de 2016*

A Lei Trabalhista: uma grande salada

*2 de junho de 2016*

Repensar o imposto sobre o patrimônio

*12 de junho de 2016*

Notas

Sobre o autor

Conheça outros títulos do autor

Leia também

## *Prefácio*

Setembro de 2016

Este livro reúne minhas crônicas publicadas mensalmente no jornal *Libération* entre janeiro de 2012 e outubro de 2015, e também no *Le Monde*, de novembro de 2015 a junho de 2016, sem qualquer correção ou aprimoramento.<sup>1</sup> Alguns textos envelheceram melhor do que outros, e nem sempre as repetições estão ausentes. De toda forma, espero que o leitor indulgente possa encontrar neles pistas úteis para suas reflexões e deliberações.

O período que temos pela frente apresenta uma forte dimensão eleitoral na França, com não menos do que três eleições primárias ao longo do outono europeu de 2016 (direita, esquerda, ecologistas), seguidas pelos escrutínios presidencial e legislativo na primavera de 2017. O livro aborda amplamente as análises ainda em debate das linhas de governo dos quinquênios Nicolas Sarkozy e François Hollande e, transcendendo os limites do presidencialismo à francesa, dedica seus comentários mais extensos às questões europeias e internacionais. Após a publicação na França, em 2013, de *O capital no século XXI*, tive a sorte de participar de debates sobre a escalada da desigualdade em um grande número de países, do México à Índia, passando por África do Sul, Brasil, Oriente Médio e China. Muitas das crônicas são diretamente inspiradas nessas conversas com estudantes, militantes, leitores, autores, atores da sociedade civil e do mundo econômico, cultural e político.

Na França, como em qualquer outro país, o engajamento político não se resume às eleições. A democracia repousa acima de tudo no confronto permanente de ideias, na recusa das certezas prontas, no questionamento sem concessão das posições de poder e dominação. Questões econômicas não são questões técnicas que poderiam ser delegadas a uma pequena casta de especialistas; são questões eminentemente políticas, com as quais todos devem se envolver para formar sua opinião, sem se deixar impressionar. Não existe lei econômica: existe apenas uma série de experiências históricas e trajetórias ao

mesmo tempo nacionais e globais, compostas de bifurcações imprevistas e remendos institucionais instáveis e imperfeitos, em cujo escopo as sociedades humanas escolhem e criam diferentes modos de organização e regulação das relações de produção e também sociais. Estou convencido de que a democratização do saber econômico e histórico e da pesquisa em ciências sociais pode contribuir para alterar as relações de força e estimular a democratização da sociedade em seu conjunto. Sempre existem alternativas: esta é sempre a primeira lição de uma perspectiva histórica e política sobre a economia. Um exemplo especialmente claro é o da dívida pública: querem nos impingir que a Grécia e outros países do sul da Europa não têm outra escolha senão comprometer por décadas enormes superávits orçamentários, ao passo que, justamente, a Europa se estabeleceu nos anos 1950 com base no cancelamento das dívidas do passado, o que beneficiou em particular a Alemanha e a França, permitindo-lhes investir no crescimento e no futuro.

Essas conversas também reforçaram minha hipótese de que as desigualdades promovidas pelo atual capitalismo globalizado e desregulado não têm qualquer relação com o ideal de mérito e eficiência descrito pelos privilegiados do sistema. Com variações infinitas entre os países, a desigualdade moderna combina elementos antigos, que incluem brutais relações de dominação e discriminações raciais e sociais, com elementos mais recentes, o que às vezes resulta em formas de sacralização da propriedade privada e de estigmatização dos perdedores, de modo ainda mais extremo do que durante as fases anteriores da globalização. Tudo isso num contexto em que o progresso do conhecimento e da tecnologia, bem como a diversidade e a inventividade das criações culturais, poderia gerar um progresso social sem precedentes. Infelizmente, por falta de uma regulação adequada das forças econômicas e financeiras, a escalada das desigualdades ameaça exacerbar as tensões identitárias e os isolamentos nacionais, tanto nos países ricos como nos pobres e emergentes.

Se fizermos um rápido balanço do período de 2012 a 2016, os acontecimentos mais marcantes e dramáticos são sem dúvida a guerra na Síria e no Iraque e a conflagração do Oriente Médio, que surgem acompanhados de um questionamento radical, e talvez duradouro, do sistema de fronteiras implantado na região pelas potências coloniais por ocasião do acordo Sykes-

Picot de 1916. As origens desses conflitos são complexas, envolvendo ao mesmo tempo antigos antagonismos religiosos e trajetórias modernas malsucedidas de construção do Estado. Contudo, é mais do que evidente que as intervenções ocidentais recentes — em especial por ocasião das duas guerras do Iraque, de 1990 a 1991 e de 2003 a 2011 — desempenharam um papel decisivo. De uma perspectiva a longo prazo, impressiona constatar que o Oriente Médio — aqui definido como a região que vai do Egito ao Irã, passando por Síria, Iraque e península Arábica, ou seja, aproximadamente trezentos milhões de habitantes — constitui não só a região mais instável do mundo, como também a mais desigualitária. Levando em conta a extrema concentração dos recursos petrolíferos em territórios despovoados (desigualdades territoriais que, por sinal, estão na origem da tentativa de anexação do Kuwait pelo Iraque em 1990), podemos estimar que 10% dos indivíduos mais favorecidos da região se apropriam de 60% e 70% do total da renda, ou seja, número maior do que nos países mais desigualitários do planeta (entre 50% e 60% da renda para os mais favorecidos no Brasil e na África do Sul, cerca de 50% nos Estados Unidos), e muito mais do que na Europa (entre 30% e 40%, em comparação com cerca de 50% um século atrás, antes que as guerras e o Estado social e fiscal viessem equiparar as condições).

É igualmente relevante constatar que as regiões que apresentam mais desigualdades no planeta herdaram de suas origens um grande passivo histórico em termos de discriminações raciais (isso é evidente no caso da África do Sul e dos Estados Unidos, mas de mesma forma no Brasil, que possuía aproximadamente 30% de escravos na época da abolição, em 1888), o que não é o caso no Oriente Médio. Nesta região, as fortíssimas desigualdades têm uma origem muito mais “moderna”, diretamente ligada ao capitalismo contemporâneo, trazendo, em seu cerne, o papel-chave do petróleo e os fundos de riqueza soberanos (bem como, com certeza, fronteiras coloniais amplamente arbitrárias quanto à sua definição e, desde então, sob a proteção militar dos países ocidentais).

Se acrescentarmos a isso as constantes discriminações profissionais (e às vezes de vestimenta) enfrentadas na Europa pelas populações de origem árabe e muçulmana, e também o fato de que uma fração ociosa e fanatizada dessa juventude tenta importar para o continente europeu os conflitos do Oriente

Médio, o coquetel torna-se literalmente explosivo. A solução, na França e na Europa, evidentemente não é acrescentar outra camada de estigmatização, como alguns se sentem tentados a fazer com esse triste caso do *burkini* (quer dizer que podemos exprimir tudo com nossas roupas, saias curtíssimas, saias pregueadas, cabelos coloridos, camisetas de rock ou revolucionárias, menos nossas convicções religiosas? Claro, tudo isso não faz sentido algum), e sim promover o acesso à formação profissional e ao emprego. Devemos igualmente parar de privilegiar nossas relações venais com os emires e nos interessar mais pelo desenvolvimento igualitário da região.

A solução no Oriente Médio decerto não é a invasão generalizada do território vizinho. Mas é fundamental aceitar um debate ponderado sobre o sistema de fronteiras e o desenvolvimento de formas regionais de integração política e de redistribuições de recursos. Concretamente, o Egito hoje se encontra à beira da asfixia financeira, correndo o risco de sofrer um expurgo orçamentário destruidor por parte do FMI, ao passo que a prioridade deveria ser investir na juventude do país, diante de infraestruturas públicas e um sistema educacional e sanitário totalmente precários. Esse país com mais de noventa milhões de habitantes, à beira de uma nova explosão social e política poucos anos depois de os países ocidentais ratificarem a anulação das primeiras eleições democráticas já realizadas, aproveita para abocanhar alguns bilhões pela venda de armas ao novo regime militar e, sem dúvida, vai tentar mendigar um novo empréstimo aos vizinhos sauditas e emirados, que têm bilhões e não sabem com que gastá-los, mas que muito provavelmente não cederão muito. Mais dia menos dia, essas redistribuições de recursos e atos de solidariedade no seio do Oriente Médio deverão se efetuar num âmbito mais democrático e previsível, parecido com os fundos regionais europeus, que, mesmo longe de serem perfeitos, em termos comparativos ainda são um pouco menos insatisfatórios.

Desse ponto de vista, é lícito pensar que o Brexit (ou pelo menos a votação, em maio de 2016, de 52% da população do Reino Unido a favor da saída do país da União Europeia, já que o Brexit de verdade ainda está bem longe de ocorrer) é o segundo acontecimento mais marcante do período de 2012 a 2016. Menos dramático, evidentemente, que o desenrolar da guerra na

Síria e no Iraque, o Brexit não é uma derrota terrível apenas para a União Europeia.

Trata-se, da mesma maneira, de uma triste notícia para todas as regiões do mundo, que, mais do que nunca, carecem de formas originais e bem-sucedidas de integração política regional. Uma União Europeia bem-sucedida poderia ser uma inspiração para uma Liga Árabe mais integrada, bem como para futuras uniões políticas regionais sul-americanas, africanas ou asiáticas, uniões regionais que poderiam igualmente desempenhar um papel central no debate, com vistas a desafios e redistribuições de recursos com amplitude de fato mundial, a começar, claro, pela questão da mudança climática. Esse cenário inverso, com uma União Europeia em xeque e cuja população consultada deseja sair o mais depressa possível dela, apenas alimenta o ceticismo quanto à superação do Estado-nação e reforça pelo mundo os isolamentos identitários e nacionalistas.

Eis o paradoxo. Mais do que nunca, os diferentes países constatarem a necessidade de acordos e tratados internacionais para assegurar seu desenvolvimento, em especial sob forma de regras que garantam a livre circulação de bens, serviços e capitais (e, em menor escala, de pessoas), e, a propósito, o Reino Unido vai se apressar para renegociar essas regras com os países da União Europeia. Ao mesmo tempo, contudo, batalhamos para desenvolver espaços de deliberação democrática que permitam discutirmos não só o teor dessas regras, como também mecanismos de tomada de decisão coletiva e transnacional, em que os povos e as diferentes classes sociais possam se reconhecer, em vez de se sentirem incessantemente sacrificados em prol dos mais ricos e que possuem maior mobilidade. O voto a favor do Brexit não é consequência apenas da xenofobia crescente de um eleitorado inglês envelhecido e da fraca participação eleitoral da juventude; traduz um profundo cansaço frente à incapacidade da União Europeia de se democratizar e se interessar pelos mais frágeis.

A sucessão de governantes alemães e franceses desde 2008 têm também grande parcela de responsabilidade: com sua gestão catastrófica da crise da zona do euro, despertaram objetivamente a vontade de fugir dessa máquina infernal. Com uma gestão egoísta e uma visão de curto prazo da crise (consistindo, *grosso modo*, em se refugiar atrás das baixíssimas taxas de juros de

seus países para recusar ao sul da Europa uma verdadeira reestruturação das dívidas públicas; recusa, aliás, que persiste nos dias de hoje), eles conseguiram a proeza de transformar uma crise inicialmente oriunda do setor financeiro privado americano numa duradoura crise europeia das dívidas públicas, no exato momento em que, às vésperas da crise de 2008, essas dívidas na zona do euro não eram mais elevadas do que nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Japão.

uero, no entanto, concluir com uma observação otimista, pois no fundo tudo é reversível, e o mais importante é discutir o que vem em seguida. Sou otimista sobretudo porque penso que homens e mulheres têm uma capacidade infinita de cooperação e criação, desde que se dediquem a boas instituições. Homens e mulheres são bons; as instituições é que são ruins e podem ser melhoradas. A esperança subsiste, pois nada há de natural ou imanente na solidariedade ou em sua ausência: tudo depende dos compromissos institucionais a que nos dedicamos. Nenhuma lei natural leva os *anciliens* — habitantes da Île-de-France — ou os bávaros a terem mais solidariedade pelos *berrichons* — da região agrícola de Berry — ou saxões do que pelos gregos ou catalães. São as instituições coletivas que criamos — instituições políticas, regras eleitorais, sistemas sociais e fiscais, infraestruturas públicas e educacionais — que permitem à solidariedade existir ou desaparecer.

Arriscando-me a cansar o leitor, que verá essas mesmas ideias expostas diversas vezes nas crônicas a seguir, eu gostaria de repetir aqui que uma reforma democrática das instituições europeias faria não só progredir a solidariedade como fomentaria melhores estratégias de desenvolvimento para o continente europeu. Concretamente, os conselhos dos chefes de Estado e dos ministros das Finanças, que há décadas fazem as vezes de governança na Europa, constituem uma máquina de colocar os interesses nacionais uns contra os outros, impedindo qualquer tomada de decisão majoritária e ponderada, após um debate público e plural. O Parlamento europeu é uma instituição mais promissora, embora demasiadamente desconectada da realidade e completamente à margem dos Parlamentos nacionais, os quais, apesar de todas as imperfeições, permanecem a base sobre a qual foram construídos a democracia e o Estado social europeu no século XX. De uma maneira ou de outra, a solução passa por um envolvimento maior dos

Parlamentos nacionais, de preferência pela criação de uma verdadeira Câmara Parlamentar da zona do euro, composta por membros dos Parlamentos nacionais, proporcionais às populações e aos grupos políticos. Isso permitiria construir uma verdadeira soberania democrática europeia com base nas soberanias parlamentares nacionais, o que constituiria uma legitimidade democrática forte o suficiente para adotarmos as medidas sociais, fiscais e orçamentárias que se fazem necessárias. Várias outras soluções complementares são possíveis. Uma coisa é certa: devemos fazer de tudo para exigir dos candidatos, tanto nas eleições primárias quanto nas futuras, que se comprometam com essas questões. Não basta reclamarmos da Europa atual: temos de colocar na mesa soluções objetivas de reforma e debatê-las coletivamente para alcançar o melhor comprometimento possível.

Para concluir com outra observação otimista, gostaria de esclarecer, mais genericamente, que não sinto qualquer nostalgia do mundo encantado dos “Trinta Gloriosos”<sup>I</sup> (quando vigorava uma série de discriminações e desigualdades, sobretudo patriarcais e pós-coloniais), e que não subscrevo em absoluto a falsa ideia segundo a qual a bela marcha rumo ao progresso social teria sido irremediavelmente interrompida pela escalada do neoliberalismo dos anos 1980 e 1990. Na verdade, a despeito de todas as dificuldades, o lento processo de construção do Estado social europeu prosseguiu nos anos 1990 e 2000 em mais de uma vertente: com a expansão do seguro-saúde universal na França (que antes constituía um sistema muito segmentado e confuso, o que infelizmente acontece sempre com as aposentadorias); a instituição de um salário mínimo nacional no Reino Unido e na Alemanha (ainda que isso traduza parcialmente uma resposta insuficiente ao declínio sindical); a criação de cargos de decisão para os assalariados nos conselhos de administração da França e talvez em breve no Reino Unido (ainda que a situação permaneça muito tímida se comparada aos sistemas adotados há décadas na Alemanha e na Suécia; sistemas que, por sua vez, poderiam ser aprimorados); ou ainda a implantação de regras anônimas em diversos países europeus, permitindo prover maior igualdade de acesso à educação (ainda que a falta de transparência e de deliberação democrática em torno desses mecanismos continue gritante). Essas discussões estão em curso, e as decisões objetivas dependerão acima de tudo da capacidade dos cidadãos e dos diferentes grupos

sociais de lutar e derrubar as barreiras do conhecimento e do egoísmo míope.  
O fim da história não é para amanhã.

---

I. Os trinta anos que vão de 1945 a 1975, período de grande desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida na França. (*N. do T.*)

## *A CSG progressiva versus o TVA social*

*Libération*, 17 de janeiro de 2012

Tudo indica que o governo francês se prepara para anunciar amanhã, durante a Cúpula Social que o reunirá com sindicatos e patrões, uma transferência maciça de contribuições sociais para uma mistura de taxa sobre o valor adicionado (TVA) e de contribuição social generalizada (CSG). Se ele optar por seguir o plano apresentado pelo Movimento das Empresas da França (Medef) em novembro de 2011, a reforma poderá consistir na transferência de aproximadamente 50 bilhões de contribuições patronais para a TVA (a fim de amenizar o custo do trabalho) e de mais de 20 bilhões de euros de contribuições salariais para a CSG (a fim de aumentar os salários líquidos às vésperas das eleições e de empurrar goela abaixo o aumento da TVA).

Diante desse ativismo de última hora, a esquerda não pode se limitar a criticar a agitação constante do presidente-candidato Nicolas Sarkozy, disposto a tudo para salvar o cargo. A reforma do financiamento da proteção social é uma questão real. A oposição deve aproveitar essa oportunidade para se distanciar da confusão fiscal das últimas duas semanas e mostrar à França que está pronta para governar, formulando contrapropostas precisas, mais justas e eficazes que o plano da direita.

Qual é a questão? Nosso sistema de proteção social se baseia fortemente em encargos sociais que incidem apenas sobre os salários. A justificativa para isso é o financiamento das rendas de substituição (aposentadorias, seguros-desemprego). Contudo, a particularidade francesa é ter utilizado essas taxas também para financiar despesas sociais, como o auxílio-doença e as políticas voltadas para a família. O problema foi em parte resolvido pelas contribuições sociais de saúde e família, progressivamente substituídas desde 1990 pela CSG — que tem o mérito de incidir sobre todas as rendas e que, portanto, tem um rendimento bastante elevado: em torno de 12,5 bilhões de euros por ponto percentual (5,5 bilhões no caso dos salários do setor privado, 2 bilhões no dos

salários do setor público, 1 bilhão no das rendas dos não assalariados, 3 bilhões no das rendas de substituição e 1 bilhão no das rendas patrimoniais: lucros, dividendos e aluguéis), o que permite aliviar a pressão sobre os salários.<sup>1</sup>

Ainda assim, nada foi feito em relação ao maior quinhão, ou seja, as contribuições patronais. Hoje, a alíquota da contribuição patronal é de 12,8% para o auxílio-doença e de 5,4% para a família, resultando num total de 18,2% do salário bruto (e mais de 20% se acrescentarmos os diversos encargos instituídos para financiar a habitação, a formação profissional etc., e que não têm razão alguma para incidir exclusivamente sobre os salários).

Pensar que é possível transferir esse volume de contribuições (mais de 110 bilhões de euros, ou seja, duas vezes o imposto de renda!) para a TVA é algo totalmente irrealista. Além dos argumentos habituais sobre a injustiça de uma medida como essa, convém assinalar que a base de cálculo da TVA é estreita (menos de 6 bilhões de euros por ponto de TVA com alíquota cheia, ou seja, duas vezes menor que a CSG), o que se explica pela existência de alíquotas reduzidas (dispendiosas, embora pouco eficazes em termos de direcionamento), assim como pelo fato de que inúmeras despesas escapam da TVA (em especial serviços imobiliários e financeiros), e que os mais ricos consomem apenas parte de suas rendas.

O plano do Medef pretende elevar a alíquota cheia da TVA a 25% (e a reduzida, a 12%) para financiar a transferência de 2,1 pontos percentuais de contribuição da saúde e de 5,4 pontos de contribuição da família — ou seja, 7,5 pontos percentuais de contribuição patronal. Para transferir a totalidade dos 18,2%, seria necessário elevar a TVA a mais de 35%! O impacto no poder de compra seria ainda mais esmagador porque a TVA, como todos os impostos indiretos, é cega em sua aplicação, impedindo que as rendas baixas sejam protegidas. A TVA social, pura e simplesmente, não basta para enfrentar o desafio. A CSG é um instrumento potencial bem melhor para executar uma reforma ampla das contribuições patronais. Todavia, há duas condições.

Em primeiro lugar, é imprescindível obrigar por lei os empregadores a elevar os salários brutos dos assalariados já em vigor num montante equivalente à redução das contribuições. A redução no custo do trabalho —

para um determinado salário bruto — será aplicável às novas contratações e aos aumentos de salário, mas não deve recair sobre aqueles que já têm um emprego! Em seguida, é necessário criar uma verdadeira CSG progressiva. Já evitamos por muito tempo esse obstáculo improvisando mecanismos *ad hoc* para as rendas baixas: as aposentadorias e os seguros-desemprego inferiores a certo patamar de renda fiscal são isentos de CSG ou tributados pela alíquota reduzida; entre metade e três quartos da CSG dos salários baixos é reembolsado mediante o bônus para o emprego (PPE) pago pelo governo (com um ano de atraso). Da mesma maneira, é preciso agora aplicar uma tabela progressiva a todas as formas de renda. Por exemplo, para obter os mesmos 12 bilhões de euros de rendimento, é possível tributar todas as rendas em 1%, ou aplicar uma alíquota progressiva que comece em 0%, no caso das rendas inferiores a 2.000 euros brutos mensais; depois em 1%, para rendas entre 2.000 e 4.500 euros; e depois em 2%, no caso das que forem acima de 4.500 euros. Ao permitir conciliar eficiência na arrecadação e justiça na distribuição, a CSG progressiva constitui a única alternativa confiável à TVA social.

## *Divergências franco-alemãs*

*Libération*, 14 de fevereiro de 2012

Acabam de sair do forno os números referentes a 2011. O preocupante déficit comercial da França atinge agora 70 bilhões de euros (mais de 3% do PIB francês), ao passo que o colossal superávit da Alemanha se estabiliza em 160 bilhões de euros (mais de 6% do PIB alemão). Nunca, desde 1950, o déficit francês esteve tão elevado (o recorde anterior datava de 1980-1982: 2% do PIB). Nunca, desde 1950, o superávit alemão foi tão forte (só para lembrar, o superávit chinês é de 3%).

Em 2002, no entanto, quando a direita reassumiu o poder, os dois países apresentavam um superávit comercial comparável (2% do PIB), a mesma taxa de desemprego (8%) e um déficit público semelhante (2% do PIB). No período de 1980 a 2010, a balança comercial francesa, na média, esteve precisamente equilibrada. Hoje a taxa de desemprego alcança 10% na França (6% na Alemanha), e o déficit orçamentário atinge 5% do PIB (1% no outro lado do Reno).

A direita, que gosta de se dizer boa gestora, está sozinha no poder na França há dez anos. E a verdade é que seu balanço econômico é um desastre. O aparelho produtivo encontra-se em estado lastimável; a formação profissional e a inovação foram trocadas por ridículas subvenções às horas extras; e assistimos a uma má administração sem precedentes do dinheiro público, com brindes fiscais sem sentido em benefício dos doadores do partido UMP (União por um Movimento Popular). O imposto sobre fortunas, chamado de ISF, vai arrecadar em 2012 duas vezes menos do que em 2007, justamente quando os patrimônios aumentaram 30% — tudo isso em plena crise das finanças públicas. E, como as desculpas de sempre não funcionam mais (“É culpa dos governos anteriores!”), o governo atual transforma os desempregados (cerca de cinco milhões de cadastrados na Agência Nacional para o Emprego [Anpe], outro recorde) e os imigrantes em alvo da vingança

popular. Se somarmos a isso o fato de termos um presidente farsante, que emenda uma mentira atrás da outra diante de dezenas de milhões de franceses, a conclusão é clara: a alternância política tornou-se uma questão de saúde pública.

Entretanto, essa situação econômica preocupante exige ousadia e imaginação por parte da esquerda. Em primeiro lugar, a esquerda deve enfrentar esse desafio no nível da política europeia. A Alemanha tem sua parcela de culpa nessa grande divergência entre os dois países. Ao comprimir exageradamente a demanda interna (a participação dos salários reduziu 5% do PIB alemão desde 2002), o país adotou uma estratégia que não pode ser ampliada ao conjunto da União Europeia. Com superávits comerciais anuais de 6% do PIB, em cinco anos a Alemanha poderia comprar a capitalização total do CAC 40 (índice geral da bolsa de Paris) ou a totalidade dos imóveis parisienses (cerca de 800 bilhões de euros). A Alemanha não precisa de tais reservas! E a união monetária não consegue funcionar corretamente com esses desequilíbrios. Ao contrário, tanto a França quanto a Alemanha precisam de uma Europa forte e unida, que permita a retomada de controle de um capitalismo financeiro globalizado insano. Para isso, é necessário um novo tratado europeu alicerçado numa estratégia de crescimento, numa dívida pública comum e na união dos parlamentos nacionais dos países que desejem evoluir. A Alemanha, mais avançada do que os franceses em sua reflexão sobre a união política, pode e deve ouvir essa mensagem.

A França também detém sua parcela de responsabilidade na divergência franco-alemã. Nessa campanha, François Hollande ao menos terá o dever de dizer onde arranjará os 30 bilhões de euros em receitas adicionais para reequilibrar nossas finanças públicas. Mas até agora as reformas estruturais quase não aparecem em seu programa. O financiamento da nossa proteção social onera cruelmente o trabalho e, por isso, precisa passar por reformas profundas. *Grosso modo*, dos 40 pontos percentuais de contribuições patronais que incidem sobre os salários brutos, apenas metade se justifica (contribuições para aposentadoria e seguro-desemprego); o resto (saúde, família, formação profissional, habitação...) deve recair sobre bases fiscais mais amplas. A solução correta é a adoção de uma verdadeira CSG progressiva, ao mesmo tempo mais justa e eficaz do que a TVA social. De maneira mais geral, nosso sistema fiscal

é arcaico, complexo e imprevisível para os agentes econômicos. Deve ser simplificado e modernizado com urgência. Somos, por exemplo, o único país que não adotou a tributação na fonte. No entanto, eis que o porta-voz de François Hollande para assuntos fiscais, Jérôme Cahuzac, acaba de explicar com orgulho que nada seria feito no quinquênio e que seriam necessários diversos mandatos para contemplar tal reforma... enquanto todos os nossos vizinhos a realizaram em apenas um ano, numa época em que a informática nem existia! Tudo isso não basta para resolver a situação. Poderíamos dar muitos outros exemplos. No que se refere às aposentadorias, é o sistema inteiro que deve ser reorganizado, com a unificação dos diferentes regimes, de maneira a consolidar e dinamizar as trajetórias profissionais complexas, bem como adotar contas individuais de direito à formação profissional. A alternância não deve ser feita só por fazer.

## *Universidades: as mentiras de Sarkozy*

*Libération*, 13 de março de 2012

No quadro de honra das mentiras mais vergonhosas do quinquênio que se encerra, o ensino superior e a pesquisa ocupam, sem dúvida, um lugar de destaque na França. “Prioridade das prioridades”, “grande causa nacional”, “esforço financeiro sem precedentes”: não faltaram superlativos para explicar ao país e convencer a mídia de que o governo elegeu o investimento no capital humano como eixo central de sua política.

Entretanto, os professores universitários não pararam de protestar e, ao que tudo indica, estão se preparando para votar em massa na oposição. Então quem tem razão? Seriam os professores-pesquisadores esquerdistas irredutíveis, ingratos incapazes de reconhecer quando a direita enfim toma uma medida positiva e lhes concede recursos suplementares? Ou será que Sarkozy mentiu de novo, com tal descaramento que muitos espectadores se deixaram enganar? A verdade nos obriga a dizer que, mais uma vez, nos encontramos diante do segundo caso, o do presidente farsante.

Retomemos a narrativa das leis sobre finanças e dos documentos orçamentários. Em 2012, o orçamento total destinado à pesquisa e ao ensino superior será de 25,4 bilhões de euros (ou seja, um pouco mais de 1,2% do PIB). Desse total, metade irá para a formação profissional superior e para a pesquisa universitária (12,5 bilhões de euros). Essa soma representa a totalidade dos recursos destinados às universidades e às diversas escolas e institutos, independentemente do ministério a que estejam vinculados. A outra metade irá para os auxílios estudantis (2,2 bilhões) e para as diversas instituições de pesquisa, como o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), a Agência Nacional de Pesquisa (ANR), o Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica (Inra) e o Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica (Inserm), mas também para a pesquisa espacial, nuclear *etc.* (10,7 bilhões).

Em 2007, a distribuição total era muito próxima disso, e o orçamento total da pesquisa e do ensino superior atingia 21,3 bilhões de euros, dos quais 10,7 bilhões eram destinados à formação superior e à pesquisa universitária. Em cinco anos, a progressão agora é de 19,2% sobre o total geral e de 16,8% sobre a parte que diz respeito às universidades e escolas. Devemos, é claro, descontar a inflação, que entre janeiro de 2007 e janeiro de 2012 foi de 9,7%. O crescimento real, portanto, chega com muita dificuldade a 7% ou 8% em cinco anos, ou seja, pouco mais de 1% ao ano. Podemos nos consolar observando que isso é ligeiramente melhor que o crescimento do PIB no mesmo período. No entanto, se acrescentarmos a isso o fato de que o número de estudantes, por sua vez, aumentou cerca de 5% (passando de 2,2 a 2,3 milhões), então a conclusão é clara. Durante o quinquênio 2007-2012, apesar do discurso vigente, o investimento no capital humano praticamente estagnou na França.

Como, além disso, os parques novos recursos foram concentrados em determinados polos e por meio de licitações cada vez mais complexas e burocráticas (a inflação do número de siglas ultrapassou e muito a dos orçamentos com o advento dos PRES [polos de pesquisa e ensino superior], LabEx [laboratório de excelência], IDEX [iniciativas de excelência], Equipex [equipamento de excelência]...), sem falar na criação de estruturas gigantescas e certamente ingovernáveis (os IDEX parisienses alcançam de cem a 150 mil estudantes cada um, enquanto Harvard, MIT e Stanford alinham menos de quarenta mil. Alguém consegue imaginar que isso nos permitirá subir três patamares nas classificações?), não admira que os orçamentos de base tenham, por sua vez, caído flagrantemente. Tampouco admira que os professores universitários, que *a priori* sabem fazer contas e assistiram a reduções de créditos e extinções de postos — e que em muitos casos optaram por sair de países muito mais vantajosos para eles do ponto de vista financeiro (ou por não se estabelecerem lá) —, estejam mais do que fartos de ser tratados como ingratos e ricos.

Seja como for, não é com esse tipo de mandato que a França vai recuperar o atraso em relação aos países mais adiantados. Destinando os recursos das instituições de pesquisa aos estudantes (o que é questionável), chegamos penosamente a uma despesa total da ordem de 10.000 euros por estudante na

França, enquanto os Estados Unidos investem mais de 30.000 euros. Nesse ritmo, seriam necessários séculos para reduzir esse abismo! — e ninguém se iluda: é graças a esse investimento nos *campi* que os Estados Unidos conservam sua supremacia econômica e sua influência intelectual e cultural, apesar das falhas cada vez mais gritantes em seu modelo político e social extremamente desigualitário. Para que a França encontre seu lugar no século XXI, deve-se optar de vez pelo capital humano e estabelecer prioridades orçamentárias claras. Com 6 bilhões de euros, é possível aumentar em 50% os recursos de todas as universidades e escolas — e isso preparará os franceses para o futuro com muito mais eficácia do que os 6 bilhões gastos a cada ano para subvencionar as horas extras ou os 6 bilhões de receitas anuais perdidas em ISF, impostos sobre fortunas, e em imposto sobre herança. Já está mais do que na hora de a campanha abordar essa questão, firmando compromissos explícitos.

## *O vazio sarkozysta*

*Libération*, 9 de abril de 2012

O que mais impressiona no programa apresentado pelo candidato Nicolas Sarkozy em 5 de abril é o vazio. Descomunal. No que se refere ao conjunto do ajuste macroeconômico, vemos quase um “copia e cola” de François Hollande. Nos documentos disponibilizados em janeiro na internet, o candidato socialista havia anunciado uma trajetória de evolução das despesas e das receitas que levava a uma redução do déficit de 4,5% do PIB em 2012 para 0% em 2017, e a dívida cairia de 88,7% para 80,2% do PIB. Três meses depois, após muitas reflexões, apoiado por todo o aparelho de Estado, o presidente atual anuncia uma trajetória capaz de reduzir o déficit de 4,4% em 2012 para um superávit de 0,5% em 2017, e a dívida de 89,2% para 80,2%.

No plano de Hollande, a redução de 4,5% do déficit se baseava em 2,7 pontos de reduções de despesas e em 1,8 de aumentos da arrecadação. Para Sarkozy, a redução de 4,9 pontos do déficit se baseia em 3,7 pontos de redução de despesas e em 1,2 de aumento de encargos. Em outras palavras: na proposta de Hollande, um bom terço do esforço se deve aos aumentos dos encargos, ao passo que, no plano de Sarkozy, esse número é de um modesto um quarto. A verdade é que a diferença é insignificante, levando-se em conta as incertezas inerentes a tais exercícios. Os dois candidatos apostam, acima de tudo, no fato de que as despesas progredirão menos rapidamente do que o PIB. A diferença real é que, apesar de suas deficiências, François Hollande diz com bastante clareza onde conseguirá as receitas suplementares (imposto sobre fortunas, retornos do capital, heranças etc.), enquanto o atual presidente faz de tudo para esconder seu programa fiscal antissocial (taxação dos fundos de pensão, TVA, congelamento da tabela do imposto de renda etc.).

Se examinarmos os detalhes das medidas anunciadas pelo presidente cujo mandato termina em 5 de abril, a situação é ainda pior. Basta um exemplo: Nicolas Sarkozy alardeia uma “redução dos encargos salariais” que permite

“integrar o bônus para o emprego (PPE) aos salários líquidos”. Excelente ideia... Tão boa que já tinha sido adotada em 2000 pelo governo Jospin, com a redução da CSG sobre os salários mais baixos. Com a ressalva de que na época essa medida foi imediatamente censurada pelo Conselho Constitucional, levando à criação do PPE.

Para solucionar o problema de uma vez por todas, respeitando ao mesmo tempo o princípio de isonomia perante o imposto, é necessário levar a cabo uma reforma tributária geral e implementar um verdadeiro imposto progressivo recolhido na fonte, fundindo CSG, imposto de renda e PPE. Essa é a única maneira de atingir o conjunto das rendas e encargos de família dos assalariados envolvidos, como pede o Conselho. Mais um pequeno esforço e Sarkozy chegará ao programa fiscal de François Hollande... cujo calendário de aplicação mereceria, aliás, ser detalhado e acelerado.

A verdade é que o programa de Sarkozy sofre uma terrível falta de fôlego. Em 2007, as medidas eram tão numerosas quanto inúteis. Em 2012, ele volta a copiar Hollande, e até mesmo Jospin, aparentemente sem nem sequer se dar conta disso.

Então, para preencher o vazio, restam as mentiras. Com seu descaramento habitual, o presidente em fim de mandato continua a negar que concede privilégios aos mais ricos. Na manhã de sexta-feira, na rádio RTL, ele atacou o Instituto de Políticas Públicas da Escola de Economia de Paris, qualificando-o de “instituição inútil, cujo interesse, importância e credibilidade ninguém reconhece”.

A credibilidade de Nicolas Sarkozy, por sua vez, está consolidada: um mentiroso, incapaz de fazer a mais simples conta. Segundo a lei de finanças que acaba de ser adotada, o imposto sobre fortunas (ISF) renderá em 2012 apenas 3 bilhões de euros, contra 4,5 bilhões em 2007. No entanto, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (Insee) e o Banco da França, o patrimônio dos franceses progrediu cerca de 20% entre 2007 e 2012 (passando de 8,8 trilhões para 10,6 trilhões). Com uma alíquota de tributação constante, o ISF deveria então ter rendido 5,4 bilhões de euros em 2012, e não 3 bilhões. Ou seja, em plena crise das finanças públicas, um presente de 2,4 bilhões ao 1% mais rico da população francesa.

Se fizermos o mesmo cálculo para os impostos sobre heranças, obteremos um presente de 2,6 bilhões de euros. Isso significa no total 5 bilhões de euros em receitas anuais perdidos nesses dois impostos. E, se supusermos uma alíquota de tributação constante em relação a 2002 — o que permite levar em conta a redução dos impostos sobre herança em 2004-2005 (Sarkozy em Bercy) —, então a perda de receitas anuais supera os 10 bilhões de euros em 2012 (3,2 bilhões para o ISF e 6,9 bilhões para as heranças). É inédita essa má administração do dinheiro público em benefício dos patrimônios, justamente quando estes vão de vento em popa e o caixa do Estado está vazio. Está mais do que na hora de mudar de presidente.

## *François Hollande: um novo Roosevelt para a Europa?*

*Libération*, 7 de maio de 2012

François Hollande vai se revelar equivalente a um novo Roosevelt para a Europa? A comparação pode parecer ridícula, mas convém lembrar que muitas vezes o peso dos acontecimentos e das ideias faz os homens políticos desempenharem papéis que os transcendem. Ao ser eleito presidente em 1933, Roosevelt ainda não sabia bem qual política iria adotar. No entanto, sabia que a crise de 1929 e as políticas de austeridade tinham posto os Estados Unidos de joelhos e que o poder público devia retomar o controle de um capitalismo financeiro desgovernado. Em 2012, quatro anos após a deflagração da crise financeira mundial de 2008, Hollande se vê exatamente na mesma situação.

Quando iniciou sua campanha, ele não sabia que a terminaria propondo taxar em 75% as rendas superiores a um milhão de euros. Mas ele logo chegou à mesma conclusão que Roosevelt: somente a arma fiscal é capaz de deter a escalada absurda das rendas muito altas.

O principal desafio que Hollande vai enfrentar é a Europa. O ponto central é que não sairemos de fato da crise atual se nos limitarmos a adotar alguns “*project bonds*”, isto é, títulos europeus capazes de financiar investimentos em energia e infraestrutura. Embora útil, esse instrumento não deve mascarar que o principal desafio está em outro setor. Se não adotarmos com clareza o caminho da mutualização das dívidas públicas europeias, então a crise sempre recomeçará. Uma moeda única com 17 dívidas públicas diferentes, sobre as quais os mercados podem especular livremente, sem que os Estados possam depreciar sua moeda para conter os ataques — trata-se de um cenário que não funciona. Tal sistema já levou a Grécia a uma situação catastrófica e terminará por levar o euro a seu fim.

Além do mais, é preciso parar de dizer que de nada adianta levantar essa questão porque a Alemanha se oporia a qualquer mutualização da dívida. Em primeiro lugar, é sempre preferível indicar com precisão a direção final na qual se deseja ir, nem que seja para estipular um prazo e agir de modo a que algum dia esse objetivo seja alcançado. E depois, a Alemanha é muito menos conservadora do que se gosta de dizer na França. A verdade é que diversos representantes europeus — e não somente da esquerda, longe disso — esperam do novo presidente francês que ele faça propostas audaciosas nessa direção.

Guy Verhofstadt, por exemplo, presidente do grupo centrista no Parlamento europeu, acaba de declarar que somente uma mutualização das dívidas europeias permitiria reduzir de maneira duradoura as taxas de juros. Se todas as manhãs o Sistema de Reserva Federal americano tivesse que escolher entre a dívida do Wyoming e a do Texas, teria grande dificuldade para adotar uma política monetária controlada. Enquanto o Banco Central Europeu estiver em situação tão absurda, jamais poderá desempenhar plenamente sua função de manter a estabilidade financeira. E continuaremos a criar elefantes brancos fadados ao fracasso, como o que consistia em emprestar 1 trilhão de euros aos bancos privados na esperança de que eles o emprestassem aos Estados, ou ainda emprestar dinheiro ao FMI para que ele nos emprestasse de volta...

Já há diversas propostas sobre a mesa. Os “sábios” alemães (colegiado de economistas que assessora a chancelaria, pouco respeitados em virtude de suas inclinações esquerdistas) haviam proposto em novembro que toda dívida superior a 60% do PIB fosse mutualizada no nível europeu, inclusive, é claro, a dívida alemã. Outros pensam que o melhor é começar tornando comuns as dívidas públicas de curto prazo. Chegou a hora de decidir e avançar.

E é preciso, sobretudo, deduzir as conclusões que isso implica em termos de união política. Joschka Fisher, ex-ministro alemão das Relações Exteriores, propôs a criação de uma nova câmara que agrupasse deputados oriundos das comissões financeiras e de assuntos sociais dos países que desejassem dar o primeiro passo. Essa união dos parlamentos nacionais poderia controlar uma agência europeia da dívida, que, após uma deliberação pública e democrática, fixasse os montantes dos empréstimos autorizados. Uma câmara nesses moldes

teria a vantagem de ser mais coesa do que o Parlamento europeu e de reunir os indivíduos que depois assumiriam as consequências políticas de suas decisões em cada país envolvido. Seria uma maneira de avançar em direção aos Estados Unidos da Europa, levando em conta ao mesmo tempo as soberanias nacionais, paralelamente à construção europeia.

Em relação a todas essas questões, a Europa espera muito de François Hollande. Tudo começa agora.

## *Única solução: o federalismo*

*Libération*, 4 de junho de 2012

O que resultará da negociação europeia que está em curso? O risco seria a França contentar-se a desempenhar o papel do bom-moço, jogando na Alemanha a culpa de um possível fracasso dos *eurobonds*. Contudo, a verdade é que nenhuma proposta francesa precisa foi apresentada.

Ao que parece, as coisas estão claras: a França propõe mutualizar as dívidas públicas europeias, a fim de que o conjunto de países alcance taxas de juros baixas e previsíveis e se proteja da especulação. Trata-se, na realidade, da única solução duradoura para os problemas da zona do euro. A partir do momento em que cada país abre mão da possibilidade de desvalorizar sua moeda, é indispensável obter em troca a estabilidade financeira em nível federal. Sem isso, o sistema implodirá num prazo mais ou menos curto.

O problema é que a França reluta em aceitar as consequências políticas de tal proposta. Se a decisão for pela criação de uma dívida comum, será impossível deixar então cada país decidir sozinho sobre o volume de dívida comum que deseja emitir. A mutualização das dívidas implica necessariamente um salto rumo à união política e ao federalismo europeu.

Na verdade, os alemães estão mais avançados do que os franceses nessa questão, como atesta a proposta do partido CDU (União Democrata Cristã alemã) de eleger por voto universal o presidente da União Europeia. Numa entrevista recente, o presidente do Deutsche Bundesbank, o banco central da Alemanha, teve a chance de zombar das supostas posições francesas a respeito dos *eurobonds*, num momento em que a questão do federalismo europeu e das comissões de soberania nem mesmo fora evocada durante a campanha, e os governantes franceses continuam a ignorá-la ainda hoje.

Não obstante, há urgência, mas as soluções existem. Para que a Europa se torne enfim democrática, é preciso que as decisões relativas à dívida comum sejam tomadas num âmbito parlamentar federal, fruto de debates públicos e

plurais. Conciliábulo entre chefes de Estado não podem continuar a fazer as vezes de governança. Entretanto, o Parlamento europeu não tem condições de desempenhar esse papel, seja porque envolve países exteriores à zona do euro, seja porque os parlamentares nacionais não podem ser destituídos de seu poder orçamentário.

Uma solução concreta poderia ser a criação de uma nova câmara orçamentária específica da zona do euro, unindo as comissões de finanças e assuntos sociais do Bundestag alemão, da Assembleia Nacional francesa e dos vários países desejosos pelo avanço. Um ministro das Finanças da zona do euro, à frente de um Tesouro europeu, seria responsável perante essa câmara e formaria o embrião de um governo federal da Europa.

Ao contrário de uma ideia bastante difundida, essa inovação pode ser alcançada. Os países que a almejem podem perfeitamente firmar um tratado estabelecendo as regras, deixando em aberto a possibilidade de os outros se juntarem a eles depois. Em poucos meses, os países europeus elaboraram um tratado que não resolve nada dos problemas da zona do euro. Por que não seria possível, com mais alguns meses, chegar a um tratado adicional que sanasse os problemas em definitivo?

Ao permitir que o presidente do Conselho europeu prepare a cúpula de 28 de junho, o governo francês por certo pretende recolocar as instituições comunitárias no centro do jogo, o que é louvável. Mas se a França não indicar com precisão até onde está disposta a ir em relação aos *eurobonds* e à união política, o risco de fracasso é evidente. E a possibilidade de isso acontecer é ainda maior, já que propostas menos ambiciosas, porém relativamente precisas, já estão na mesa. A mais detalhada é o “fundo de resgate”, proposto em novembro pelos “sábios” alemães. A ideia é mutualizar todas as dívidas superiores a 60% do PIB (em volume, a Itália seria a primeira envolvida, seguida da Alemanha, depois da França e da Espanha). O fundo seria alimentado por receitas fiscais alocadas procedentes de cada país na proporção das dívidas mutualizadas. Quando essas dívidas vencessem, o fundo daria empréstimos, com a garantia solidária de todos, evitando que os países recorressem exclusivamente aos mercados. Rejeitado de início por Angela Merkel, esse plano acaba de ser retomado pelo SPD (Partido Social

Democrata alemão) e pelos Verdes alemães, conseguindo cada vez mais adeptos no CDU.

O dispositivo, pensado como algo apenas temporário, tem seus limites. O limiar de 60% e a amplitude do *roll-over* [adiantamento da dívida] podem obrigar um país como a Itália a ter de voltar aos mercados após alguns anos. A proposta não abre uma porta em termos de união política, o que é problemático se levarmos em conta as consequências que as decisões do fundo terão para os orçamentos nacionais.

De toda forma, a proposta tem seu mérito. A França se mostraria inspirada em colocar o próprio plano na mesa. Ao adiar perpetuamente as decisões sobre os *eurobonds* e o salto federalista, a Europa brinca com fogo.

## *Que tipo de federalismo, e para fazer o quê?*

*Libération*, 2 de julho de 2012

Ao postergar decisões importantes, os líderes europeus reunidos em Bruxelas na última sexta-feira ganharam tempo. A perspectiva de união bancária infelizmente permanece incerta. A questão dos *eurobonds* nem mesmo foi levantada. Por uma simples razão: a França não formulou nenhuma proposta de união orçamentária e política que permitisse adotá-los de maneira concreta. Três anos após o início da crise do euro, continuamos a acreditar que podemos resolver tudo com remendos e cúpulas de última hora, ritualmente encerradas com entrevistas coletivas noturnas e gritos de vitória.

O impasse, contudo, subsiste: que forma original e pragmática poderia assumir o federalismo europeu? Todo mundo percebe com clareza que o euro não pode sobreviver da forma como está hoje. Ao mesmo tempo, contudo, o salto federalista provoca medo, em parte por razões compreensíveis que devem ser debatidas urgentemente, a fim de superar esse receio.

Em sua coluna (18 de junho de 2012), Bruno Amable explicou que o salto federalista corria o risco de ser um “salto mortal” para a proteção social. O argumento, preciso e assustador, é que os sistemas europeus de proteção social são frágeis. São produtos de compromissos nacionais específicos e de valores de solidariedade pacientemente construídos no âmbito dos estados-nações. Tudo isso correria o risco de ser questionado no âmbito de um vasto Estado federal, no qual os conflitos étnicos ou nacionais não raro prevalecem sobre o de classe. Ou seja, os Estados Unidos da América não desenvolveram um estado-providência pois não quiseram pagar pelos negros, e os Estados Unidos da Europa poderiam se desmantelar por não quererem pagar pelos gregos.

O calcanhar de aquiles desse raciocínio é que nada nos obriga, no âmbito do federalismo europeu, a uniformizar e compartilhar tudo. A regra deve ser simples: devemos dividir com os outros o que não somos capazes de fazer sozinhos. Nada mais, nada menos que isso. Seria totalmente inútil e

contraproduativo fundir os sistemas de aposentadoria dos diferentes países. Já penamos o suficiente, no âmbito francês, para modificar as regras, para aproximar os diferentes regimes e articular o direito à aposentadoria ao da formação profissional contínua. Há poucas chances de simplificar o problema e acalmar o debate deslocando-o para uma esfera mais elevada. O mesmo vale para a fusão CSG-imposto de renda ou a semana escolar de quatro dias: no essencial, esses debates e competências deveriam permanecer no nível nacional.

Em contrapartida, existem esferas, como a regulação dos mercados financeiros e dos paraísos fiscais, nas quais os países não podem fazer muito e cujo nível de intervenção é claramente europeu. Na escala da economia mundial, França e Alemanha são um pouco maiores do que Grécia ou Irlanda. Se continuarmos a nos dividir, continuaremos na mão dos especuladores e sonegadores. Esta não é a melhor maneira de defender o modelo social europeu.

Daí a necessidade de compartilhar as dívidas públicas da zona do euro, a fim de que os mercados parem de impor taxas de juros erráticas que desestabilizam uns aos outros, e as imponha sobre os lucros das empresas, hoje contornados pelas multinacionais. São essas ferramentas, e somente elas, que devemos mutualizar e colocar sob o controle de uma autoridade política federal.

Por exemplo, se criássemos uma nova câmara orçamentária da zona do euro, seria essa câmara que decidiria por maioria — após um debate público e democrático, mediante proposta de um ministro das Finanças europeu — sobre o volume de dívida pública comum que o Tesouro europeu poderia emitir a cada ano. No entanto, cada parlamento nacional permaneceria inteiramente livre do nível global de tributos e despesas, assim como de sua distribuição. Se for decidido que o déficit europeu será de 3% do PIB, isso não impedirá um país de ter 50% do PIB em despesas e 47% em arrecadação, e que outro tenha 40% e 37%. Tal sistema exige um novo tratado entre os países desejosos pelo avanço, mas não é de forma alguma inalcançável, por menor que seja a vontade política, em especial no âmbito francês. Esperamos que o debate sobre o federalismo europeu possa enfim se realizar nos próximos meses.

## *Chega de inércia! Ação, urgente!*

*Libération*, 24 de setembro de 2012

O início do mandato de François Hollande é tão ruim como dizem por aí? Infelizmente é. Decerto as circunstâncias não são fáceis, e o novo presidente não parece disposto a nos inspirar saudades do precedente. Seja como for, observamos em todos os indivíduos uma inércia e uma indecisão muito preocupantes para um início de mandato.

No plano europeu, a França não formulou nenhuma proposta concreta que permitisse avançar rumo à união política e orçamentária e à mutualização das dívidas públicas, única solução duradoura para a crise. Resultado: terminamos impondo a austeridade num ritmo forçado, supostamente para restaurar nossa credibilidade, enquanto todos sabem que tal política levará a mais recessão e endividamento. Perdemos tempo ratificando um tratado que, como se sabe, não resolverá nenhum dos problemas estruturais da zona do euro. Cereja do bolo: deixamos Angela Merkel monopolizar o discurso sobre a união política e desfiar suas propostas, que pelo menos têm o mérito de existir (eleição de um presidente da UE por voto universal), mas que estão longe de ser as mais apropriadas (a prioridade deveria ser implantar um parlamento democrático no âmbito da zona do euro, certamente a partir dos parlamentos nacionais). Enquanto isso, o restante do mundo continua a avançar, a investir no futuro e a se distanciar da Europa.

No plano nacional francês, todas as reformas substanciais foram adiadas. A reforma fiscal, mãe de todas as batalhas durante a campanha do candidato Hollande, estará limitada a pequenos remendos, ao passo que precisaríamos de uma reformulação completa ao nosso alcance. Já faz muito tempo que a França é o único país desenvolvido sem tributação na fonte: pouco importa, o país permanecerá assim por mais cinco anos. A França se destaca pela acumulação de inúmeros impostos diretos uns sobre os outros, com bases de cálculo sobrepondo-se umas às outras com regras distintas: não seja por isso,

criaremos uma faixa de 75% com uma terceira base de cálculo, distinta ao mesmo tempo do imposto de renda e da CSG, e ainda mais cruel do que estas. Uma coisa é certa: no reino da confusão, os consultores fiscais serão reis.

Quanto ao custo do trabalho e à competitividade, o presidente Hollande declarou que as contribuições patronais não podiam continuar a penalizar exclusivamente os salários, e que ia encomendar um relatório a fim de reformular o financiamento da proteção social. Que boa ideia! Tão boa que Lionel Jospin teve uma idêntica em 1997. À época, ele encomendou um relatório, o que lhe permitiu constatar, um ano depois, que a questão era muito complexa e que era urgente não fazer nada. Vamos esperar que isso termine melhor desta vez. Sobretudo porque a questão é central.

Atualmente, a alíquota global referente às contribuições patronais é de cerca de 40% na França: para pagar 100 euros em salário bruto, o empregador paga 140 euros em salário superbruto (e o assalariado recebe 80 em salário líquido). É muito. Desses 40%, apenas metade é justificável (contribuições de aposentadoria e desemprego), e o restante (doença, família, formação profissional, habitação etc.) deveria se basear numa base de cálculo fiscal mais ampla. Já existe um começo de mudança, uma vez que a alíquota da contribuição patronal foi cortada pela metade na faixa do salário mínimo. Mas a alíquota aumenta drasticamente logo acima desse valor, e reencontramos seu nível de 40% a partir de 1,6 vezes o salário mínimo. O governo anterior, ao estender de forma parcial a taxa reduzida até 2,1 vezes o salário mínimo, estava na direção certa, e o novo governante poderia ter tido a boa ideia de manter essa redução, mas com outro financiamento. A longo prazo, o objetivo deve ser reduzir a 20% a taxa de contribuição patronal sobre todos os salários.

Mas como financiar essa mudança? O problema é que a TVA social nunca estará à altura do desafio: o aumento necessário seria exorbitante, solapando o poder de compra de maneira aleatória. A TVA ecomodulável — que desonera os produtos menos poluentes e onera os que poluem mais — pretendida pelo governo seria ainda menos eficaz: poderia-se transferir dessa maneira um ou dois pontos de encargos, não mais.

O instrumento certo é a CSG, pois, além de sua base de cálculo ser mais larga que a TVA, apenas ela permite distribuir os encargos de maneira justa e transparente sobre todas as rendas. Com a condição, todavia, de que se

implemente uma verdadeira CSG progressiva, isto é, com uma taxa modulável de acordo com o nível de renda. Sem isso, a transferência de contribuições patronais incidirá pesadamente sobre os aposentados e assalariados modestos, sem, portanto, surtir efeito. Só uma reforma tributária geral permite resolver essas contradições. No atual estágio, nada indica que o governo tenha coragem e vontade para isso, mas de qualquer forma não é proibido ter esperança.

## *Não acúmulo de mandatos, subsídios: deputados indefensáveis*

*Libération*, 22 de outubro de 2012

A mudança na Assembleia Nacional é para quando? Não para agora, está claro. A exemplo de outros temas, todas as medidas de renovação e transparência parecem postergadas por tempo indeterminado.

Já sabíamos que os deputados-prefeitos e senadores-prefeitos socialistas estavam pouco dispostos a cumprir sua palavra sobre não acumular mandatos. Antes das eleições, frente a frente com os eleitores, eles se comprometeram a escolher, no mais tardar em setembro, o mandato que desejavam conservar. Esqueçam: eles agora explicam que o mais simples é manter os dois, e que tudo isso deve esperar a votação de uma lei. Já antevemos o retorno dos argumentos batidos sobre a necessidade de uma base regional para respaldar seu trabalho no Parlamento. No entanto, nenhum outro país europeu adota essa acumulação e nada indica que lá os parlamentares façam seu trabalho pior do que na França.

Eis que agora o mesmo conservadorismo parece se impor na questão do regime indenizatório dos parlamentares. Do que se trata? Atualmente, os deputados recebem todo mês uma compensação parlamentar de 7.100 euros, submetida ao imposto, e uma “indenização representativa de despesas de mandato” (IRFM) de 6.400 euros, totalmente isenta. O problema é que, na prática, essa IRFM não é objeto de nenhum controle e se assemelha a um complemento de renda: *grosso modo*, os deputados dobram seus salários, na moita e sem pagar os impostos correspondentes. Ao contrário do que ocorre nos outros países, os deputados franceses não precisam apresentar qualquer justificativa à Assembleia. Recebem diretamente sua IRFM numa conta bancária pessoal, gastam-na como bem entendem e não recebem nenhuma instrução clara sobre os limites a serem respeitados. Até que ponto roupas e

alfaiates, aluguéis e mobília, restaurantes e recepções podem ser bancados pela IRFM? Ninguém sabe: afinal de contas, tudo isso é imprescindível ao digno exercício do mandato.

Mas o novo presidente da Assembleia, Claude Bartolone, acaba de reafirmar que está fora de cogitação modificar esse regime, pois isso implicaria ter de compensar os deputados franceses por sua remuneração relativamente baixa em comparação ao resto da Europa. Esse argumento é inaceitável: com 7.100 euros, o deputado francês não é de fato o mais bem-remunerado; no entanto, com 13.500 euros, metade dos quais não pode ser tributada, ele passa à frente de todos. Se considerarmos que uma remuneração de 7.100 euros é insuficiente, por exemplo, porque o deputado precisa pagar um aluguel em Paris, além daquele em sua circunscrição, então é preciso propor publicamente um (ligeiro) aumento, com toda a transparência, e evidentemente submeter o conjunto da remuneração aos mesmos impostos dos salários de todos os franceses, colocando fim ao regime opaco da IRFM.

A situação é a mesma para o regime de aposentadoria dos deputados, totalmente exorbitante se comparado ao direito do restante da população. Por exemplo, basta que os deputados contribuam por vinte anos para que obtenham a aposentadoria plena, em vez dos quarenta anos praticados por todos os outros franceses. Uma desculpa evocada com frequência é que os deputados pagam uma dupla contribuição para a aposentadoria. O argumento é escandaloso, pois essas contribuições financiam apenas uma ínfima parte das aposentadorias em questão: basicamente, é o Estado — e, portanto, os contribuintes — que pagam em dobro.

Outro argumento comum é que os deputados teriam que ser compensados pelo caráter arriscado e incerto de sua profissão. Aliás, há pouco tempo os empresários autodenominados “pigeons” (pombos, em francês; grupo que se mobilizou contra medidas fiscais do governo) também utilizaram esse argumento do “risco” para defender o regime fiscal derogatório reservado aos ganhos de capital. Em ambos os casos, beiramos a indecência: existem inúmeras categorias de franceses com carreiras no mínimo tão precárias quanto a dos deputados ou dos “pombos”, e claramente não é viável conceber um regime especial de aposentadorias ou regras fiscais específicas para cada uma dessas profissões. Seria melhor aplicar aos deputados

as mesmas regras de aposentadorias que valem para todo mundo, mesmo que ainda não tenham votado um aumento de suas remunerações.

Não se trata nem de demagogia nem de antiparlamentarismo. É justamente o contrário: respeito profundamente o trabalho parlamentar. Mas nosso sistema fiscal e social está asfixiado por regimes de privilégios de todo tipo, e a honra dos deputados deveria ser simplificá-los, e não defender o próprio nicho. Os parlamentares, que alegam conhecer bem o terreno, não parecem se dar conta dos estragos produzidos na opinião pública por seu regime de aposentadoria e seus subsídios não tributáveis. Seria muito mais fácil impor as reformas corajosas de que necessitamos hoje se os parlamentares comessem dando o exemplo.

## *O socialismo decorativo*

*Libération*, 19 de novembro de 2012

Em sua entrevista coletiva, François Hollande anunciou com orgulho que defendia um “socialismo da oferta”, com estímulo à “produção”, em oposição a um socialismo “mais tradicional”, “baseado na demanda”. Que belo tema de dissertação para o vestibular, e que boa ideia escolher o lado da produção! É sempre melhor do que um socialismo sem produção... O problema é que, por trás dessa retórica extremamente batida (ao contrário do que se ouve por aí, os socialistas franceses há muito já testaram as políticas da oferta — por exemplo, com a redução em um terço da alíquota do imposto sobre as empresas entre 1988 e 1993), o que se esboça nas medidas do primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault e do presidente Hollande neste outono é um socialismo do privilégio e da complexidade fiscal, desastroso para o modelo social francês, que precisaria urgentemente ser modernizado e reformado. Em suma, um socialismo decorativo.

Já conhecíamos a pilhéria dos “pombos” em relação aos ganhos de capital: páginas e páginas acrescentadas ao código tributário sem qualquer benefício para a eficiência econômica e, menos ainda, para a justiça fiscal. Eis que surge o crédito de imposto para a competitividade e o emprego (CICE), ponta de lança do plano de competitividade do governo que, na realidade, não passa de um imenso elefante branco em gestação. É justamente o exemplo do que não se deve fazer: em vez de propor uma reforma radical das contribuições sociais, o que teria exigido coragem e determinação tanto do governo como dos parceiros sociais, desvia-se do obstáculo acrescentando uma camada de complexidade num sistema fiscal-social já sufocado por elas.

Do que se trata? Qualquer pessoa que já tenha contratado um funcionário assalariado conhece a dificuldade de saber as alíquotas exatas dos encargos que devem ser aplicados. É preciso somar diversas alíquotas (diferentes regimes de aposentadorias, seguro-desemprego, doença, família etc.), levar em conta

todos os abatimentos adicionais (construção, moradia, educação, encargos salariais etc.), variando de acordo com os setores de atividade e o tamanho da empresa, sem falar nos incontáveis regimes derogatórios vinculados à idade do assalariado ou à data de sua contratação (acabaram de acrescentar mais uma, aliás, com o contrato de geração<sup>1</sup>). Ao fim de cálculos fastidiosos e de muito tempo perdido com o contador, chega-se, *grosso modo*, aos seguintes números. A alíquota global de contribuições patronais é da ordem de 40% (para pagar 100 euros de salário bruto, o empregador paga 140 euros em salário superbruto), dos quais cerca de metade destina-se a financiar a aposentadoria e o seguro-desemprego. A alíquota cai para cerca de 20% no nível do salário mínimo,<sup>1</sup> mas aumenta vertiginosamente para 40% a partir de 1,6 vezes o salário mínimo. Tudo isso varia de acordo com o setor e o tempo de serviço (para resumir).

Já o assalariado que deseja conhecer seu poder de compra se depara com um labirinto ainda mais surrealista. Ele precisa saber distinguir a CSG dedutível e não dedutível, o salário líquido da CSG mas bruto do imposto de renda, sem falar do bônus para o emprego (PPE) que cerca de oito milhões de assalariados modestos recebem com um ano de atraso à guisa de restituição de parte da CSG descontada um ano antes... Sem dúvida, é o ápice do absurdo fiscal, pelo menos até hoje.

Pois não é que os nossos vigorosos socialistas da oferta, não satisfeitos em nada mudar nesse cipoal incompreensível, decidem acrescentar outra camada, com um crédito de imposto que reembolsa as empresas, um ano depois, com o equivalente a 6% de sua massa salarial, descontada um ano antes sob a forma de contribuições sociais? É, *grosso modo*, o equivalente do PPE para as empresas. E, para variar, esse mecanismo de crédito de imposto sobre as empresas comporta todo tipo de exceção: dele estão excluídas fundações, associações, em especial aquelas presentes no ensino superior, pesquisa, saúde, setores em potencial, altamente competitivos, e para os quais é incerto atrair a mão de obra qualificada na França.

Qual é o efeito de tudo isso? Um enorme desperdício de dinheiro público, pois ninguém domina essas regras, exceto talvez as maiores empresas. E estas ainda devem calcular que, diante da instabilidade crônica desses dispositivos de crédito de imposto, e da imprevisibilidade quase total no horizonte de

alguns anos, convém não tomar qualquer decisão que as comprometam para além desse tempo. Resumindo: o governo joga dinheiro público pelo ralo, num momento em que está com o caixa vazio. Tudo isso financiado por um aumento da TVA sobre os menos ricos. O governo anterior pelo menos tinha o bom gosto de utilizar esse mesmo dinheiro para implementar uma verdadeira redução das contribuições sociais para níveis acima de 1,6 vezes o salário mínimo. Fica uma pergunta: por que tantos remendos?

---

I. O contrato de geração é um dispositivo legal que visa manter o emprego dos funcionários sêniores, a inserção dos jovens a longo prazo na empresa e a transmissão de competências. Apresenta dois componentes: a negociação de acordos coletivos nas organizações com mais de cinquenta funcionários e ajuda financeira a empresas com menos de trezentos funcionários que contratem jovens em regime de CDI (contrato de duração indeterminada) e empreguem pessoas de mais idade. <<https://www.service-public.fr/professionnels-entreprises/vosdroits/F31262>>, em francês. (*N. do E.*)

## *Merkhollande e a zona do euro: um egoísmo míope*

*Libération*, 17 de dezembro de 2012

Por que a França e a Alemanha não fazem pressão pela união política e orçamentária da zona do euro? Por uma simples razão: os dois países se beneficiam hoje das taxas de juros extremamente baixas (menos de 1%) e lavam as mãos para o fato de a Itália e a Espanha estarem pagando taxas superiores a 5%, afundando na crise. Isto se chama egoísmo míope: todos nós vamos sofrer a recessão que se instala na zona do euro. Sem falar que ninguém pode prever as reações políticas violentas que todo esse cenário poderia vir a gerar no sul da Europa ou em outras regiões.

No melhor dos casos, a Europa terá perdido uma década discutindo sem investir no futuro. E isso justamente quando temos o melhor modelo social do mundo e deveríamos ter as melhores universidades do planeta para vencer a batalha da inteligência e do desenvolvimento sustentável no século XXI.

No joguinho dos egoísmos nacionais, difícil saber quem é o mais culpado. A Alemanha acumula superávits comerciais altíssimos: ninguém precisa de tais reservas, e, por definição, uma estratégia desse tipo só pode funcionar se todos a seguirem. A França, contudo, além de se mostrar incapaz de reformar e modernizar seu sistema econômico, fiscal e social, na verdade não definiu nenhuma proposta no sentido de mutualizar as dívidas públicas.

A única proposta concreta apresentada até hoje é a do fundo de resgate, formulada há exatamente um ano pelo conselho dos economistas alemães que assessora a chancelaria. A ideia é partilhar todas as dívidas nacionais que excedam 60% do PIB. A proposta está longe de ser perfeita. Ela carece sobretudo de uma janela política: uma vez constituído o fundo, o déficit anual e o ritmo de desendividamento e de emissão de dívida comum deveriam ser fixados por um parlamento orçamentário da zona do euro, como resultado de

uma deliberação pública e democrática — o contrário das cúpulas de chefes de Estado e dos ministros que hoje fazem as vezes de governança na Europa. De todo modo, a proposta tem o mérito de existir, enquanto a França nem sequer se dignou a respondê-la ou a formular sua própria versão.

Então, o que fazer? Em primeiro lugar, repetir que é impossível dar certo uma moeda única com 17 dívidas públicas diferentes. A perda de soberania monetária deve ser compensada com o acesso a uma dívida pública mutualizada e a uma taxa de juros baixa e previsível. É preciso notar que, com uma dívida pública da ordem de 100% do PIB, as ondas especulativas sobre as taxas de juros têm efeitos enormes e devastadores nas finanças públicas. A Itália tem atualmente um superávit primário de 2,5% do PIB (os impostos superam as despesas públicas em 2,5% do PIB), e apenas as taxas de juros mergulham o país no déficit e na espiral da dívida. A título de comparação, o orçamento total de todas as universidades, *grandes écoles* e cursos superiores, na França e na Itália, é da ordem de 0,5% do PIB.

Independentemente dos erros cometidos em gestões anteriores — e foram muitos —, não faz sentido impor à Itália, à Espanha e à Grécia tal custo, bem como a impossibilidade de investir no futuro. Ninguém pode reformar seu país com essa incerteza pairando sobre a cabeça.

A união política e fiscal da zona do euro é também a única maneira de distribuir os esforços de forma equânime. Um dos efeitos da crise foi o grande retorno do imposto sobre o patrimônio. Nada de espantoso nisso: na Europa, os patrimônios privados hoje alcançam níveis desconhecidos desde a Belle Époque, ao passo que as rendas estão estagnadas. Na Espanha, o imposto sobre as fortunas suprimido em 2008 por Zapatero foi reintroduzido em 2011. Na Alemanha, o partido social-democrata, SPD, quer recriar um imposto geral sobre o patrimônio. Na Itália, a maior parte das novas receitas fiscais arrecadadas pelo governo Monti provém de um aumento do imposto sobre as propriedades imobiliárias e os ativos financeiros. Mesmo o FMI, cuja doutrina fiscal costuma se limitar à defesa da TVA, aplaudiu.

O problema é a impossibilidade de executar corretamente esse tipo de reforma sem a cooperação europeia, em particular sem a transmissão automática de informações sobre os ativos financeiros detidos no exterior. A Itália, por exemplo, terminou por introduzir uma taxa de 0,5% sobre os

imóveis (não realocável) e de reles 0,1% sobre os ativos financeiros, justamente quando estes últimos representam o grosso dos patrimônios mais elevados.

De um lado, os credores pedem à Grécia que obrigue seus cidadãos mais ricos a pagar; mas, de outro, recusam-se a implementar a união fiscal que permitiria alcançar esse objetivo. O resultado é que estamos pressionando o sul da Europa a se lançar numa vasta queima de ativos públicos a preços irrisórios. Afinal, quando demonstraremos coerência e coragem?

## *Viva a escola na quarta-feira!*<sup>I</sup>

*Libération*, 28 de janeiro de 2013

E se as verdadeiras reformas não estiverem onde esperávamos encontrá-las? Durante a campanha eleitoral, François Hollande falou muito de impostos e aposentadorias. Precisamos ceder às evidências: provavelmente não haverá uma reforma fiscal ambiciosa nem uma reforma sistemática das aposentadorias. Em contrapartida, começamos a vislumbrar mudanças relevantes em áreas inesperadas. Isso não desculpa a inércia fiscal-social, mas é sempre uma boa notícia. Sobretudo na esfera da governança democrática.

A concessão do voto deliberativo — e não apenas consultivo — aos representantes dos assalariados nos conselhos de administração das grandes empresas, como se pratica há muito tempo na Alemanha, sem a necessidade de deter qualquer participação no capital (estamos aqui muito longe da participação gaullista), é tudo, menos secundária.

Da mesma forma, convém saudar a corajosa decisão de conceder aos membros externos dos conselhos de administração das universidades — em especial os representantes das autarquias locais e das empresas — o poder de escolher o presidente dos estabelecimentos. Em 2007, estranhamente, a direita improvisara uma autogestão integral: a escolha do presidente era reservada aos representantes eleitos dos professores-pesquisadores, o que criou uma tremenda confusão entre os papéis das instâncias administrativas e científicas.

Chegou a hora de encarar a reforma escolar, sobretudo a questão de não haver aula às quartas-feiras no ensino fundamental. Não se iludam: trata-se de uma reforma essencial, sem dúvida uma das mais importantes do mandato.

Em primeiro lugar porque, ao instituir pela primeira vez a escola em cinco dias na semana, de segunda a sexta, como se pratica em todos os outros países do mundo, o ministro Vincent Peillon resgata (enfim) um compromisso datado e firmado sob a Terceira República. À época em que a escola pública, gratuita e obrigatória para todos foi estabelecida, aceitamos doar à Igreja um

dia da semana — a quinta-feira, de 1882 a 1972; e depois a quarta-feira, para formar as consciências dos alunos. quase um século e meio mais tarde, raros são os que frequentam o catecismo, e está mais do que na hora de reconsiderar essa anomalia.

A questão torna-se mais urgente porque a quarta-feira sem escola é uma fonte inaceitável de desigualdade social: as crianças burguesas praticam todo tipo de atividades culturais instigantes, enquanto as outras vadiam em frente à TV ou em centros de recreação mal-administrados (não é fácil encontrar profissionais competentes e motivados que aceitem trabalhar meia jornada por semana). Sem falar que isso resulta em uma jornada muito longa para as crianças nos outros quatro dias.

Enfim e acima de tudo, um ponto pouco lembrado é que a quarta-feira sem escola coloca uma pressão enorme sobre os pais e, na prática, uma pressão desproporcional sobre as mães de crianças pequenas, para que deixem de trabalhar às quartas-feiras. Isso tem consequências muito nocivas sobre a desigualdade entre homens e mulheres no que se refere às carreiras profissionais: se você sabe que as jovens mães de família estarão sistematicamente indisponíveis para as reuniões às quartas-feiras, você vai lhes confiar as mesmas responsabilidades que aos pais? É claro que não. Eliminando essa lamentável particularidade francesa e instituindo um serviço público de educação aberto às crianças e aos pais de segunda a sexta, esse governo avançaria em muito na redução da desigualdade entre homens e mulheres.

Nesse contexto, o que pensar do movimento de greve iniciado pelos professores primários parisienses no dia 22 de janeiro? Tratando-se de docentes que são *a priori* a favor da laicidade, da igualdade social e da igualdade entre homens e mulheres, essa mobilização é surpreendente, e a acusação de corporativismo — não é agradável começar a trabalhar às quartas-feiras quando em parte se escolheu a profissão para ter esse dia livre — não é totalmente infundada. Em 2002, um poderoso movimento de greve do mesmo tipo levou o então prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, a abandonar o projeto de escola às quartas-feiras. Seria desastroso e escandaloso que o mesmo acontecesse em 2013.

Mas isso não exige a atitude do governo de algumas críticas. Uma reforma de tal amplitude exige que o poder público adote as medidas necessárias e demonstre uma determinação clara. No último verão, Ayrault pareceu abandonar seu ministro na questão da escola às quartas-feiras. Antes do Natal, Hollande alimentara a oposição adiando a reforma por dois anos. Como em inúmeras outras questões, está mais do que na hora de o governo vigente aprender a definir e a assumir suas escolhas.

---

I. Por muitos anos, não havia aulas integralmente às quartas-feiras no ensino fundamental francês. Um decreto de 26 de janeiro de 2013 propôs uma nova organização do tempo escolar. (*N. do E.*)

## *Eleições italianas: a culpa da Europa*

*Libération*, 25 de fevereiro de 2013

Vista da França, a incrível virada de Berlusconi na campanha eleitoral italiana e, de maneira mais geral, o número elevado dos votos populistas, bem como a instabilidade política que se anuncia para os próximos anos, parecem difíceis de compreender. Há uma clara e implacável especificidade na Itália berlusconiana. Seria, contudo, fácil demais jogar a culpa de tudo nesse exotismo transalpino, sem relação com nossas próprias realidades e responsabilidades. A França também tem tropismos eleitorais surpreendentes, a começar pelo voto nos Le Pen, pai e filha, que não para de espantar os observadores estrangeiros.

O entusiasmo em torno do humorista Beppe Grillo, que seduziu muitos eleitores de esquerda ao propor ao mesmo tempo uma renda mínima e um referendo para sair da zona do euro — com o apoio de intelectuais e escritores como Dario Fo —, lembra o fascínio pelo comediante Coluche, que no fim de 1980 e início de 1981 tinha 15% de vantagem nas pesquisas eleitorais, com o apoio de Pierre Bourdieu e Gilles Deleuze, antes de se retirar da corrida presidencial. Em ambos os casos, observa-se a mesma desconfiança em relação às elites políticas consideradas carreiristas, bem como à falta de coragem e clareza de seus programas. Temos tanta certeza assim de que isso nunca irá se reproduzir na França?

Mas se a eleição italiana nos provoca questionamentos, é antes de tudo porque a desconfiança crescente dos italianos em relação à Europa — embora eles fossem, até recentemente, os mais europeus de todos — deve-se em parte ao nosso egoísmo e à nossa frieza. A União Europeia, sobretudo os líderes das duas principais potências econômicas e políticas, Alemanha e França, carregam uma enorme responsabilidade na situação catastrófica em que hoje se encontra a zona do euro, e que influencia cada vez mais o clima político nos países do sul do continente. A qualquer momento a faísca pode acender na

Grécia ou na Espanha, onde em 2014 será realizada uma eleição de alto risco que decidirá a independência da Catalunha.

É comum dizer que o Banco Central Europeu (BCE), única instituição federal forte, conseguiu convencer os mercados financeiros de que estaria sempre presente para socorrer o euro, e que isso teria permitido a saída da crise. Na verdade, um banco central sozinho não pode garantir a perenidade de uma união monetária. A melhor prova disso é que a Itália e a Espanha continuam a pagar taxas de juros muito mais elevadas do que a Alemanha e a França.

Em 2012, a Itália reduziu drasticamente as despesas e aumentou os impostos. Em particular, o governo criou um novo imposto sobre o patrimônio imobiliário (bem como sobre os ativos financeiros, mas a uma taxa oito vezes menor, na falta de cooperação europeia adequada), de maneira que o país se encontra em situação de superávit primário: os impostos superam as despesas em 2,5% do PIB. O problema é que essa política mergulhou o país na recessão, sem com isso livrá-lo da espiral da dívida: os juros pagos sobre a dívida pública superam os 5% do PIB, de modo que o déficit secundário — o único que conta para a evolução da dívida — é superior a 2,5% do PIB. Os esforços consentidos pela população parecem inúteis.

Mario Monti é adulado pelo restante da Europa; mas, para os italianos, tudo isso parece absurdo. Como era de se esperar, Berlusconi propõe restituir o novo imposto, e Beppe Grillo propõe sair do euro. A bem da verdade, trata-se de uma situação clássica para a Itália, que volta e meia se vê à frente de fortes superávits primários, a fim de combater a carga dos juros criados pelos déficits anteriores. No conjunto do período de 1970 a 2010, a Itália foi o único país do G8 em situação de quase equilíbrio primário (em média, as despesas praticamente não ultrapassaram as receitas). É também aquele cuja dívida progrediu de maneira mais acentuada, pois os juros superaram na média os 6% do PIB (contra 2% ou 3% nos demais países).

A novidade é que, até aquele momento, a Itália podia desvalorizar sua moeda para sair do aperto e reaquecer a economia. Com o euro, os países abriram mão de sua soberania monetária. A contrapartida deveria ser uma dívida pública mutualizada, que permitisse a todos que se beneficiassem das taxas de juros baixas e previsíveis. Isso, é claro, exigiria a votação em comum

acordo do déficit, de maneira transparente e democrática, reunindo os membros das comissões de finanças dos parlamentos nacionais para criar um verdadeiro parlamento orçamentário da zona do euro. Se a Alemanha e a França não deixarem o egoísmo de lado para propor essa solução, é grande o risco de assistirmos a novos terremotos políticos, ainda mais graves do que a eleição italiana.

## *Por um imposto europeu sobre as fortunas*

*Libération*, 25 de março de 2013

A crise no Chipre ilustra algumas das contradições mais espinhosas que a globalização financeira enfrenta. Do que se trata? O Chipre é uma ilha com um milhão de habitantes, que se juntou à União Europeia em 2004, e depois à zona do euro, em 2008. Seu setor bancário é hipertrofiado: os balanços superam em oito vezes o PIB anual, e os depósitos chegam a quatro vezes o valor do PIB. São depósitos dos cipriotas e de estrangeiros, em especial russos, atraídos por um fisco débil e pela vista grossa das autoridades locais.

Somos informados de que esses depósitos russos incluem enormes somas individuais e imaginamos então oligarcas cujos bens chegam a dezenas de milhões de euros. Isso com certeza é verdade, mas nenhuma estatística, sequer aproximativa, foi publicada pelas autoridades europeias ou pelo FMI. Provavelmente nem mesmo essas instituições sabem muita coisa, e jamais moveram uma palha para avançar nessa questão de importância central. A falta de transparência não facilita uma solução pacífica e racional do conflito.

O problema do momento é que os bancos cipriotas não têm mais esse dinheiro: ele foi investido em títulos gregos, hoje desvalorizados, e em investimentos imobiliários em parte ilusórios. Obviamente, as autoridades europeias hesitam em salvar os bancos sem uma contrapartida, ainda mais porque, no fim das contas, estarão salvando milionários russos.

Após meses de reflexão, os membros da agora célebre Troika (Comissão Europeia, BCE, FMI) tiveram a ideia desastrosa de taxar todos os depósitos bancários praticamente à mesma alíquota: 6,75% até 100.000 euros e 9,9% acima disso. A leve progressividade não deve iludir: para qualquer um, trata-se na verdade de golpear com a mesma força as pequenas poupanças e os oligarcas.

Diante das objeções, fala-se agora em isentar os montantes inferiores a 100.000 euros e taxar mais intensamente os depósitos mais elevados. Isso,

contudo, permanece muito vago (ao que tudo indica, ruma-se para uma abordagem banco a banco), e, ademais, o mal está feito: os pequenos depositantes europeus não sabem mais se podem confiar nas autoridades que os governam.

A versão oficial é que esse quase “flat tax” foi adotado a pedido do presidente cipriota, que teria preferido tributar com mais força os pequenos depositantes para evitar a fuga dos maiores. Sem dúvida, em parte foi isso que aconteceu (nunca saberemos: todas as negociações se deram a portas fechadas). A crise cipriota ilustra o drama dos pequenos países na globalização, os quais, para salvar a pele e encontrar seu nicho, às vezes estão dispostos a se jogar na concorrência fiscal mais feroz para atrair os capitais menos aconselháveis.

Mas a desculpa não cola: o “flat tax” foi adotado por unanimidade pelo eurogrupo. Já está na hora de os governos europeus aprenderem a assumir em público suas responsabilidades. Essa crise demonstra a necessidade de instituímos um verdadeiro parlamento orçamentário da zona do euro, a fim de que tais questões possam enfim ser debatidas e resolvidas de modo democrático, à luz do dia.

Essa crise ilustra também, e acima de tudo, a incapacidade dos grandes países de adotar ferramentas capazes de resolver com eficácia as crises financeiras e distribuir os esforços e as perdas de maneira justa e aceitável para todos. O problema do buraco no patrimônio dos cipriotas é a estreiteza de sua base de cálculo (para escapar dela, parece que basta transformar seus depósitos em ações ou em outros ativos não tributáveis) e sua gritante falta de progressividade, única na história.

A título de comparação, a alíquota do imposto sobre as fortunas é, em 2013, de 0% até 1,3 milhão de euros; 0,7% até 2,6 milhões; e de 1,5% para somas acima de 10 milhões. Encontramos igualmente inúmeros exemplos históricos de taxaçaõ temporária e progressiva sobre o capital. O “imposto de solidariedade nacional”, instituído em 1945, compreende uma taxaçaõ dupla e excepcional sobre o valor presente dos patrimônios (a taxas que vão de 0% a 20% no caso das fortunas mais elevadas) e sobre os enriquecimentos ocorridos entre 1940 e 1945 (a taxas que chegam a 100% para os enriquecimentos mais significativos).

Para arrecadar esse tipo de imposto, são necessárias, é claro, declarações individuais de patrimônio que reúnam os ativos detidos nos diferentes bancos. Recursos modernos facilitam a tarefa: com transmissões automatizadas de informações entre os países, poderíamos inclusive ter declarações pré-preenchidas. Ora, é exatamente essa perspectiva de um imposto internacional sobre as fortunas que a Troika rejeita, em especial o FMI, por conservadorismo e ideologia. Daí a ideia do “flat tax”, que pode ser tributado na esfera de cada banco, mas que é profundamente injusto e ineficaz. Pelo menos a crise cipriota tem o mérito de propor com clareza o debate.

## *As duas mentiras de Jérôme Cahuzac*

*Libération*, 22 de abril de 2013

Há dois escândalos envolvendo Cahuzac. O primeiro é a mentira sobre a conta suíça, gravíssima porque destrói simbolicamente o que era a única força de François Hollande frente a Nicolas Sarkozy: menos proximidade da grande quantia de dinheiro de origens escusas, fim dos privilégios aos mais ricos. Mas há também uma segunda mentira: Jérôme Cahuzac encarna a abdicação, por parte da esquerda, das promessas de reforma fiscal ambiciosa. Uma esquerda que se prepara com tranquilidade para aumentar a TVA de toda a população no próximo 1º de janeiro, em pleno marasmo econômico, mesmo tendo descartado qualquer aumento dessa natureza quando estava na oposição.

O problema é que a segunda mentira — e segundo escândalo — é, sobretudo, obra de François Hollande, que apenas usou Cahuzac para dissimular sua falta de coragem e suas vagas convicções. E com a ajuda dos cerca de trezentos deputados socialistas que votaram em bloco pelo aumento da TVA no último dezembro, seis meses após terem sido eleitos com um programa rigorosamente oposto. Tudo isso para implantar um crédito de imposto que é uma verdadeira confusão, apenas acrescentando mais uma camada de complexidade a um sistema fiscal-social atulhado delas.

Isso faz pensar nas desvantagens do presidencialismo à francesa. Longe do público, os deputados, assim como os membros dos gabinetes ministeriais, não se privam de dizer cobras e lagartos desse pretense “plano de competitividade”. Diante do público, no entanto, ninguém ousa contradizer as decisões do monarca republicano. Como chegamos a isso? Voltemos no tempo.

Em 2011, todos consideravam que a esquerda tinha um programa fiscal cujo objetivo central era uma reformulação do imposto de renda. O Partido Socialista acabara por adotá-lo oficialmente, após uma votação solene por parte dos militantes: “Procederemos à fusão do imposto de renda e da CSG

para criar um imposto moderno, recolhido na fonte, o qual, portanto, se adaptará mais rapidamente às evoluções das carreiras e das vidas.”

Durante as eleições primárias, no outono de 2011, todos os candidatos fingiram concordar com esse programa. Na verdade, teria bastado cavar um pouco para constatar que não era nada disso. Nenhum dos “detalhes” importantes (base de cálculo, tabela, calendário...) foi decidido, e o famigerado programa era, de fato, vago demais e normativo de menos. Por que as perguntas corretas não foram feitas na hora certa? Sem dúvida porque uma parcela dos jornalistas “políticos” confunde política e povo, sem se interessar pelo que julga ser os “detalhes” dos programas fiscais — exceto, é claro, quando se trata de seus próprios impostos.

O fato é que François Hollande começou a dar para trás pouco tempo após ser indicado como candidato. Jérôme Cahuzac, mais conhecido por sua competência em implantes capilares do que em matéria fiscal, e que foi nomeado porta-voz do candidato para assuntos de orçamento e impostos, fez então uma declaração inacreditável: a fusão do imposto de renda e da CSG só poderá ser feita no fim do mandato, e unicamente em caso de “consenso-bipartidário”. Em linguagem direta, isso quer dizer que nada será feito: desde quando o PS e a UMP adotam reformas fiscais em conjunto? E quem Hollande decide nomear para cuidar dos impostos após sua eleição? Jérôme Cahuzac. O arco se fechou. Sem surpresa, a reforma é adiada.

Para preencher o vácuo, inventa-se então um inverossímil crédito de imposto, financiado por uma manipulação indigna das alíquotas de TVA. Pois, não satisfeita em elevar em 6 bilhões de euros a TVA no próximo 1º de janeiro, a esquerda insiste na mentira, tentando impingir que os mais pobres serão poupados. A alíquota mais baixa não será reduzida de 5,5% para 5%? Na prática, se você gasta todo o seu salário em pacotes de macarrão no supermercado, então você ganha 0,5% de poder de compra (menos que a inflação). Mas se você fizer loucuras, cuidado! O senhor François irá tributá-lo com seu grande bastão.

Quanto maior, mais fácil aceitar? Pois bem, a verdade é que não, ninguém aceita. Essa mistura de cinismo e incompetência apresenta o grande risco de terminar muito mal para todos nós. Cedo ou tarde, a reforma fiscal voltará à pauta, uma vez que é inevitável. Só uma CSG progressiva permite

implementar uma política eficaz de poder de compra em benefício dos modestos assalariados e visar uma reforma ambiciosa do financiamento da proteção social. François Hollande confronta-se no momento com a seguinte escolha: ou empurra a reforma do sistema fiscal-social francês para os próximos presidentes ou contribui para que ela aconteça.

## *Mudar a Europa para superar a crise*

*Libération*, 17 de junho de 2013

Cinco anos após o início da crise financeira, os Estados Unidos voltaram a crescer. O Japão está em vias de fazer o mesmo. Só a Europa parece confinada de vez na estagnação e na desconfiança: nosso continente ainda não recuperou seu nível de atividade de 2007. A crise da dívida parece insuperável, justamente quando nosso grau de endividamento público é melhor do que no restante do mundo rico.

O paradoxo não termina aí. Nosso modelo social é o melhor do mundo, e temos todas as razões para nos unir a fim de defendê-lo, aprimorá-lo e promovê-lo. O total dos patrimônios (ativos imobiliários e financeiros, líquidos de todas as dívidas) detidos pelos europeus é o mais elevado do mundo, à frente dos Estados Unidos e do Japão, e bem à frente da China. Ao contrário de uma lenda persistente, o que os europeus possuem no resto do mundo é claramente mais elevado do que aquilo que o restante do mundo possui na Europa.

Então por que nosso continente, apesar de todos esses trunfos sociais, econômicos e financeiros, não consegue superar a crise? Porque continuamos a nos fragmentar quanto às pequenas coisas e a nos resignar a ser um anão político e uma peneira fiscal. Somos governados por pequenos países em concorrência acirrada uns com os outros (logo a França e a Alemanha se tornarão minúsculos na escala da economia globalizada), além de compartilharmos instituições totalmente inapropriadas e disfuncionais.

Após a queda do Muro de Berlim e o impacto da unificação alemã, os dirigentes europeus decidiram em poucos meses criar uma moeda única. Passados cinco anos da deflagração da crise econômica mais grave desde os anos 1930, continuamos à espera de uma coragem como aquela. No entanto, o desafio a ser enfrentado é claro. Uma moeda única com dezessete dívidas públicas diferentes e 27 políticas fiscais tentando tirar um naco das receitas do

vizinho: isto não funciona. Ora, para unificar as dívidas públicas e implementar a união orçamentária e fiscal, é preciso revisar de ponta a ponta a arquitetura política da Europa.

O cerne do problema está no Conselho dos Chefes de Estado — e seus derivados no âmbito ministerial (Conselho dos Ministros das Finanças, Eurogrupo etc.). Finge-se acreditar que ele pode exercer as funções de câmara parlamentar soberana na Europa: uma câmara representando os Estados ao lado de um Parlamento europeu representando os cidadãos. Essa ficção não funciona, e jamais funcionará, por uma razão bem simples: é impossível organizar uma democracia parlamentar serena, pública e plural com um único representante por país. Uma instância desse tipo só pode levar ao confronto entre egoísmos nacionais e à impotência coletiva. Isso transcende as pessoas: o Merkhollande não funciona melhor que o Merkozy.

O Conselho é útil para estabelecer regras gerais ou negociar alterações de tratados. Contudo, para gerir no dia a dia uma verdadeira união fiscal e orçamentária, para votar soberanamente o nível do déficit público e adaptá-lo à evolução da conjuntura (quando as dívidas forem mutualizadas, ninguém poderá determinar seu déficit de maneira isolada), para estabelecer democraticamente a base de cálculo e a alíquota dos impostos a serem mutualizados (a começar pelo imposto sobre as empresas, hoje em grande parte contornado pelas multinacionais), precisamos de um verdadeiro Parlamento orçamentário da zona do euro.

O mais natural seria estruturá-lo a partir dos parlamentos nacionais — por exemplo, reunindo os deputados das comissões financeiras do Bundestag, da Assembleia Nacional francesa etc., que poderiam se encontrar uma semana por mês para tomar as decisões comuns. De modo que cada país seria representado por trinta ou quarenta pessoas, e não por apenas uma. As votações não se limitariam a confrontos nacionais: os deputados do partido socialista francês, PS, votariam frequentemente com o alemão, SPD; a UMP (União por um Movimento Popular) francesa com a CDU alemã (União Democrata Cristã). E, sobretudo, os debates seriam públicos e plurais, resultando numa decisão majoritária clara e limpa.

Abandonaríamos as unanimidades de fachada dos Conselhos dos Chefes de Estado, que nos anunciam regularmente às quatro horas da manhã que

salvaram a Europa até se darem conta, ao longo do dia, de que nem sequer se lembram do que decidiram. A palma de ouro da irresponsabilidade vai sem dúvida para as decisões tomadas por unanimidade pelo Eurogrupo e pela Troika a respeito do Chipre, as quais ninguém se mostrou disposto a assumir em público nos dias subsequentes.

O problema é que os governos vigentes parecem prisioneiros desse sistema. No fundo, existe um consenso que vai dos liberais alemães aos socialistas franceses no sentido de preservar o poder político do Conselho dos Chefes de Estado. Por que tanta hesitação? A explicação oficial é que os franceses não querem o federalismo, e que aventurar-se numa mudança de tratado seria suicídio. Argumento estranho: desde que optamos por compartilhar nossa soberania monetária, há mais de vinte anos, e estabelecemos regras extremamente meticulosas a respeito dos déficits públicos (como o limiar de 0,5% e as penalidades automáticas estabelecidas pelo novo tratado adotado ano passado), vivemos de fato num sistema federal.

A questão é simples: queremos mergulhar cada vez mais no federalismo tecnocrático ou estamos enfim preparados para apostar no federalismo democrático?

## *O crescimento pode nos salvar?*

*Libération*, 24 de setembro de 2013

Seria de fato razoável apostar no retorno do crescimento para resolver todos os nossos problemas? Decerto é sempre preferível ter 1% de crescimento da produção e da renda nacional em vez de 0%. Está na hora, contudo, de perceber que isso não resolverá os desafios cruciais que os países ricos devem enfrentar neste início de século XXI.

O aumento da produção parece ter dois motivos: o crescimento da população e o crescimento da produção por habitante, isto é, da produtividade. Ao longo dos últimos três séculos, a produção mundial progrediu em média 1,6% ao ano, sendo 0,8% por conta da população e 0,8% por conta da produção por habitante. Pode parecer um valor irrisório, mas trata-se, na realidade, de um ritmo bastante acelerado, posto que tem se mantido por bastante tempo. Na realidade, esse número corresponde a mais de dez vezes a multiplicação da população mundial ao longo de três séculos, que passou de cerca de seiscentos milhões de habitantes em 1700 para os sete bilhões de hoje. Parece pouco provável que esse ritmo de crescimento demográfico prossiga no futuro. A população já começou a declinar em diversos países europeus e asiáticos. De acordo com as previsões das Nações Unidas, é o conjunto da população mundial que deve se estabilizar ao longo deste século.

No que se refere à produção por habitante, é bastante razoável imaginar que o crescimento passado — 0,8% por ano nos últimos três séculos — persista no futuro. Não sou um defensor da retração. As inovações tecnológicas podem muito bem continuar, permitindo um crescimento imaterial e não poluente por tempo indefinido. Com a condição, todavia, de desenvolver energias limpas, o que não é garantido. De toda forma, o ponto importante é que, mesmo que o crescimento continue, ele com certeza não irá além de 1% a 1,5% ao ano. Os crescimentos de 4% ou 5% ao ano observados

na Europa durante os Trinta Gloriosos, e até mesmo acima disso na China de hoje, correspondem sempre a situações puramente transitórias de recuperações de um país em relação a outro. Desde que alcançamos a fronteira tecnológica mundial, nenhum país obteve crescimento sustentável superior à faixa de 1% a 1,5% ao ano.

Nessas condições, é quase inevitável que, no século XXI, o crescimento se estabeleça num patamar nitidamente inferior ao rendimento do capital, isto é, o que um patrimônio rende em média ao longo de um ano (sob a forma de aluguéis, dividendos, juros, lucros, ganhos de capital etc.), em porcentagem de seu valor inicial. Esse rendimento é em geral da ordem de 4% a 5% ao ano (por exemplo, se um apartamento avaliado em 100.000 euros tem um valor locativo de 4.000 euros por ano, o rendimento é de 4%), podendo alcançar de 7% a 8% ao ano no caso das ações e patrimônios mais elevados e mais bem-diversificados.

Mas essa desigualdade entre rendimento do capital ( $r$ ) e crescimento da produção ( $g$ ) — que podemos descrever na fórmula  $r > g$  — atribui uma importância exagerada aos patrimônios constituídos no passado, conduzindo automaticamente a uma extrema concentração da riqueza. Começamos a ver os sinais disso, algumas décadas atrás, nos Estados Unidos, é claro, mas também na Europa e no Japão, onde a redução do crescimento (sobretudo demográfico) resulta num aumento sem precedentes do volume dos patrimônios em relação às rendas.

É importante compreender que não existe nenhuma razão natural para que o rendimento do capital deva cair na mesma proporção da taxa de crescimento. A maneira mais simples de se convencer disso é constatar que o crescimento foi quase nulo durante a maior parte da história da humanidade, ao passo que o rendimento do capital sempre foi nitidamente positivo (4% a 5% no caso da renda fundiária nas sociedades agrícolas tradicionais). Isso não impõe qualquer problema lógico de um ponto de vista estritamente econômico. Muito pelo contrário: quanto mais puro e perfeito for o mercado, no sentido dos economistas, mais forte será a desigualdade  $r > g$ . Em contrapartida, isso leva a desigualdades extremas e pouco compatíveis com os valores meritocráticos sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas.

Há vários remédios possíveis, que vão desde a cooperação internacional mais funcional (trocas automáticas de informações bancárias, imposto progressivo sobre o capital) até o isolamento nacional mais severo. Se, por um lado, a inflação permitiria liquidar a dívida pública, por outro ela atingiria essencialmente os patrimônios mais modestos, não sendo, portanto, uma resposta sustentável. Controle dos capitais à moda chinesa, oligarquia autoritária à moda russa, crescimento demográfico constante à moda americana: cada bloco regional tem sua solução. A sorte da Europa é seu modelo social e sua riqueza patrimonial, muito superior a todas as suas dívidas. Se aceitar revisar as estruturas das instituições políticas, hoje com grave disfuncionalidade, a Europa dispõe dos meios para ir além do crescimento e permitir à democracia retomar o controle do capitalismo.

## *FMI: mais um esforço!*

*Libération*, 21 de outubro de 2013

Eis então que o FMI, em seu último relatório, passou a defender o imposto progressivo. Chega até mesmo a recomendar um imposto sobre os patrimônios privados a fim de reduzir o endividamento público. Enfim uma boa ideia! É claro que essa mudança de rumo provoca algum otimismo. Ainda assim, vamos tentar compreender melhor o que o FMI propõe e não propõe, a origem dessas recomendações e suas consequências.

Durante décadas, o FMI fez de tudo para desqualificar o próprio princípio do imposto progressivo. Em todos os países nos quais interveio, a organização preconizou os impostos sobre o consumo (não progressivos), ou então a “flat tax” — ou seja, um imposto que incide com a mesma alíquota sobre todas as rendas, das mais baixas às mais astronômicas. Em todas as ocasiões, o FMI explicou que a aplicação de alíquotas mais elevadas às faixas superiores de renda era nociva ao crescimento e devia ser abandonada. Afirmação que, no entanto, não faz qualquer sentido de um ponto de vista histórico: o crescimento nunca foi tão forte como durante os anos 1950-1980, período no qual a progressividade fiscal estava no auge, especialmente nos Estados Unidos.

Ainda hoje a maioria dos executivos do FMI — que embolsam entre 300 e 400 mil dólares por ano e, como era de se esperar, são isentos de todos os impostos — se mantém embebida dessa ideologia. Eles continuam a explicar, sem peso na consciência, que o ajuste orçamentário começa por aumentos da TVA e por cortes nas despesas sociais, e defendem sempre reformas (como a dedução de juros nocionais, no caso das ações)<sup>1</sup> que, na verdade, visam esvaziar por completo o imposto sobre os lucros das empresas. Desnecessário dizer que o recente relatório está provocando alguns rosnados nos corredores do FMI e que resta um longo caminho a ser percorrido para transformar essas mentalidades. Ao lembrar que um retorno à progressividade de 1980

permitiria cobrir boa parte do déficit americano atual, a instituição de Washington transpõe uma etapa importante em sua própria história.

A batalha do imposto de renda progressivo está longe de ser vencida. A reboque desse primeiro enfrentamento, desenha-se uma disputa intelectual e política ainda mais importante: a do imposto patrimonial progressivo. O FMI tem razão ao assinalar que o endividamento público dos países ricos, hoje aparentemente intransponível, é no fim das contas apenas irrisório se comparado ao volume dos patrimônios privados (financeiros e imobiliários) pertencentes às famílias desses mesmos países, em especial na Europa. A sociedade rica é rica: seus Estados é que são pobres. A solução vislumbrada pelo FMI — a saber, uma taxa dos patrimônios privados para reduzir a dívida pública — tem o mérito de romper um tabu. Ela demonstra a perplexidade da organização face à crise atual. O FMI não soube antecipar a crise de 2008 e agora se dá conta de que a estratégia de austeridade orçamentária que ele estimulou apenas prolongou a recessão e também de que, nesse ritmo, seriam necessárias várias décadas para reduzir as dívidas ao nível de 2007.

Infelizmente, estamos estagnados no meio da correnteza. O problema é que o FMI não se posiciona com clareza a favor do imposto progressivo sobre o capital. O relatório com certeza evoca a possibilidade de uma taxa concentrada nos patrimônios mais elevados. Parece, contudo, tender a uma solução tipo “flat tax” sobre os patrimônios, o que é uma verdadeira aberração: não faz nenhum sentido tributar com a mesma alíquota as poupanças pequenas e médias e os imensos portfólios financeiros; o resultado será justamente uma rejeição a esse tipo de política. As autoridades europeias e o FMI, aliás, defenderam essa mesma solução durante a crise cipriota da última primavera, com o sucesso que conhecemos (quanto a esse ponto, nenhum mea-culpa no relatório: o episódio não é sequer mencionado). Levando em conta a extrema concentração que caracteriza a distribuição do capital, a tabela de tributação dos patrimônios deve ser altamente progressiva, mais ainda do que no caso das rendas.

Entretanto, essa progressividade exige um alto grau de transparência financeira internacional e de cooperação entre países, o que é simplesmente omitido pelo FMI. Mais lamentável ainda é que, sem um objetivo fiscal

formulado de maneira clara, as negociações atuais sobre os paraísos fiscais têm fortes chances de encaixar. O objetivo das transmissões automáticas de informações bancárias deve ser monitorar o conjunto dos ativos financeiros e imobiliários, detidos por determinado indivíduo nos diferentes países, e arrecadar um imposto progressivo sobre o patrimônio líquido individual.

Sonhemos um pouco: e se os funcionários da Comissão Europeia e ministros europeus das Finanças, em vez de continuarem na esteira de seus pares do FMI (na esteira para ecoar a doutrina fiscal ultraliberal, depois para a guinada seguinte), decidissem tomar as rédeas da situação e fazer propostas? E se os líderes políticos europeus, a começar pelos governantes franceses e alemães, assumissem enfim suas responsabilidades?

---

I. Esse sistema permite às empresas deduzir de seus lucros tributáveis juros fictícios, calculados sobre o capital de risco. (*N. do E.*)

## *Falência silenciosa na universidade*

*Libération*, 18 de novembro de 2013

Devagar e sempre, os sucessivos governos abandonam as universidades francesas. No mandato de Sarkozy, isso foi feito enquanto se alardeava que os recursos haviam aumentado, desdenhando da realidade. No governo Hollande, isso é feito em silêncio. Mas a realidade é a mesma. O investimento da nação em seu ensino superior encontra-se estagnado, quando não em declínio, justamente quando os *campi* americanos, asiáticos e europeus estão no auge da prosperidade.

Na França, os estudantes se espremem em anfiteatros superlotados e em salas de aula precárias, e certas universidades à beira da falência são obrigadas a cortar a calefação para fechar o orçamento. Nos últimos anos alguns cursos superiores têm sido objeto de uma sangria gradual de seus efetivos, prova de uma desconfiança profunda de parte crescente da juventude ante a falta de perspectivas. Apenas uma pequena minoria de estudantes, no âmbito dos cursos mais seletivos das instituições de maior prestígio, é beneficiada por recursos condizentes. Mas isso não basta. Para que a França encontre seu lugar na economia do conhecimento do século XXI, é preciso investir cada vez mais na formação profissional e no capital humano, e não mais numa elite restrita. Se tal estagnação persistir ao longo de todo o mandato, será sem dúvida o principal fracasso do governo Hollande, totalmente na contramão da história.

O mais triste é que, como o ensino superior é em geral muito barato na França, não haveria necessidade de deslocar vultosos recursos financeiros para mudar a situação. Lembremos as principais ordens de grandeza. Em 2007, o orçamento total alocado para a formação superior e para a pesquisa universitária era ligeiramente inferior a 11 bilhões de euros. Em 2013, mal passa de 12 bilhões. A progressão nominal entre as duas datas permite apenas compensar a inflação. Enquanto isso, os *campi* estrangeiros fazem contratações e se desenvolvem a toda a velocidade, o que lhes permite disparar à frente dos

*campi* franceses e atrair uma parcela cada vez maior de nossos docentes, pesquisadores e estudantes.

Lembremos também que essa soma de 12 bilhões de euros corresponde à totalidade dos recursos (massa salarial, funcionamento, investimento) destinados às universidades e diversas escolas e institutos, independentemente do ministério ao qual estão subordinados. Isso representa não mais que 0,5% do PIB (2 trilhões de euros) e cerca de 1% de toda a despesa pública (em torno de 50% do PIB, ou seja, 1 trilhão de euros). Desse montante, sem dúvida é possível separar em poucos anos uma margem de 6 bilhões de euros. Isso seria suficiente para aumentar em 50% a verba de todas as universidades e escolas, o que faria uma enorme diferença e permitiria tirar o sistema da sarjeta.

É tentador aproximar essa soma daqueles 20 bilhões de euros anuais que o governo se prepara para investir no CICE, o famoso crédito de imposto para a competitividade e o emprego. O CICE, em parte financiado pelo aumento da TVA que passa a vigorar em 1º de janeiro, visa reduzir o imposto sobre os lucros das empresas proporcionalmente à massa salarial. Essa medida constitui o cerne da política econômica adotada pelo governo para tentar aumentar a competitividade da economia francesa. Aliviar os encargos que incidem sobre os salários não é uma má ideia em si, sobretudo num país onde o sistema fiscal-social onera o trabalho em demasia.

Entretanto, essa estratégia é insuficiente. Em primeiro lugar porque teria sido melhor reduzir diretamente as contribuições patronais e promover uma reforma estrutural do financiamento da proteção social. Isso passa pela criação de uma CSG progressiva, única maneira de tributar de forma justa e eficaz todas as rendas (salários do funcionalismo público, aposentadorias, rendas patrimoniais, e não apenas os salários da esfera privada) de acordo com a renda de cada um. O governo se equivoca por completo ao tapar os ouvidos para os deputados que fizeram propostas nesse sentido, opondo os paladinos do “socialismo da oferta” aos defensores da “justiça fiscal”. É apenas conciliando as duas abordagens que podemos avançar e resolver a situação atual.

Em segundo lugar, e ponto principal da questão: não se pode apostar tudo na redução do custo do trabalho. Será razoável gastar num crédito de imposto (intrincado, por sinal, e sem dúvida pouco eficaz) o equivalente a duas vezes o orçamento total de todas as universidades e escolas, ao mesmo tempo em que

se congela essa verba? Claro que não. A longo prazo, é o investimento nas qualificações e na inovação que fará a diferença. O reaquecimento produtivo do país não virá com universidades falidas.

## *Da escola à universidade, falta de transparência e desigualdade*

*Libération*, 16 de dezembro de 2013

O sistema educacional francês é tão inepto assim? Não, mas é muito mais desigual do que gostaríamos de acreditar. Cada país tem uma relação apaixonada com seu modelo de educação, às vezes a despeito da realidade. O modelo francês tem várias qualidades. O sistema de ensino fundamental e médio é, de maneira geral, bem provido e se baseia num modelo de programa nacional e de recrutamento por concurso invejado por muitos países. Apesar de sua subdotação crônica, nosso sistema de ensino superior vem formando, em condições às vezes heroicas, uma parcela cada vez maior das novas gerações.

Se esse modelo chega hoje ao seu limite, é antes de tudo porque nós nos recusamos de forma obstinada a reconhecer as desigualdades que ele gera e a explicitar objetivos precisos em relação à redução dessas desigualdades. Tampouco instauramos meios de avaliar e controlar democrática e publicamente sua implementação.

Segundo o levantamento do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), a defasagem escolar na faixa dos 15 anos, entre alunos mais e menos favorecidos, figura entre as mais elevadas no âmbito dos países desenvolvidos. Quaisquer que sejam as imperfeições desse tipo de comparação, esperemos pelo menos que a advertência nos faça debruçar sobre a distorção desigual de nosso modelo.

Essa falta de transparência é flagrante no sistema das zonas de educação prioritária (ZEP). Criado nos anos 1980, ampliado no fim dos anos 1990, renomeado nos anos 2000, mas sempre em vigor, o tal sistema nunca foi objeto de uma definição precisa e mensurável, seja em relação aos critérios adotados para a classificação “educação prioritária”, seja no que se refere aos

recursos alocados. Na prática, as ligeiras diferenças em termos de tamanho das turmas (apenas dois alunos a menos nas escolas da ZEP) são mais do que compensadas pelo fato de que, na média, os docentes designados para as ZEP são, em média, menos experientes. No final das contas, a despesa pública por aluno é muitas vezes mais elevada nas escolas, colégios e liceus mais favorecidos. Isso apenas aumenta a desigualdade inicial das oportunidades escolares em relação aos estabelecimentos menos favorecidos, o exato oposto do objetivo proclamado!

Há também falta de transparência na fixação dos salários dos professores e em seu impacto sobre a desigualdade da despesa pública. O sistema de concursos públicos para professores, chamado de *agrégation*, não é um mau sistema em si. Contudo, dado que os liceus mais privilegiados têm mais professores concursados, terminamos por gastar mais recursos públicos com os alunos de origem social superior.

Mesmo problema com os professores de *prépa*, classes preparatórias para admissão nas *grandes écoles*, instituições de alto prestígio. Muito qualificados e comprometidos, não é raro suas remunerações se aproximarem — ou, em certos casos, ultrapassarem — as dos docentes do ensino superior. Antes de entregar esse grupo social à vingança popular, os altos funcionários de Bercy e do Tribunal de Contas fariam melhor questionando seus próprios honorários, particularmente polpudos e misteriosos, que também mereceriam ser revistos. Ainda assim, falta transparência ao sistema de remuneração dos professores de *prépa*, e determinadas desigualdades não têm justificativa.

Falta transparência e há desigualdades gritantes e hipócritas, enfim, na extrema estratificação que caracteriza nosso ensino superior. No último verão, o Parlamento votou uma emenda que — em teoria — permitia aos melhores alunos de cada liceu ter acesso a um curso seletivo. O problema é que jamais criamos os meios de fiscalizar a implementação de tais medidas e, de maneira geral, de analisar com calma as desigualdades no acesso ao curso superior e aperfeiçoar regras coletivas capazes de democratizar o sistema. O famoso programa *Post-bac*,<sup>1</sup> pelo qual transitam todo ano os anseios de centenas de milhares de candidatos à universidade, funciona de maneira obscura e não é objeto de qualquer avaliação.

Progressos, no entanto, são possíveis. Por exemplo, o *so ware* adotado para matricular os alunos parisienses nos liceus da capital permitiu uma melhora da situação nos últimos anos. A pontuação atribuída aos alunos bolsistas, registrada no *so ware* junto com as notas obtidas no ensino fundamental, permitiu aumentar de maneira significativa a porcentagem dos alunos mais pobres nas melhores instituições de ensino médio (como mostraram Julien Grenet e Gabrielle Fack). Esse sistema pôs fim às decisões discricionárias dos diretores, que eram pressionados pelos pais mais próximos, o que constitui um inegável progresso democrático. Esse sistema poderia ser generalizado, por exemplo, com uma pontuação social conferida a grupos mais amplos do que apenas aos bolsistas... e, enfim, com a adoção do aplicativo nos dois liceus parisienses de maior prestígio. Uma lógica similar, aliás, poderia ser estendida ao ensino superior. Esse tipo de experiência demonstra ser possível introduzir mais transparência e igualdade em nosso sistema educacional, preservando, ao mesmo tempo, o que constitui sua força.

---

I. O sistema de admissão *post-bac* utiliza um algoritmo para dividir os candidatos ao ensino superior que leva em consideração diversos critérios (instituições de ensino, ordem de preferência do estudante etc.). (*N. do E.*)

## *François Hollande, incorrigível social-trapalhão*

*Libération*, 27 de janeiro de 2014

O que pensar da política de François Hollande? Para avançar nessa questão, convém começar por banir os termos vagos e indulgentes que floresceram nos últimos tempos. François Hollande é um corajoso social-democrata, um orgulhoso social-reformista, ou teria se tornado um obstinado socialista da produção?

Surgem o tempo todo nomenclaturas novas, sem qualquer preocupação — a menor que seja — com o conteúdo e a base.

Na verdade, se continuar assim, Hollande entrará para a história como um social-trapalhão, adepto da improvisação permanente, que teria feito melhor se houvesse refletido antes das eleições sobre o que pretendia fazer quando chegasse ao poder — melhor ainda se tivesse comunicado isso aos eleitores.

Recapitulemos. Ao assumir a presidência, Hollande começou por revogar as reduções nas contribuições patronais que seu antecessor acabara de introduzir. Seis meses depois, criou o inverossímil crédito de imposto para a competitividade e o emprego (CICE), que visa restituir, com um ano de atraso, uma parcela das contribuições pagas pelas empresas um ano antes.

Duas semanas atrás, Hollande admite enfim cogitar um cancelamento do CICE e sua substituição, até 2017, por uma redução das contribuições patronais muito próxima da desoneração implementada no verão de 2012. Tudo para chegar a isso? E, ainda por cima, recebendo os aplausos da imprensa como recompensa? Parece delírio.

Sejamos claros. O peso das contribuições patronais sobre os salários é excessivo na França, e é urgente reduzi-las. Não para presentear os patrões, mas sim porque não é justo nem eficaz subsidiar o financiamento de nosso modelo social em cima da massa salarial do setor privado.

O problema da política adotada por Hollande é duplo. Em primeiro lugar, após todas essas hesitações, continuamos sem saber como irão evoluir as

alíquotas das contribuições nos anos subsequentes. Como vão se articular as desonerações dos encargos sobre os baixos salários, o mencionado fim do CICE — porém longe de estar confirmado — e a pretendida supressão das contribuições do seguro-família? Ninguém faz ideia.

Considerando a imaginação fértil sobre essa questão do indulgente chefe da administração fiscal atualmente alojado no Palácio do Eliseu, há motivos para preocupação. É provável que a novela dure até 2017. Cinco anos de incertezas, cinco anos perdidos. Depois, o principal e verdadeiro desafio será propor um novo modelo de financiamento da proteção social.

Para o UMP, a solução correta é aumentar a TVA por tempo indefinido. Após criticar essa escolha ao longo dos dez anos em que esteve na oposição, a esquerda hoje no poder acabou decidindo, também, aumentar a TVA em 1º de janeiro. Claro, de maneira menos drástica do que a direita, e lançando mão de um imposto de renda e patrimonial maior (imposto sobre as fortunas, heranças), o que não deixa de ser alguma coisa. O grande desafio do PS agora é articular uma visão clara do que vem a seguir. A única real alternativa à TVA social é, contudo, evidente: tributar da mesma maneira todas as rendas (salários privados, vencimentos do funcionalismo, pensões de aposentados, rendas patrimoniais), com uma tabela progressiva ancorada no nível da renda global.

Dada a amplitude das contribuições patronais a transferir (além dos 5,4% do auxílio-família, há os 12,8% de seguro-doença), esta é a única solução realista.

A trapalhada de Hollande reside, antes de tudo, em gastar toda a sua energia para revogar e depois retomar (mal) o canteiro de obras das contribuições sociais já iniciado por seu antecessor, ao passo que há inúmeros outros a serem iniciados. Para que a França encontre seu lugar na divisão do trabalho do século XXI, não basta reduzir o custo do trabalho. É preciso antes de tudo investir na formação profissional e na inovação. A ausência de um plano ambicioso para nossas universidades, algumas das quais soçobram na indigência, tem grandes chances de vir a ser o fracasso mais vergonhoso do mandato.

Mas o exemplo mais grave da decisão holandiana diz respeito à política europeia. Dias atrás, Paul Krugman criticou os comunicados de Hollande e

sua responsabilidade pessoal na desastrosa estratégia macroeconômica — baseada em austeridade, recessão e desemprego prolongado — adotada na zona do euro: “A segunda grande depressão europeia — a dos anos 2010, depois daquela dos anos 1930 — tem chances de continuar.”

É lamentável, mas Paul Krugman tem razão: o presidente finge renegociar o novo tratado europeu de 2012, mas na realidade não propôs nada significativo, de modo que só fez reforçar a (falsa) ideia segundo a qual não existiria verdadeira alternativa à austeridade orçamentária. A esquerda francesa procura fazer crer que a culpa disso é do egoísmo alemão. Mas não formulou nenhuma proposta precisa de união política e orçamentária da zona do euro, única maneira de fazer o BCE, Banco Central Europeu, adotar uma política mais agressiva e nos arrancar da deflação que se anuncia. Em vez de perder seu tempo com proposições vazias, a esquerda faria bem em avaliar suas responsabilidades históricas.

## Libé: o que é ser livre?

*Libération*, 24 de fevereiro de 2014

A crise no *Libération* tem pelo menos o mérito de levantar uma questão crucial. O que é ser livre quando se está dominado por um acionista imbuído de seu poder? Que formas de governanças alternativas devemos criar no século XXI para escapar à ditadura do proprietário todo-poderoso e finalmente permitir um controle democrático e participativo do capital e dos meios de produção? Essa questão eterna, que alguns julgaram poder camuflar após a queda do antimodelo soviético, na verdade nunca deixou de dar as caras. Ela se coloca sobretudo na esfera da imprensa e da mídia em geral, em que estruturas de propriedade mista sob a forma de associações ou fundações voltaram recentemente a despertar interesse, com o duplo objetivo de garantir a independência das redações e promover modelos inovadores de financiamento. No contexto de crise aguda vivido hoje pela mídia, ameaçada por uma concorrência frenética e uma desintegração das redações, é o conjunto do modelo que deve ser repensado (como mostram claramente os trabalhos recentes de Julia Cagé, economista na Universidade Harvard e na Escola de Economia de Paris).

A questão das formas alternativas de propriedade do capital, entretanto, também se coloca para os setores culturais e educacionais, em todos os continentes. Que eu saiba, ninguém nunca sugeriu transformar a Universidade Harvard (cuja verba supera os capitais próprios dos maiores bancos europeus) numa empresa de capital aberto. Para tomar outro exemplo, mais modesto, os estatutos da fundação Escola de Economia de Paris preveem que o número de doadores privados no conselho de administração aumente ligeiramente na proporção de seu aporte em capital, permanecendo de forma nítida inferior ao número de doadores públicos e coordenadores de pesquisa científica. Melhor assim: é possível que a tentação do poder contamine tanto

os gentis doadores privados das universidades como os generosos acionistas dos jornais, e é melhor precaver-se.

A bem da verdade, essa mesma questão da divisão do poder se coloca em todos os ramos de atividades, nos serviços e na indústria, nos quais convivem diversos modelos alternativos de governança. Por exemplo, os assalariados alemães estão muito mais engajados do que os franceses na gestão efetiva de suas empresas, o que, é claro, não os impede de produzir bons carros (como lembrou muito oportunamente Guillaume Duval em sua recente obra<sup>1</sup>).

No *Libé*, a questão se coloca hoje com acuidade especial. O principal acionista, Bruno Ledoux, adepto, parece, dos paraísos fiscais e das operações casadas que lhe permitem sonegar impostos, começou a martelar com desprezo que o *Libé* “deve sua saúde exclusivamente à agregação de subvenções do poder público”. Em seguida explicou que queria “tomar como testemunha todos os franceses que pagam as contas desses caras”. Essa declaração inacreditável, de uma violência inaudita para com os jornalistas que ele declara querer salvar, pode parecer irreal. É, no entanto, coerente com o pretenso plano revelado no mesmo dia, que visa monetizar a marca *Libé*, perseguindo os jornalistas.

Essa violência verbal, essa violência do dinheiro-rei que se julga autorizado a tudo, inclusive a dizer imensas tolices, agride a todos nós, como cidadãos e como leitores do *Libé*. Podemos às vezes nos decepcionar com o conteúdo do jornal, mas basta sintonizar nos canais de notícias e em seu fluxo incessante de informações emburrecedoras para lembrar que a democracia não pode funcionar sem o distanciamento proporcionado pelo texto escrito e a reflexividade de um jornal de informações gerais.

O *Libé* precisa sobreviver, e para isso é necessário denunciar as mentiras espalhadas aqui e ali. Não, a mídia não vive da caridade pública! Um veículo como o *Libération* paga na realidade muito mais encargos obrigatórios do que recebe de ajuda: no máximo, podemos dizer que ele paga uma alíquota global de contribuições sociais um pouco menos elevada do que a média das atividades econômicas privadas.

Situemos a questão num contexto mais amplo. Nosso modelo econômico consiste em mutualizar, sob a forma de taxas, impostos e contribuições diversas, cerca da metade das riquezas produzidas todo ano, a fim de financiar

infraestruturas, serviços públicos e proteções coletivas das quais todos se beneficiam. Não há, de um lado, os pagadores e, do outro, os recebedores: todos pagam e todos recebem. Em determinados setores de atividade, ditos puramente privados, as receitas das vendas devem, como se supõe, cobrir a totalidade dos custos, mas isso não os impede, é claro, de se beneficiar das infraestruturas públicas. Em outros setores, como saúde ou educação, as receitas que de fato foram pagas pelos usuários do serviço representam apenas uma minúscula parte dos custos. Essa escolha foi feita para garantir a igualdade de acesso aos serviços, mas também porque ficou claro ao longo da história que o modelo de concorrência absoluta entre produtores que visam maximizar seu lucro nem sempre é o mais apropriado, longe disso. Os setores da criação cultural e da mídia estão numa situação intermediária. Elogiamos a independência e o dinamismo trazidos pelos produtores em concorrência uns com os outros, mas desconfiamos do acionista todo-poderoso. Para construir um modelo viável, é preciso aceitar que a participação das receitas no financiamento total esteja também numa posição intermediária: muito mais elevada do que no ensino superior, por exemplo, mas nitidamente mais fraca do que no setor de cosméticos. Sem esquecer de expurgar do setor os pequenos barões que nele campeiam nocivamente.

## *François Hollande, esse teimoso*

*Libération*, 24 de março de 2014

Parece que o governo decidiu manter, até mesmo ampliar, seu famigerado dispositivo CICE (crédito de imposto para a competitividade e o emprego). É duplamente lamentável. Primeiro, porque todos julgaram compreender, por ocasião de sua entrevista coletiva em janeiro, que François Hollande decidira enfim substituir o CICE por uma redução permanente das contribuições patronais, o que seria muito mais racional e eficaz. Segundo, porque essa teimosia em insistir no que ele vê como seu “bebê” corre o grande risco de se tornar o símbolo de sua incapacidade de reformar nosso modelo social e fiscal. Pior: o símbolo de cinco anos perdidos, que consistiram em acrescentar camadas de complexidade a um sistema atulhado delas.

Vamos recapitular e tentar compreender as razões desse bloqueio. Nosso sistema de proteção social se baseia nas contribuições sociais que oneram apenas os salários. Isso pode ser justificado pelo financiamento das rendas de substituição (aposentadorias, seguro-desemprego). A particularidade é ter utilizado as contribuições também para financiar despesas sociais como auxílio-doença e as políticas voltadas para a família, o que, pela lógica, deveria incidir sobre todas as rendas (ou sobre o consumo, defendem alguns).

Nosso sistema de contribuições, além disso, é extremamente complexo. É necessário somar alíquotas que derivam de múltiplos regimes, levar em conta deduções adicionais (construção, moradia, formação profissional, alíquota sobre os salários), diferenças de bases de cálculo, sem falar dos inumeráveis regimes derogatórios, dependendo da idade do assalariado ou da data de contratação (acaba-se de acrescentar um, com o “contrato de geração” [ver nota na crônica *O socialismo decorativo*]). No fim, a alíquota global de contribuições patronais é o dobro da aplicada nos países vizinhos. Decerto uma alíquota reduzida é aplicada ao salário mínimo, mas volta a subir tão logo o ultrapassa.<sup>1</sup> Pouco antes das eleições presidenciais de 2012, o governo

anterior decidira estender essas desonerações para além de 1,6 o salário mínimo, o que, a bem da verdade, ia na direção correta (ao contrário do aumento da TVA, que financiava o conjunto).

Logo após ser empossado, o novo presidente suspendeu essa medida. Então, seis meses mais tarde, contrariando todas as suas promessas anteriores, ele aumenta também a TVA e inventa o CICE, sistema de crédito de imposto que visa restituir, com um ano de atraso, parte das contribuições pagas pelas empresas um ano antes. A sutileza do dispositivo, explica-se nas altas esferas, é que ele terá um poderoso efeito sobre o desemprego a partir de 2013, apesar de só constar do orçamento do Estado a partir de 2014.

Por que o governo insiste em manter essa medida que gera um enorme desperdício de dinheiro público? A razão oficial é que ficou impossível voltar atrás. Em 2015, chegará o momento de restituir parte das contribuições pagas sobre os salários de 2014, e o Estado não terá meios de reduzir no mesmo período as contribuições de 2015. O argumento é fraco: caso agisse com antecedência, anunciando que o CICE será substituído em 1º de janeiro de 2016 por uma redução nas contribuições, por exemplo, as empresas não vão começar a demitir maciçamente em 2015, sob o motivo de que os salários pagos naquele ano não darão direito a reduções de encargos. No máximo, algumas contratações do fim do ano de 2015 serão adiadas para o início de 2016. É o preço a pagar para sair dessa confusão, que um dia ou outro terminará.

A verdadeira razão dessa obstinação é que Hollande se recusa a reconhecer seu erro e continua a impor suas decisões a uma maioria espantosamente dócil. Essa medida beneficia muita gente no seio das organizações patronais e sindicais, a quem não interessa vasculhar a caixa-preta das contribuições sociais, contornando o obstáculo com a ajuda de um crédito de imposto.

O pior é a ausência total de transparência em torno do CICE. A auditoria programada continua estagnada, quando, desde 2013, já era possível ter empreendido investigações junto às empresas sobre seu conhecimento do dispositivo e sua eficácia comparada às reduções de encargos. Se isso é o presidencialismo “normal”, então há motivos para nos preocuparmos.

## *Sobre a oligarquia nos Estados Unidos*

*Libération*, 21 de abril de 2014

O futuro dos Estados Unidos será oligárquico e plutocrático? Uma decisão recente da Suprema Corte, removendo qualquer limite ao financiamento privado das campanhas políticas, acaba de reavivar esse temor. As centenas de milhões de dólares despejados pelos irmãos Koch, bilionários ultrarrepúblicanos, pelos *spots* e *think tanks* a serviço dos candidatos mais à direita, tornaram-se o símbolo do dinheiro todo-poderoso. O espectro de uma guinada hiperdesigualitária e de um controle crescente do processo político por parte do “1%” assombra como nunca os debates além-mar.

Alguns anos atrás, o movimento Occupy Wall Street [Ocupe Wall Street] e seus estranhos slogans (“Nós somos os 99%”) surpreendeu a Europa. Nosso continente está muito mais preocupado — em parte com razão — com a modernização de seu Estado social e com as falhas de sua moeda única. Se Barack Obama explicou há pouco tempo que a desigualdade era “o principal desafio de nossa época”, foi primeiro porque a escalada das desigualdades foi infinitamente maior nos Estados Unidos. Num primeiro momento, assistimos a uma elevação sem precedente das remunerações dos superexecutivos. A concentração crescente dos patrimônios está em vias de se tornar o principal desafio. A porção do capital nacional americano pertencente ao 1% mais rico aproxima-se com perigo dos picos observados na Europa do Antigo Regime. Para um país que foi amplamente construído como a antítese das sociedades patrimoniais europeias, o choque é forte.

Por enquanto, o crescimento constante da população americana e o dinamismo de suas universidades e de suas inovações têm preservado o país da deriva. Mas isso não é mais suficiente. No período entre 1900 e 1920, a escalada das desigualdades já suscitara um vasto debate nacional — era a época da Gilded Age, a Era de Ouro, de Rockefeller e do grande Gatsby. Isso fez com que o país criasse, no entreguerras, uma tributação pesada e progressiva sobre

as rendas mais altas e os patrimônios herdados mais relevantes, com taxas marginais superiores alcançando ou superando 70% ou 80% durante meio século.

Assistiremos, nos próximos anos e décadas, a uma reação similar da democracia americana? A decisão da Suprema Corte mostra que a batalha política promete ser acirrada — mas pode ser vencida. Os juízes constitucionais americanos já haviam tentado travar o imposto de renda no século XIX e o salário mínimo nos anos 1930. Parecem bastante dispostos a desempenhar o mesmo papel reacionário, a exemplo do Conselho Constitucional Francês, aliás, cada vez mais disposto a dar força de lei às suas opiniões fiscais conservadoras, sem qualquer reprovação.

Uma dificuldade extra resulta do fato de que a regulação do capitalismo patrimonial do século XXI exige o desenvolvimento de novas ferramentas e novas formas de cooperação internacional. Os Estados Unidos representam sozinhos quase um quarto do PIB mundial. O país tem envergadura suficiente para agir, em especial para transformar seu imposto proporcional sobre as propriedades imobiliárias (oriundo do século XIX, como, aliás, os impostos similares na Europa, a exemplo da taxa fundiária na França) num imposto anual e progressivo sobre o patrimônio líquido individual (incluindo os empréstimos e ativos financeiros). Isso permitiria melhorar a situação de todos aqueles que buscam ter acesso à propriedade, ao mesmo tempo limitando a concentração no topo. Os Estados Unidos também demonstraram capacidade de dobrar os bancos suíços para obter transmissões automáticas de informação sobre os bens financeiros de seus cidadãos.

Para avançar mais, seria preciso que a União Europeia desempenhasse enfim seu papel e desenvolvesse, ao lado dos Estados Unidos, um verdadeiro cadastro internacional de títulos e ativos. A opacidade financeira e a concentração crescente dos patrimônios são desafios que dizem respeito ao mundo todo. Segundo a classificação estabelecida desde 1987 pela *Forbes*, os patrimônios mundiais mais altos progrediram num ritmo médio da ordem de 6% a 7% ao ano entre 1987 e 2013, contra apenas 2% no caso do patrimônio médio. O risco de uma guinada oligárquica existe em todos os continentes.

Na China, as autoridades têm preferido resolver o problema caso a caso, à moda russa: toleram-se os oligarcas, enquanto eles são dóceis com o poder; e

os expropriam, se eles ameaçam os príncipes vermelhos do momento ou quando se nota que o limiar de tolerância da opinião pública corre o risco de ser transposto. As autoridades chinesas parecem, todavia, começar a perceber os limites dessa abordagem, e os debates sobre a adoção de um imposto sobre a propriedade já começaram. O tamanho do país (em breve, um quarto do PIB mundial) e seu caráter fortemente centralizado (muito mais do que os Estados Unidos) lhe permitiriam agir com eficácia, caso fosse necessário.

Nessa paisagem global, a União Europeia sai perdendo, manifestamente em virtude de sua pulverização política. Em contrapartida, considerando as necessidades de financiamento de seu modelo social, ela é a parte do mundo mais interessada em agir contra os paraísos fiscais. Ao propor colocar essa questão no cerne do futuro tratado euro-americano, ela tem todas as chances de ser ouvida pelos Estados Unidos que está às voltas com os problemas da desigualdade.

## *Às urnas, cidadãos!*

*Libération*, 19 de maio de 2014

No próximo domingo, os cidadãos europeus poderão mudar a Europa elegendo Martin Schulz para chefiar a Comissão Europeia. Quer dizer, é o que proclamam orgulhosamente os programas dos candidatos socialistas, esquecendo-se um pouco depressa demais que já estão no poder na França. Então, vamos de fato mudar a Europa domingo?

Digamos que essa eleição encerra um potencial de mudança e transformação sem dúvida mais importante do que o de todas as eleições europeias anteriores. Pela primeira vez, seu resultado pode vir a ter um impacto direto sobre a escolha do presidente da Comissão. Se as listas socialistas conseguirem uma vitória inquestionável, os chefes de Estado não terão outra escolha senão indicar Martin Schulz para aprovação do Parlamento europeu. Inversamente, se as listas de direita e centro-direita saírem à frente, eles designarão Jean-Claude Juncker. Schulz, social-democrata sólido e sincero, *versus* Juncker, ex-dirigente perpétuo de Luxemburgo, paraíso fiscal encravado no coração da Europa e que há anos bloqueia toda tentativa de implantação das transmissões automáticas de informação bancária. A escolha é no fundo bastante simples e merece de fato que deixemos nossas casas no domingo, salvo se você tem de fato coisas mais importantes para fazer.

No entanto, será preciso bem mais do que uma eleição para Schulz mudar a Europa. O balanço da gestão da crise é calamitoso: em 2013 e 2014, o crescimento é praticamente nulo na zona do euro, ao passo que foi claramente retomado nos Estados Unidos e no Reino Unido. Por que transformamos uma crise da dívida pública, que no início do problema era igualmente elevada além-mar e além-Mancha, numa crise de desconfiança em relação à zona do euro, capaz de nos afundar numa longa estagnação? Porque nossas instituições

comuns são débeis. Para reatar o crescimento e o progresso social na Europa, elas devem ser repensadas de ponta a ponta.

É este o sentido do “Manifesto para uma união política do euro”, agora traduzido e publicado em seis línguas europeias. A ideia central é simples. Uma moeda única com dezoito dívidas públicas diferentes sobre as quais os mercados podem livremente especular, e dezoito sistemas fiscais e sociais em concorrência frenética uns com os outros: isso não funciona e jamais funcionará. Os países da zona do euro optaram por partilhar sua soberania monetária, abrindo mão, portanto, da arma da desvalorização unilateral, sem por isso dotar-se de novos instrumentos econômicos, sociais, fiscais e orçamentários comuns. Esse meio-termo é a pior das situações.

A despeito da boa vontade de Martin Schulz, e seja qual for a maioria de que disporá no Parlamento europeu, ele esbarrará nos bloqueios montados pela onipotência do Conselho dos Chefes de Estado e dos ministros. Para sair da regra da unanimidade, é preciso instituir uma verdadeira Câmara parlamentar da zona do euro, na qual cada país possa ser representado por deputados representativos de todas as tendências políticas, e não por uma única pessoa. Sem isso, a inércia persistirá: a mesma que fez com que tivéssemos de esperar as sanções americanas aos bancos suíços para dar algum passo em direção à transparência financeira na Europa; a mesma que nos leva a reduzir cada vez mais o imposto sobre as empresas e a permitir às grandes multinacionais de não pagarem imposto.

Para ilustrar as grandes disfunções das instituições europeias atuais, poderíamos citar também a lamentável taxaço proporcional sobre os depósitos cipriotas, votada por unanimidade na obscuridade do Conselho dos Ministros de Finanças, em março de 2013, antes que percebessem que ninguém está disposto a defendê-la. Se uma nova crise eclodir em grande escala, podemos esperar pelo pior. Bradar que a opinião pública não gosta da Europa atual e daí concluir que não se deve mudar nada de essencial em seu funcionamento é uma incoerência imperdoável. Tratados são incessantemente reformados, e assim continuarão no futuro. Em vez de esperar de braços cruzados as futuras propostas de Angela Merkel, é melhor se preparar para elas e propor uma verdadeira democratização da Europa.

Para mudar a Europa, será preciso também enfrentar com afinco a questão do tratado euro-americano. A União Europeia e os Estados Unidos representam metade do PIB mundial. Sua responsabilidade e a expectativa de suas opiniões públicas não podem limitar-se à liberalização das trocas comerciais. Apoiando-se no Parlamento europeu e nos parlamentos nacionais, é possível inserir nesse tratado a criação de normas exigentes no plano social, ambiental e fiscal. A UE e os Estados Unidos têm a envergadura necessária para impor novas regras às suas empresas e aos paraísos fiscais: uma base de cálculo consolidada do imposto sobre as empresas, um cadastro mundial — ou pelo menos euro-americano — dos títulos financeiros. Nesse movimento, Martin Schulz pode desempenhar um papel central. Então, vamos sonhar um pouco e votar.

## *Do Egito ao Golfo, um barril de pólvora da desigualdade*

*Libération*, 16 de junho de 2014

De uma semana para cá, todos os olhares voltaram-se outra vez para o Iraque. Em janeiro, a tomada de Fallujah pelos grupos rebeldes do Estado islâmico no Iraque e no Levante (EIIL ou ISIS), somada à incapacidade das forças regulares de retomar a cidade, embora esteja situada a menos de cem quilômetros de Bagdá, já haviam demonstrado a fragilidade do regime no poder. Agora, todo o norte do país parece vacilar. O ISIS parece ter condições de estabelecer conexão com os grupos sírios, a fim de constituir um novo Estado, conquistando amplas partes do Iraque e da Síria e infringindo, assim, as fronteiras estabelecidas pelas potências ocidentais em 1920.

Esses conflitos costumam ser analisados em termos de guerra entre religiões (sunitas contra xiitas). Mas tal grade de leitura, embora indispensável, não deve relegar ao esquecimento as tensões criadas pela extrema desigualdade da divisão de riquezas nessa região do mundo — sem dúvida a mais desigual do planeta. Diversos observadores apontaram que a ascensão do ISIS representaria uma pesada ameaça sobre a Arábia Saudita e os emirados petrolíferos (não obstante tão sunitas quanto o ISIS). Algo como uma repetição em maior escala da anexação do Kuwait pelo Iraque em 1991.

Sem ir tão longe, é mais do que evidente que o sistema político e social da região é sobredeterminado e fragilizado pela concentração dos recursos petrolíferos em pequenos territórios sem população. Se examinarmos a região que vai do Egito ao Irã, passando pela Síria, Iraque e a península Arábica — ou seja, aproximadamente trezentos milhões de habitantes —, constatamos que as monarquias petrolíferas concentram 60% do PIB regional, para apenas 10% da população. Cabe também notar que uma minoria dos habitantes das petromonarquias se apropria de uma parte desproporcional desse maná, ao

passo que grupos amplos (sobretudo mulheres e trabalhadores imigrantes) são mantidos numa situação análoga à escravidão. E esses regimes são apoiados militar e politicamente pelas potências ocidentais, felicíssimas por faturar algumas migalhas para financiar seus clubes de futebol, ou por vender armas a esses mesmos regimes. Não espanta que nossas lições de democracia e de justiça social não signifiquem muita coisa para a juventude do Oriente Médio.

Trabalhando com hipóteses mínimas, podemos concluir sem dificuldade que a desigualdade das rendas no seio do Oriente Médio é bem mais elevada do que nos países mais desiguais do planeta (incluindo Estados Unidos, Brasil e África do Sul).<sup>1</sup> Outra maneira de exprimir essa realidade é a seguinte: em 2013, o orçamento total de que as autoridades egípcias dispõem para financiar o conjunto das escolas, colégios e liceus, bem como as universidades desse país de 85 milhões de habitantes, é inferior a 10 bilhões de dólares. Algumas centenas de quilômetros adiante, as rendas do petróleo alcançam 300 bilhões de dólares para Arábia Saudita e seus 20 milhões de habitantes, ultrapassando os 100 bilhões de dólares para o Qatar e seus 300 mil qataris. Enquanto isso, a comunidade internacional se pergunta se convém renovar um empréstimo de poucos bilhões de dólares ao Egito, ou se não seria melhor esperar que o país aumentasse, como prometera, as alíquotas sobre as bebidas carbonadas e os cigarros.

Frente a esse barril de pólvora da desigualdade, o que fazer? Em primeiro lugar, demonstrar às populações que nos preocupamos mais com o desenvolvimento social e a integração política da região do que com as nossas relações com os emires. Uma política europeia enérgica comum nos permitiria promover nossos valores e nosso modelo de sociedade, e não nossos estreitos interesses financeiros nacionais, tanto no Oriente Médio quanto na Ucrânia e na Rússia. A hegemonia americana resultou no desastre iraquiano que conhecemos. A arrogância da onipotência poderia vir a resultar outra vez em abusos de posição dominante, como acaba de nos lembrar, numa escala mais modesta — embora de modo algum desprezível — o caso BNP Paribas (as operações aparentemente fraudulentas realizadas em cumplicidade com o regime sudanês justificam de modo fácil a demissão dos dirigentes do banco, sempre prontos, no passado, a dar lições de boa gestão ao mundo inteiro, mas com certeza não a pagar um tributo exorbitante ao Tesouro americano, com o

consequente risco real de desestabilização do setor bancário europeu). Para influir na globalização e tornar o planeta mais justo, a Europa deve, mais do que nunca, unir-se politicamente.

## *Sobre o custo exorbitante de ser um país pequeno*

*Libération*, 8 de setembro de 2014

Parece que serão necessários milhares de mortos na Ucrânia e meses de indesculpáveis hesitações para a França enfim aceitar suspender provisoriamente seu fornecimento de armas à Rússia. Tudo isso para vender fragatas que renderiam um pouco mais de 1 bilhão de euros, o que, afinal, é um lucro irrisório diante das questões humanas e geopolíticas, bem como o perigo militar real, que representam essas entregas estratégicas. A título de comparação e exemplo, podemos lembrar que a justiça americana acaba de embolsar mais de 6 bilhões de euros do BNP Paribas. O que não teríamos sido obrigados a escutar se o Estado francês ousasse mandar nosso primeiro banco nacional e europeu pagar uma quantia dessas! Esses dois números, que *a priori* não têm nada a ver um com o outro, revelam, na verdade, duas faces da mesma moeda. Na nova economia mundial, o custo de ser um país de pequena envergadura é exorbitante: acabamos por aceitar coisas cada vez mais inaceitáveis e contrárias aos nossos valores.

Para faturar alguns bilhões com a exportação, deve-se estar disposto a vender qualquer coisa a qualquer um, a virar um paraíso fiscal, a fazer oligarcas e multinacionais pagarem menos imposto do que as classes médias e populares, a aliar-se com emirados petrolíferos pouco progressistas a fim de ciscar migalhas para nossos clubes de futebol. E, por outro lado, estamos sujeitos à lei dos países grandes, no caso, os Estados Unidos, que usam o peso de seu sistema judiciário para impor multas recordes e decisões arbitrárias mundo afora, na França ou na Argentina (cujos pagamentos da dívida voltaram a ser subitamente questionados). Ora, todos os países europeus, incluindo a França e a Alemanha (recentemente escandalizada com o caso das escutas da NSA), verão a si mesmos cada vez mais na situação de países minúsculos, dispostos a sacrificar tudo e a se subordinar a tudo. Eis por que a

prioridade da nossa época e do nosso continente será por muito tempo a união política, em nome de nossos valores e nosso modelo de sociedade europeia.

Mas essa união está emperrada. Podemos nos alegrar com o fato de um polonês ter sido nomeado presidente do Conselho Europeu e ver nisso o sucesso da extensão da união para a Europa Oriental. Com uma população de quinhentos milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de 15 trilhões de euros — ou seja, em torno de um quarto do PIB mundial —, a União Europeia de 28 países tem meios de impor decisões e sanções. Em especial à Rússia, cuja envergadura econômica e financeira é dez vezes mais frágil e não resistiria por muito tempo a uma ação enérgica. Ao mesmo tempo, esse presidente polonês nos lembra que atualmente a Polônia não demonstra a mínima vontade de ingressar na zona do euro, a qual constitui o cerne político e econômico da Europa (cerca de 350 milhões de habitantes e 12 trilhões de euros de PIB), mas que cada vez mais figura como um fracasso tanto ao olhar do mundo como ao dos europeus.

Temos de nos render à evidência: se quisermos avançar rumo à união política, em especial nas questões orçamentárias, fiscais e financeiras, isso só poderá ser feito mediante a construção de novas instituições democráticas e parlamentares no seio de um pequeno número de países, pertencentes à zona do euro. Com um parlamento da zona do euro e um ministro das Finanças responsável perante essa Câmara, poderíamos votar com transparência um programa de reaquecimento, um nível comum de déficit, um imposto comum sobre as empresas, uma regulação bancária, fazendo assim um contrapeso político e democrático ao Banco Central Europeu, para não depender dele em relação a tudo. Quando essa união reforçada tiver demonstrado eficácia e capacidade de fomentar decisão política e progresso social, então outros países no seio da União Europeia talvez queiram juntar-se a esse núcleo duro. Não é esperando de braços cruzados que as coisas vão se resolver naturalmente.

É hora de o governo francês, junto com o italiano e alguns outros, apresentar propostas. Não faz sentido repetir que é impossível alterar os tratados, justamente quando eles foram reformados em seis meses em 2012 e voltarão a sê-lo. Ainda que provavelmente receie ficar em minoria em relação à determinação do déficit, a Alemanha não poderá recusar por muito tempo uma verdadeira proposta de união política reforçada, desde que, é claro, venha

a se impor com todo o seu peso demográfico nesse parlamento do euro. O governo francês não pode passar os próximos três anos à espera da retomada. François Hollande cometeu um erro crasso em 2012, imaginando que sua estratégia de redução compulsória dos déficits permitiria recuperar o crescimento. É hora de reconhecer isso e mudar, antes que seja tarde demais.

## *CICE, a verruga de François Hollande*

*Libération*, 6 de outubro de 2014

Se o governo não fizer alguma coisa, o crédito de imposto para a competitividade e emprego, ou CICE, será o símbolo do fracasso deste mandato. Uma verdadeira verruga, exibindo de modo caricato a incapacidade do poder vigente de empreender uma reforma ambiciosa de nosso modelo fiscal e social, e que se limita a acrescentar camadas de complexidade a um sistema já repleto delas. François Hollande e Manuel Valls gostam de descrever a si mesmos como corajosos reformadores, obstinados socialistas da oferta, engajados numa luta de titãs frente à velha esquerda. Essas posturas são ridículas. A verdade é que não promovem nenhuma reforma estrutural, apenas acumulam remendos e improvisações tanto sobre o modelo fiscal como sobre as contribuições sociais e a competitividade. Ainda é possível agir e mudar o curso das coisas, em particular no que se refere ao CICE. Mas é preciso fazê-lo a partir deste outono. Depois, será tarde demais.

Recapitulemos. O peso dos encargos patronais que incidem sobre os salários é excessivo na França, por isso é urgente aliviá-los. Não como um brinde aos patrões, mas porque não é nem justo nem eficaz custear o financiamento do nosso modelo social sobrecarregando a massa salarial do setor privado. Na realidade, comparando a França com os países que dispõem de um Estado social de amplitude análoga, nossa principal particularidade é o peso dos encargos patronais. A alíquota global é superior a 40%<sup>1</sup>, dos quais cerca de metade vai para as contribuições de aposentadoria e desemprego e metade para as contribuições de doença, família, moradia, formação profissional *etc.* É essa segunda metade que seria preciso transferir aos poucos para bases de cálculo fiscal mais amplas e justas.

Para a direita, a abordagem correta é aumentar indefinidamente a TVA. Mas o montante seria pesado demais para os franceses de renda mais modesta. A única alternativa é a CSG progressiva: aplicar da mesma maneira uma taxa

sobre todas as rendas (salários do setor privado, ordenados do funcionalismo, pensões de aposentadorias, rendas patrimoniais), mediante uma tabela progressiva baseada no nível da renda global.

Por não ter proposto esse debate antes das eleições, a esquerda no poder agora se vê obrigada a improvisar o tempo todo. Quando assumiu a presidência, no verão de 2012, Hollande suspendeu de imediato as reduções dos encargos patronais que seu antecessor acabara de implementar. Seis meses depois, implementou o CICE, que visa restituir, com um ano de atraso, parte das contribuições recolhidas pelas empresas um ano antes. Ao mesmo tempo, reintroduz um aumento da TVA, embora tivesse descartado essa possibilidade antes das eleições. A instalação do CICE, que ainda compõe o cerne da política econômica do governo, permite a Hollande se destacar de seu antecessor. O problema é que essa banal operação de comunicação se dá ao preço de um grande desperdício de dinheiro público.

O Eliseu, o governo e a tecnoestrutura jogam a culpa uns nos outros e explicam que é sempre possível voltar à linha de largada, substituindo o CICE por uma redução de contribuições patronais permanente. Em privado, todos reconhecem a ineficácia do CICE, mas o marasmo continua. Na verdade, nada será feito se Hollande não promover, a partir deste outono, a extirpação da verruga que ele mesmo criou. Como o CICE, que será recolhido em 2015 com base nos salários pagos em 2014, já é uma dívida, é tarde demais para suspendê-lo. Para suprimir o dispositivo em 1º de janeiro de 2016 e substituí-lo por reduções de contribuições que entrem em vigor no correr deste ano, é preciso que haja uma votação no Parlamento antes do fim de 2014. Sem isso, nada acontecerá até 2017 (é pouco provável que uma alteração entre em vigor em 1º de janeiro de 2017, poucos meses antes das eleições). Quanto a esse tema, assim como a muitos outros, sobretudo quanto à Europa, ainda é tempo de salvar esses cinco anos. Se a França e a Itália formulassem propostas de união política e orçamentária, em especial a criação de um Parlamento da zona do euro, com competência para votar um plano de reaquecimento e o nível comum do déficit, ficaria muito difícil para a Alemanha recusar por muito tempo essa perspectiva democrática europeia. Mas nesses assuntos é preciso ser rápido, caso contrário Hollande perderá toda a capacidade de ação.

## *O capital em Hong Kong?*

*Libération*, 3 de novembro de 2014

Segundo os dicionários, a plutocracia (do grego *plutos*: “riqueza”; e *kratos*: “poder”) consiste num sistema de governo cuja base de poder é o dinheiro. Para analisar o sistema que o Partido Comunista Chinês (PCC) tenta implementar atualmente em Hong Kong, sentimo-nos tentados a inventar uma nova palavra: “o plutocomunismo”. No âmbito formal, autorizam-se eleições livres, mas apenas entre dois ou três candidatos, que devem ser previamente aprovados por um comitê de nomeação formado por Pequim e controlado pelos meios de negócios de Hong Kong e outros oligarcas pró-chineses.

Trata-se, de fato, de uma espantosa mistura entre a lógica comunista do partido único (na Alemanha Oriental havia eleições, mas apenas entre candidatos apoiadores do poder vigente) e tradições aristocráticas e censitárias europeias (até 1997, o governador de Hong Kong era nomeado pela rainha da Inglaterra, e a democracia era indireta, ancorada em comitês dominados pelas elites econômicas). Tanto no Reino Unido quanto na França, entre 1815 e 1848, apenas uma ínfima porcentagem da população tinha direito ao voto: os que pagavam impostos suficientes (é um pouco como se apenas os contribuintes que pagassem o imposto sobre fortunas pudessem votar). Sem chegar a esse ponto, a China parece seduzida por um caminho análogo, dispondo ainda de um partido único todo-poderoso para guiar a operação.

Como é possível justificar esse sistema? Ele tem futuro? Não é exagero dizer que os comunistas chineses não estão muito convencidos pelo modelo de democracia eleitoral e multipartidária à moda ocidental, baseado na concorrência em todas as instâncias: entre partidos, entre candidatos e, talvez mais importante ainda, entre territórios. Para Pequim, o essencial é a unidade política do vasto território chinês: esta é a condição para um desenvolvimento econômico e social harmonioso, capitaneado pelo Partido Comunista Chinês,

responsável pelo interesse geral e de longo prazo. Na realidade, em comparação com outros países emergentes, em especial com a Índia, as proezas da China se explicam em parte pela centralização política e pela capacidade do poder público de financiar as infraestruturas coletivas, as empresas de capital misto e os investimentos em educação e saúde, indispensáveis ao desenvolvimento.

Apesar das privatizações, o capital público ainda representa entre 30% e 40% do capital nacional chinês, contra mais ou menos um quarto na Europa dos Trinta Gloriosos. Essa participação do capital público é quase nula na maioria dos países ricos (os ativos públicos são ligeiramente mais elevados do que as dívidas), até mesmo negativa em certos casos (quando as dívidas públicas prevalecem, como na Itália), justamente quando o capital privado — expresso em anos de PIB — recuperou seus picos registrados antes da Primeira Guerra Mundial. Visto de Pequim, o modelo chinês parece em melhores condições de regular o capitalismo e evitar a pauperização do poder público. Essa sensação é respaldada pelos entraves da política americana atual e pela impressão de que a União Europeia atravessa um marasmo insuperável, com um território despedaçado entre 28 Estados-nações de pequenas dimensões, em concorrência desenfreada uns com os outros, atolados em dívidas públicas e instituições comuns totalmente disfuncionais, incapazes de modernizar seu modelo social e de se planejar para o futuro.

No próprio âmbito do PCC, contudo, percebe-se que o modelo chinês atual, baseado no fechamento político e na luta anticorrupção para limitar as desigualdades, não conseguirá se sustentar para sempre. A influência crescente das fortunas privadas no seio da Assembleia Nacional Popular da China é bastante preocupante. Em Pequim, teme-se acima de tudo uma evolução à moda russa, com fugas de capitais cada vez mais significativas e um país pilhado por oligarcas instalados com todo o conforto no estrangeiro. Discute-se cada vez mais a introdução de impostos progressivos sobre heranças e propriedades. De fato, o governo chinês teria, em termos absolutos, base suficiente para implantar os sistemas de transmissão automática de informações bancárias, os cadastros de títulos financeiros e os controles de capitais necessários à implementação dessa política.

O problema é que boa parte das elites políticas chinesas não tem muita coisa a ganhar com a transparência sobre as fortunas, a tributação progressiva e o Estado de direito. E a parte que está disposta a abrir mão dos privilégios em nome do bem público parece considerar a unidade do país irremediavelmente ameaçada pela escalada da democracia política, que não obstante deve chegar acompanhada do advento da democracia econômica e a transparência fiscal e financeira. Só uma coisa é certa: dessas contradições, nascerá um caminho único, decisivo tanto para a China como para o resto do mundo. No bojo desse percurso, as lutas hoje em curso em Hong Kong constituem uma etapa decisiva.

## *O capital segundo Carlos Fuentes*

*Libération*, 1º de dezembro de 2014

Em 1865, Karl Marx afirmou que foi a leitura de Balzac que mais lhe ensinou sobre o capitalismo e o poder do dinheiro. Em 2014, ficamos tentados a dizer o mesmo: basta trocar os autores e os países. Em *A montade e a fortuna*, magnífico afresco publicado em 2008, poucos anos antes de sua morte, Carlos Fuentes pinta um quadro esclarecedor do capitalismo mexicano e das violências sociais e econômicas que assolam seu país, em vias de se tornar a “narconação” que ocupa atualmente a primeira página dos jornais. Na obra, cruzamos também com personagens pitorescos, como um presidente marqueteiro ao estilo Coca-Cola, que no final não passa do lamentável inquilino do poder, face àquele, eterno, do capital, encarnado por um bilionário todo-poderoso, que lembra muito o magnata das telecomunicações Carlos Slim, a maior fortuna do planeta.

Jovens hesitam entre resignação, sexo e revolução. Terminarão assassinados por uma beldade ambiciosa de olho em suas heranças que não precisa da ajuda de um Vautrin para cometer seu crime — prova, se que é que existe uma, de que a violência aumentou desde 1820. A herança patrimonial, objeto de todas as cobiças daqueles não pertencentes ao círculo familiar privilegiado e, ao mesmo tempo, destruidora das personalidades individuais daqueles que a ele pertencem, está no cerne da reflexão do escritor.

Vê-se também aqui e ali a influência nefasta dos gringos, norte-americanos que detêm “30% do território mexicano” e de seu capital, e tornam a desigualdade ainda mais insuportável. Na realidade, as relações de propriedade são sempre complexas, difíceis de organizar de maneira serena no âmbito de uma mesma comunidade política: nunca é simples pagar um aluguel a seu senhorio e concordar docilmente com as modalidades institucionais que cercam essa relação, tampouco com a perpetuação de tal cenário. Porém, quando se trata de um país inteiro pagando aluguéis e dividendos a outro, isso

é ainda mais doloroso. Não raro seguem-se ciclos políticos intermináveis alternando fases de ultraliberalismo triunfante e autoritarismo com breves períodos de expropriação caótica, que sempre minam o desenvolvimento da América Latina.

Apesar de tudo isso, o progresso social e democrático permanece possível no continente. Mais ao sul, no Brasil, Dilma Rousseff acaba de ser reeleita por um triz graças ao voto das regiões pobres e dos grupos sociais menos favorecidos, que, apesar das decepções e traições do Partido dos Trabalhadores (no poder desde a eleição de Lula, em 2002), aferram-se aos avanços sociais de que se beneficiaram e que temiam ver questionados com o retorno da “direita” (na verdade, o partido social-democrata, pois na América Latina quase todo mundo se diz de esquerda, ao menos enquanto isso não custa muito caro às elites). Na realidade, a estratégia de investimento social adotada sob os governos Lula e Rousseff, com a criação do bolsa-família (espécie de subsídio familiar destinado aos mais pobres) e, principalmente, com o aumento do salário mínimo, permitiu uma sensível redução da pobreza nos últimos quinze anos. Essas frágeis conquistas sociais encontram-se hoje ameaçadas pelos fatores internacionais que sufocam a economia brasileira e a empurram para a recessão (queda dos preços das matérias-primas, em especial do petróleo, incertezas na política monetária americana, austeridade europeia), e mais ainda pelas imensas desigualdades que assolam o país.

Nesses aspectos, nos deparamos com o peso da maldição histórica a que se refere Carlos Fuentes. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, em 1888, num momento em que os escravos ainda representavam cerca de um terço da população, e nada foi feito pelos ex-senhores para inverter essa pesada herança desigualitária. A qualidade dos serviços públicos e das escolas de ensino fundamental e médio acessíveis à maioria continua fraca. O sistema tributário brasileiro é pesadamente regressivo e, não raro, financia despesas públicas com as mesmas características. As classes populares pagam impostos indiretos pesados demais, com alíquotas que se elevam até 30% sobre a eletricidade, ao passo que as grandes heranças são taxadas à irrisória alíquota de 4%. As universidades públicas são gratuitas, mas só beneficiam uma pequena minoria privilegiada. Tímidos mecanismos de acesso prioritário às universidades foram implementados por Lula para as classes populares e as

populações negras e mestiças (após os inevitáveis e intermináveis debates sobre os problemas levantados pela autodeclaração racial nos recenseamentos e documentos administrativos), mas a presença dessas pessoas nas salas de aula permanece ínfima. Muitas outras lutas são necessárias para quebrar a maldição da história e mostrar que a vontade política pode prevalecer sobre a boa e a má sorte.

## *2015: alguns choques para sacudir a Europa?*

*Libération*, 29 de dezembro de 2014

O mais triste na crise europeia é a insistência dos governantes em apresentar sua política como a única possível e o temor que lhes inspira todo solavanco político capaz de alterar esse venturoso equilíbrio.

O prêmio do cinismo vai sem dúvida para Jean-Claude Juncker, que, desde as revelações do LuxLeaks, explica com toda a calma a uma Europa estarrecida que, quando estava à frente de Luxemburgo, não teve outra escolha senão esvaziar a base fiscal de seus vizinhos: a indústria estava em queda, vejam bem, era preciso encontrar uma nova estratégia de desenvolvimento para o meu país; o que mais eu podia fazer senão me transformar num dos piores paraísos fiscais do planeta? Os vizinhos, há décadas também às voltas com a desindustrialização, gostaram.

Hoje, não basta mais se desculpar: é hora de reconhecer que são as próprias instituições europeias que estão em xeque e que apenas uma reformulação democrática da Europa será capaz de implementar políticas de progresso social. Na prática, se quisermos de fato evitar que novos escândalos LuxLeaks se repitam, é preciso abandonar a regra da unanimidade em matéria fiscal e tomar todas as decisões relativas à tributação das grandes empresas (e, o que seria ideal, das maiores rendas e fortunas), de acordo com a regra da maioria. E se Luxemburgo e outros países recusarem, isso não deve impedir os países que assim desejarem de constituir um núcleo duro que avance nesse caminho e decrete as sanções a todos os que continuarem a querer viver da não transparência financeira.

O prêmio da amnésia, por sua vez, vai para a Alemanha, com a França como fiel escudeira. Em 1945, esses dois países tinham uma dívida pública que ultrapassava 200% do PIB. Em 1950, ela havia caído para menos de 30%. O que aconteceu? Teriam eles alcançado os superávits orçamentários capazes de pagar a dívida? Claro que não: foi mediante a inflação e a moratória pura e

simples que a Alemanha e a França se livraram da dívida no século passado. Se tivessem tentado alcançar pacientemente superávits de 1% ou 2% do PIB ao ano, não teriam saído do lugar, e teria sido muito mais difícil para os governantes do pós-guerra investir no crescimento. São, no entanto, esses dois países que desde 2010 e 2011 explicam aos países do sul da Europa que sua dívida pública deverá ser paga até o último euro. Trata-se de um egoísmo míope, pois o novo tratado orçamentário adotado em 2012 por pressão da Alemanha e da França, que implanta a austeridade na Europa (com uma redução da rapidez excessiva dos déficits e um sistema de sanções automáticas totalmente inoperante), levou a uma recessão generalizada na zona do euro. E isso exatamente quando a economia reaquecia em todas as outras regiões, tanto nos Estados Unidos como nos países que permaneceram fora da zona do euro.

Nesse duo, o prêmio da hipocrisia vai sem dúvida para os dirigentes franceses, que vivem jogando a culpa toda em cima da Alemanha, quando está claro que se trata de uma culpa comum. O novo tratado orçamentário, negociado pela antiga maioria e ratificado pela nova, não poderia ser adotado sem a França, que, na verdade, assim como a Alemanha, optou pelo egoísmo em relação ao sul do continente: uma vez que pagamos uma taxa de juros muito fraca, para que compartilhá-la com os outros países? Na verdade, uma moeda única não pode funcionar com dezoito dívidas públicas e dezoito taxas de juros sobre as quais os mercados financeiros podem especular livremente. Seria preciso investir maciçamente na formação profissional, na inovação e nas tecnologias verdes. O que se tem feito é exatamente o contrário: hoje em dia, a Itália reserva em torno de 6% do PIB para pagar os juros da dívida e investe apenas 1% em suas universidades.

Isso posto, que choques seriam capazes de fazer as linhas se moverem em 2015? Temos, *grosso modo*, três possibilidades: uma nova crise financeira; um choque político vindo da esquerda; ou um choque político vindo da direita. Os líderes europeus atuais deveriam ter a inteligência de reconhecer que a segunda possibilidade é de longe a melhor: os movimentos políticos que hoje prosperam à esquerda da esquerda, como o Podemos, na Espanha, ou o Syriza, na Grécia, são em sua base internacionalistas e pró-europeus. Em vez de repudiá-los, é preciso, ao contrário, trabalhar ao lado deles para formular os

contornos de uma reforma democrática da UE. Sem isso, corremos o grande risco de nos vermos diante de um choque muito mais preocupante, vindo da direita: levando-se em conta o modelo de escrutínio, é perfeitamente possível que a Frente Nacional (FN) conquiste algumas regiões por ocasião das eleições regionais de dezembro de 2015. Podemos também, pois é o momento dos desejos, apostar no impossível. No ponto a que chegou, François Hollande poderia muito bem se inspirar e reconhecer seus erros de 2012, estendendo a mão para o sul da Europa para, enfim, formular propostas audaciosas para o nosso continente.

## *Estender a revolução democrática para o restante da Europa*

*Libération*, 26 de janeiro de 2015

O triunfo eleitoral do Syriza na Grécia talvez esteja embaralhando as cartas na Europa e pondo fim à austeridade que mina nosso continente e sua juventude. Sobretudo se considerarmos que as eleições programadas para o fim de 2015 na Espanha podem apresentar um resultado similar, com a escalada do Podemos. Mas para que essa revolução democrática vinda do sul modifique de fato o curso das coisas, ainda seria preciso que os partidos de centro-esquerda hoje no poder na França e na Itália adotassem uma atitude construtiva e reconhecessem sua parcela de responsabilidade na situação atual.

Na prática, essas forças políticas deveriam agarrar a oportunidade para dizer em alto e bom som que o tratado orçamentário adotado em 2012 foi um fracasso, apresentando novas propostas que permitam uma verdadeira refundação democrática da zona do euro. No âmbito das instituições europeias atuais, asfixiadas por critérios rígidos quanto aos déficits e pela regra da unanimidade sobre a fiscalidade, é simplesmente impossível implantar políticas de progresso social. Não basta reclamar de Berlim ou Bruxelas: é fundamental propor novas regras.

Sejamos muito claros: a partir do momento em que partilhamos a mesma moeda, é perfeitamente justificável coordenarmos a determinação do nível do déficit, bem como, aliás, as grandes orientações de nossa política econômica e social. É simples: essas escolhas comuns devem ser feitas de maneira democrática, à luz do dia, ao fim de um debate público e plural. E não aplicando regras mecânicas e sanções automáticas, que conduziram, desde 2011 e 2012, a uma redução excessivamente rápida dos déficits e a uma recessão generalizada na zona do euro. Resultado: o nível do desemprego explodiu, enquanto caía em outras partes do mundo (tanto nos Estados

Unidos como nos países de fora da zona do euro), e as dívidas públicas aumentaram, ao contrário do objetivo proclamado.

A determinação do nível do déficit e do investimento público é uma decisão política capaz de se adaptar com rapidez à situação econômica. Ela deveria ser feita de forma democrática, no âmbito de um parlamento da zona do euro, no qual cada parlamento nacional seria representado proporcionalmente à população de cada país, nem mais nem menos. Com tal sistema, teríamos experimentado menos austeridade, mais crescimento e menos desemprego. Essa nova governança democrática permitiria também retomar a proposta de mutualização das dívidas públicas superiores a 60% do PIB (a fim de instaurar a mesma taxa de juros e prevenir crises futuras), e a adoção de um imposto sobre as empresas unificado para a zona do euro (única maneira de pôr fim ao *dumping* fiscal).

Infelizmente, o risco hoje é que os governos francês e italiano se limitem a tratar o exemplo grego como um caso isolado, aceitando uma ligeira reestruturação da dívida grega, sem questionar a fundo a organização da zona do euro. Por quê? Porque eles passaram muito tempo tentando convencer seus eleitores de que o tratado orçamentário de 2012 funcionava, e hoje temem se desdizer. Eles então dirão que é complicado demais alterar os tratados, ao passo que a reforma de 2012 foi efetuada em seis meses e que nada os impede de tomar medidas emergenciais enquanto as novas regras não são implementadas. É preferível, no entanto, reconhecer os erros enquanto é tempo, em vez de esperar novos abalos políticos procedentes da extrema direita. Se a França e a Itália estendessem hoje a mão à Grécia e à Espanha para propor uma verdadeira refundação democrática da zona do euro, a Alemanha terminaria por aceitar um acordo. É a ausência de proposta e de perspectiva que solapa hoje o debate europeu.

Tudo dependerá também da atitude dos socialistas espanhóis, hoje na oposição. Embora menos desgastados e desacreditados do que seus pares gregos, eles precisam admitir que terão grande dificuldade para ganhar as próximas eleições sem se aliar com o Podemos, que, se acreditarmos nas últimas pesquisas, talvez inclusive chegue em primeiro lugar. Não importa: às vezes a renovação dos partidos políticos é necessária, e o fundamental é o plano de ação que emergirá de tudo isso.

E, mais importante, não imaginemos que o novo plano anunciado pelo Banco Central Europeu será suficiente para resolver os problemas. Um sistema de moeda única com dezoito dívidas públicas e dezoito taxas de juros diferentes é fundamentalmente instável. O BCE tenta desempenhar seu papel, mas, para retomar a inflação e o crescimento europeu, seria preciso um choque orçamentário. Sem isso, é de se temer que os novos bilhões impressos pelo BCE resultem em bolhas sobre certos ativos e não aqueçam a inflação dos preços para o consumidor. Hoje, a prioridade na Europa deveria ser o investimento na inovação e na formação profissional. Para isso, seria preciso uma união política e orçamentária reforçada da zona do euro, com decisões tomadas pela maioria num parlamento verdadeiramente democrático. Não podemos pedir tudo a um banco central.

## *Salvar a mídia*

*Libération*, 23 de fevereiro de 2015

É possível aproveitar ao máximo a revolução digital para restaurar a mídia e a democracia sobre novas bases? É a isso que nos incentiva Julia Cagé num pequeno livro estimulante e otimista. Na obra, ela faz o histórico da crise atual e mostra que é possível desenvolver um novo modelo para a mídia na era digital, baseado na partilha do poder e no financiamento participativo<sup>1</sup>. É claro: conhecemos o viés sombrio dos recentes desdobramentos. Enfraquecidos pela queda nas vendas e nas receitas publicitárias, os meios de comunicação passam aos poucos para o controle de bilionários graúdos, não raro em detrimento de sua qualidade e independência. Sabemos há muito tempo que a TF1 pertence ao grupo Bouygues, e o *Le Figaro* pertence à família Dassault, gananciosa quando se trata de licitações públicas e bastante envolvida na política.

Primeiro jornal diário econômico, o *Les Échos* é desde 2007 propriedade da maior fortuna da França, Bernard Arnault (LVMH). Mais recentemente, o *Le Monde* foi comprado pelo trio Bergé-Niel-Pigasse, e o *Libération* pela dupla Ledoux-Drahi. Luxo, telecomunicações, finanças, imóveis: em toda parte onde fortunas foram acumuladas encontramos generosos acionistas dispostos a “salvar” jornais. O problema, afirma Julia Cagé, é que isso acarreta uma concentração do poder em poucas mãos, estas nem sempre muito competentes ou especialmente desinteressadas. Esses “salvadores” tendem a não resistir ao corte de funcionários e têm o péssimo hábito contumaz de abusar do próprio poder. Descontente com o tratamento reservado, nos últimos tempos, pelos jornalistas do *Le Monde* aos exilados fiscais do escândalo SwissLeaks, Bergé explicou com toda a calma do mundo que não foi para isso que lhes “permitiu adquirir sua independência” (Beuve-Méry e os comitês de redação, que não esperaram Bergé para ser independentes, devem estar se revirando em seus túmulos). No *Libération*, todos ainda se lembram

das palavras humilhantes do acionista Ledoux a respeito dos jornalistas (“ uero tomar como testemunha todos os franceses que pagam as contas desses caras”). Ao mesmo tempo, todos concordarão que um jornal vivo e maltratado talvez valha mais do que um jornal morto e respeitado. O que fazer então, além de se lamentar? Em primeiro lugar, situar a crise atual numa perspectiva mais ampla. Não é a primeira vez que os veículos de mídia precisam se renovar, e eles sempre conseguiram isso no passado, aponta Julia Cagé, observando que as receitas publicitárias dos jornais americanos (expressas em porcentagem do PIB) vêm caindo desde os anos 1950.

Além disso, existem há tempos modelos alternativos capazes de evitar o controle dos jornais por parte de grandes acionistas, com inegáveis sucessos, como o *The Guardian* (um dos jornais mais lidos no mundo, sob posse de uma fundação) ou o *Ouest-France* (primeiro jornal diário francês, comandado por uma associação sem fins lucrativos). O desafio hoje é repensar esses modelos e adaptá-los à era digital. A vantagem das fundações e associações é que os generosos doadores não podem recuperar seus aportes (o capital é perene), e que os ditos aportes não lhes dão direito de voto. Como observava Beuve-Méry em 1956: “O que eles ganham com isso é manifestar a pureza de suas intenções e ficar ao abrigo de qualquer suspeita.” O limite desse modelo é certa rigidez: os primeiros fundadores formam o conselho de administração, depois se cooptam e se reproduzem ao infinito. Daí a ideia de propor um novo status, a empresa de mídia com fins não lucrativos (ou “*fondaction*”), meio-termo entre a fundação e a empresa de capital aberto. Os aportes em capital seriam congelados e não gerariam dividendos (como nas fundações), mas dariam direito de voto (como nas empresas de capital aberto). Em resumo, esses direitos de voto aumentariam mais do que proporcionalmente para os pequenos aportes em capital e, ao contrário, seriam bastante limitados para os maiores acionistas (por exemplo, podemos imaginar que apenas um terço dos aportes superiores a 10% do capital geraria direito de voto). Isso permitiria estimular o financiamento coletivo (*crowdfunding*), ao mesmo tempo superando certa ilusão igualitarista que minou diversos comitês de jornalistas e estruturas cooperativas no passado. Com efeito, é normal que a pessoa que investe 10.000 euros tenha mais poder que a que investe 1.000 euros, e que aquela que investe 100.000 euros tenha mais poder do que a que investe

10.000. O que devemos evitar é que as pessoas que investem dezenas ou centenas de milhões de euros detenham todos os poderes. Em paralelo, os veículos de comunicação se beneficiariam do desconto fiscal reservado às doações, o que permitiria substituir o obscuro sistema de subsídios à imprensa por um apoio neutro e transparente. Transcendendo o caso da mídia, esse novo modelo instiga a repensar a própria noção de propriedade privada e a possibilidade de uma superação democrática do capitalismo.

## *O duplo sofrimento das classes populares*

*Libération*, 23 de março de 2015

Por que as classes populares mundo afora viram as costas para os partidos governistas e, em particular, para os partidos de centro-esquerda que pretendem defendê-las? Pura e simplesmente porque estes últimos deixaram de defendê-las há muito tempo. Durante as últimas décadas, as classes populares padeceram o equivalente a um sofrimento duplo, primeiro econômico e depois político. Os desdobramentos econômicos foram pouco favoráveis aos grupos sociais menos favorecidos dos países desenvolvidos: fim do crescimento econômico dos Trinta Gloriosos, desindustrialização, maior poder dos países emergentes, supressão de empregos de qualificação baixa ou mediana no Norte. Os grupos mais bem dotados em capital financeiro e cultural, ao contrário, beneficiaram-se plenamente da globalização. O segundo problema é que os desenvolvimentos políticos apenas exacerbaram essas tendências. Tudo levava a crer que as instituições públicas, os sistemas de proteção social e o conjunto das políticas adotadas se adaptariam à nova situação, exigindo dos principais beneficiários dos desdobramentos em curso que se dedicassem aos grupos mais afetados. Ora, o que acontece é o contrário.

Parte disso se deve a uma concorrência acirrada entre países, os governos nacionais se concentraram cada vez mais nos contribuintes “móveis” (assalariados altamente qualificados e globalizados, detentores de capitais) em detrimento dos grupos percebidos como “cativos” (classes populares e médias). Isso abrange todo um conjunto de políticas sociais e serviços públicos: investimentos nos TGV (os trens de alta velocidade), contra a pauperização dos TER (os trens convencionais); currículos escolares elitistas ao lado de escolas e universidades abandonadas *etc.* E isso, é claro, tem a ver com o financiamento do conjunto. Desde os anos 1980, a progressividade dos sistemas tributários foi fortemente reduzida: as alíquotas aplicáveis às rendas

mais elevadas caíram de forma maciça, ao passo que os impostos indiretos incidindo sobre os mais pobres foram aumentados de maneira gradual.

Sem nenhuma contrapartida, a desregulamentação financeira e a liberalização dos fluxos de capitais acentuaram essas consequências.

As instituições europeias, inteiramente voltadas para o princípio de uma concorrência cada vez mais pura e perfeita entre territórios e países, sem base fiscal e social comum, também reforçaram essas tendências. Isso é bastante visível no caso do imposto sobre os lucros das empresas: a alíquota foi cortada pela metade na Europa, desde os anos 1980. Além do mais, convém esclarecer que as empresas de grande porte costumam escapar à alíquota oficial, como revelou o recente escândalo LuxLeaks. Na prática, as pequenas e médias empresas acabam por pagar alíquotas bem superiores àquelas a que são submetidos os grandes grupos sediados nas capitais. Mais impostos, menos serviços públicos: não espanta que as populações envolvidas se sintam negligenciadas. Essa sensação de abandono alimenta o voto de extrema direita e a escalada do tripartidarismo, tanto dentro como fora da zona do euro (na Suécia, por exemplo). Então, o que fazer?

Antes de tudo, reconhecer que, sem uma renovação social e democrática radical, a construção europeia vai se tornar cada vez mais indefensável aos olhos das classes populares. Desse ponto de vista, a leitura do recente relatório, assinado pelos “quatro presidentes” (Comissão, BCE, Conselho e Eurogrupo) sobre o futuro da zona do euro é particularmente deprimente. A ideia geral é a de que já conhecemos as “reformas estruturais” (menos rigidez no mercado de trabalho e dos bens) capazes de resolver tudo, e que nos falta apenas encontrar meios de implementá-las. O diagnóstico é absurdo: se o desemprego subiu de maneira tão drástica nos últimos anos, enquanto caía nos Estados Unidos, isso se deveu em primeiro lugar ao fato de que os americanos souberam dar provas de mais flexibilidade orçamentária para reaquecer a máquina.

O que bloqueia a Europa são, antes de tudo, os gargalos antidemocráticos: rigidez dos critérios orçamentários, regra da unanimidade sobre as questões fiscais. E, acima de tudo, falta de investimento no futuro. Exemplo emblemático: o programa Erasmus tem o mérito de existir, mas é ridiculamente subfinanciado (2 bilhões de euros por ano, contra 200 bilhões de euros separados para os juros da dívida), ao passo que a Europa deveria

investir maciçamente na inovação, na juventude e nas universidades. Caso nenhum compromisso para refundar a Europa seja firmado, então os riscos de explosão são reais. Quanto à Grécia, é sabido que alguns governantes tentam empurrar o país para a porta da saída: todos sabem muito bem que os acordos de 2012 são inaplicáveis (a Grécia não vai ficar décadas pagando 4% do PIB em superávit primário), e, no entanto, todos se negam a renegociá-los. Sobre todas essas questões, a absoluta ausência de uma proposta francesa é ensurdecadora. Não podemos esperar de braços cruzados as eleições regionais de dezembro e a chegada ao poder da extrema direita nas regiões francesas.

## *Devemos sempre pagar nossas dívidas?*

*Libération*, 20 de abril de 2015

Para alguns, a questão é clara: dívidas devem sempre ser pagas, não existe alternativa à penitência, sobretudo quando isso está gravado no mármore dos tratados europeus. No entanto, uma rápida espiada na história das dívidas públicas, tema apaixonante e injustamente desprezado, mostra que as coisas são muito mais complexas do que parecem.

Primeira boa notícia: encontramos no passado dívidas públicas ainda mais vultosas do que as observadas hoje, e sempre nos livramos delas, recorrendo a uma grande diversidade de métodos. Podemos identificar, de um lado, o método lento, que visa acumular com paciência superávits orçamentários a fim de pagar os juros aos poucos e, depois, o grosso das dívidas em questão; e, de outro lado, uma série de métodos que visam acelerar o processo: inflação, imposto excepcional ou, pura e simplesmente, moratórias.

Um caso particularmente interessante é o da Alemanha e da França, que em 1945 se veem às voltas com dívidas públicas da ordem de dois anos de produto interno bruto (200% do PIB), ou seja, níveis ainda mais elevados do que os da Grécia ou da Itália de hoje. No início dos anos 1950, essa dívida caiu para menos de 30% do PIB. É claro que uma queda tão brusca nunca teria sido possível mediante a acumulação de superávits orçamentários. Ao contrário, os dois países recorreram a toda a parafernália dos métodos rápidos. A inflação, fortíssima nos dois lados do Reno entre 1945 e 1950, desempenhou o papel central. Com a Libertação, a França instituiu também um imposto excepcional sobre o capital privado, que chegou a 25% sobre os patrimônios mais elevados e até 100% sobre os enriquecimentos mais significativos ocorridos entre 1940 e 1945. Os dois países utilizaram também diversas formas de “reestruturações de dívidas”, nome técnico dado pelos financistas para designar a pura e simples anulação de todos ou parte dos créditos (fala-se também, mais prosaicamente, em *haircut*). Como, por exemplo, por ocasião

dos famosos acordos de Londres de 1953, o essencial da dívida externa alemã foi cancelado. Foram esses métodos rápidos de redução da dívida — em especial, a inflação — que permitiram à França e à Alemanha se lançar na reconstrução e no crescimento do pós-guerra sem o fardo da dívida. Foi assim que, entre os anos 1950 e 1960, esses dois países conseguiram investir nas infraestruturas públicas, na educação e no desenvolvimento. E são esses mesmos dois países que agora explicam ao sul da Europa que as dívidas públicas deverão ser pagas até o último euro, sem inflação e sem medida excepcional.

Atualmente, a Grécia estaria em ligeiro superávit primário: os gregos pagam um pouco mais de impostos do que recebem em despesas públicas. Pelos acordos europeus de 2012, a Grécia é obrigada a gerar um enorme superávit de 4% do PIB durante décadas, a fim de pagar suas dívidas. Trata-se de uma estratégia absurda, que a França e a Alemanha felizmente jamais aplicaram a si mesmas.

Nessa amnésia histórica extraordinária, é claro que cabe à Alemanha grande parte da culpa. Por outro lado, essas decisões nunca teriam sido adotadas se a França tivesse manifestado oposição. Os sucessivos governos franceses, de direita e depois de esquerda, mostraram-se incapazes de avaliar corretamente a situação e propor uma verdadeira reforma democrática da Europa.

Com seu egoísmo míope, a Alemanha e a França maltratam o sul da Europa e, como consequência, maltratam a si mesmas. Com dívidas públicas avizinhandose de 100% do PIB, uma inflação nula e um crescimento fraco, esses dois países também levarão décadas para recuperar a capacidade de agir e investir no futuro. O mais absurdo é que as dívidas europeias de 2015 são essencialmente dívidas internas, como, aliás, aquelas de 1945. As participações cruzadas entre os países de fato alcançaram proporções inéditas: os poupadores dos bancos franceses detêm parte das dívidas alemãs e italianas; as instituições financeiras alemãs e italianas possuem boa parte das dívidas francesas, e assim por diante. Contudo, se considerarmos a zona do euro em seu conjunto, então possuímos a nós mesmos. E até mais: os ativos financeiros que detemos fora da zona do euro são mais elevados que os detidos na zona do euro pelo resto do mundo.

Em vez de pagarmos a nós mesmos nossa dívida durante décadas, só depende de nós nos organizarmos de outra maneira.

## *Bônus de atividade: uma reforma malograda*

*Libération*, 18 de maio de 2015

Com o bônus de atividade [*prime d'activité*], o governo está em vias de assinar uma das reformas mais ineptas do quinquênio, sem dúvida no mesmo patamar do CICE (crédito de imposto para a competitividade e o emprego). Encontramos nos dois casos a mesma mistura de improvisação, incompetência e cinismo, desta vez em prejuízo dos assalariados. Rejeitando qualquer reforma fiscal ambiciosa, o governo se fechou em soluções pouco inteligentes. A boa notícia é que o dispositivo ainda pode ser aperfeiçoado, por mais que os deputados socialistas insistam em agir feito um disco arranhado.

Do que se trata? Com o bônus de atividade, o governo pretende fundir duas políticas, o bônus para o emprego (PPE) e a renda de solidariedade ativa (RSA), ambos destinados a proporcionar um complemento de renda aos trabalhadores com salários baixos, mas que funcionam muito mal.

A vantagem da PPE é que ela é automática: desde que o assalariado preencha as condições necessárias, em termos de salário e situação familiar, e que marque a opção correspondente na declaração do imposto de renda, ele a recebe automaticamente. O problema é que somos o único país desenvolvido a não ter generalizado o recolhimento na fonte: administramos, portanto, o imposto com um ano de atraso, de modo que a PPE também é paga com um ano de atraso. Após aumentá-la no início dos anos 2000, os sucessivos governos congelaram a tabela da PPE desde 2008, o que lhes permitiu economizar bilhões de euros às custas dos menores salários.

A RSA apresenta os problemas inversos. Criada em 2009, a fim de incentivar os titulares da renda mínima de inserção (RMI) a aceitar um emprego de baixo salário, ela é administrada pelos fundos de assistência familiar, que, a princípio, podem ajustar o montante a cada trimestre. Mas a maioria dos assalariados envolvidos não faz esse pedido, sem dúvida porque o procedimento é ao mesmo tempo complexo e estigmatizante. Segundo as

estimativas oficiais, apenas um terço dos assalariados envolvidos recebe efetivamente a RSA à qual tem direito. Essa negação de direito também tem possibilitado aos sucessivos governantes economizar às custas dos mais frágeis, em meio à indiferença geral.

O que o governo propõe agora? De maneira geral, suprimir a PPE e substituir o conjunto por um bônus de atividade que funcionará como a atual RSA. Em outras palavras, o governo escolheu generalizar um sistema cujo índice de inscrição é ridiculamente baixo. Ele bem sabe que milhões de assalariados modestos não receberão nada, então integra isso em seus cálculos e continua seu caminho.

O que seria preciso fazer? No mínimo, para os assalariados cujo bônus de atividade for inferior à CSG e às contribuições retidas na fonte, começar por substituir o bônus de atividade por uma redução de CSG e das contribuições. Dessa forma, os assalariados envolvidos disporiam de um aumento de seu salário líquido mensal, e todos os problemas de não inscrição desapareceriam.

Tomemos um exemplo concreto, que abrange milhões de pessoas. Um assalariado empregado com salário mínimo em tempo integral dispõe de um salário bruto de cerca de 1.460 euros por mês. Destes, é preciso deduzir mais de 300 euros em CSG e encargos sociais (cerca de 22% do salário bruto no total), dos quais cerca de 120 euros apenas para a CSG (8% do salário bruto), de modo que o salário líquido efetivamente recebido é de 1.140 euros. Com o bônus de atividade, um trabalhador solteiro com salário mínimo em tempo integral receberá 130 euros por mês de bônus de atividade (desde que faça o requerimento).

Qual o sentido de reduzir a renda líquida dos que recebem salário mínimo em mais de 300 euros por mês de maneira correta (recolhimento na fonte) e depois lhes restituir de maneira aleatória 130 euros por mês como bônus de atividade? Seria de longe preferível reduzir a CSG e as contribuições em 130 euros por mês na faixa do salário mínimo. Isso permitiria também afirmar com clareza que os trabalhadores com salários mais modestos são cidadãos como os outros, que pagam impostos pesados (CSG, encargos, TVA e outros impostos indiretos) — às vezes muito mais pesados do que os pagos por inúmeros sonegadores e privilegiados —, e não pessoas vivendo da caridade pública e do assistencialismo.

Então, por que o governo se recusa a pegar esse caminho e não começa por instituir uma alíquota reduzida de CSG para os salários mais modestos? Já existe uma alíquota reduzida para as aposentadorias mais baixas, e, por mais que os deputados hesitem, esse sistema poderia perfeitamente ser estendido aos assalariados. A verdade é que o governo teme ser arrastado aos poucos para uma reforma fiscal que ele mesmo prometera, mas que preferiu adiar por tempo indefinido. Disposto a privar milhões de assalariados modestos de seu direito.

## *Laicidade e desigualdade: a hipocrisia ancesa*

*Libération*, 15 de junho de 2015

A França se apresenta com frequência como um modelo de igualdade e neutralidade. O cenário real, porém, no que diz respeito à questão do emprego, é bem mais complexo e às vezes desencorajador.

Em matéria de religião, como em muitos outros domínios, todos os países gostam de protagonizar grandes narrativas nacionais, que, embora sem dúvida sejam indispensáveis para dar um sentido ao nosso destino coletivo, quase sempre servem sobretudo para mascarar nossas hipocrisias. No que se refere à religião, portanto, a França gosta de se apresentar ao mundo como um modelo de neutralidade, tolerância e respeito às diferentes crenças, sem privilegiar nenhuma delas: não é em nosso país que um presidente faria um juramento sobre a Bíblia!

A verdade é bem mais complexa. A controvérsia religiosa entranhou-se em nosso país em virtude de uma pesada tutela pública sobre as escolas confessionais católicas, em proporções que não encontramos em praticamente nenhum outro país. Somos também os únicos no mundo que escolheram fechar as escolas um dia na semana (as quintas-feiras, de 1882 a 1972, depois as quartas) para dedicá-lo ao catecismo, dia útil que só agora acaba de ser reintegrado — em parte — à jornada escolar regular. Essa pesada herança deixou vestígios e ambiguidades monumentais. Por exemplo, as escolas particulares católicas já existentes são em grande parte financiadas pelo contribuinte, mas as condições para a criação de novas escolas particulares de outras crenças nunca foram esclarecidas. Hoje, essa situação gera certa tensão, com a demanda de escolas confessionais muçulmanas. Da mesma forma, os cultos não são oficialmente subvencionados, salvo quando se trata de templos construídos antes da lei de 1905.

E paciência se o mapa da prática religiosa mudou muito desde então e as mesquitas passaram a funcionar nos porões. O recente caso das alunas

muçulmanas mandadas para casa por causa da saia comprida demais também mostrou o ponto a que pode chegar a lei sobre a proibição dos símbolos religiosos ostentatórios. Por que uma pessoa poderia exprimir todas as outras convicções por meio das roupas — por exemplo saias curtas, saias pregueadas, cabelos coloridos, camisetas de rock ou revolucionárias —, mas não as convicções religiosas?

Na verdade, afora o rosto todo coberto (que impede a identificação) e de certas partes do corpo claramente desnudas (indecência, que, parece, ameaçaria a paz pública), seria sem dúvida sensato deixar a escolha das roupas e adereços ao arbítrio de cada um. A laicidade poderia consistir em tratar a religião tal qual uma opinião como as outras, nem mais nem menos. Uma opinião, ou melhor, uma crença, que podemos caricaturar como as outras, de que podemos zombar, é claro, mas que também temos o direito de expressar, tanto pela linguagem como pelo vestuário. Mas a hipocrisia francesa mais flagrante, sem dúvida, diz respeito à nossa recusa em reconhecer a discriminação monumental sofrida atualmente pelas jovens gerações de origem ou fé muçulmana. Uma série de estudos, realizados em especial por Marie-Anne Valfort, acaba de demonstrar isso de maneira indiscutível. O protocolo é simples: enviam-se falsos currículos a empregadores, em resposta a milhares de ofertas de emprego, variando o nome e as características do currículo de maneira aleatória, e observam-se os índices de resposta. Os resultados são deprimentes. Tão logo surge o sobrenome muçulmano e, sobretudo, quando o candidato é do sexo masculino, os índices de resposta positiva diminuem de forma evidente. Pior ainda: o fato de ter passado pelos melhores cursos de formação e feito os melhores estágios possíveis não tem praticamente nenhum efeito nos índices de respostas positivas recebidos pelos rapazes de origem muçulmana. Em outras palavras, a discriminação é ainda mais forte em relação aos que preenchem todas as condições oficiais para a aprovação e satisfazem todos os códigos... exceto os que eles não podem mudar.

A novidade do estudo é se basear em milhares de ofertas de emprego representativas das pequenas e médias empresas (por exemplo, firmas de contabilidade). O que sem dúvida explica por que os resultados são muito mais negativos — e, infelizmente, mais categóricos — do que os obtidos pelo

pequeno número de imensas empresas voluntárias que foram estudadas no passado. Então, o que fazer? Em primeiro lugar, tomar consciência da amplitude de nossa hipocrisia coletiva e dar o máximo de divulgação a esse tipo de estudos. Em seguida, inventar novas respostas. Aplicado de maneira sistemática a todos os procedimentos de contratação, o currículo anônimo talvez não seja a solução milagrosa que já esperamos em outros tempos (é um pouco como se quiséssemos lutar contra o sexismo nas empresas impedindo os encontros espontâneos entre os sexos).

Mas nem por isso essa via deve ser totalmente descartada. É possível, por exemplo, imaginar que esse tipo de envios de currículos aleatórios se generalize, podendo incorrer em penas exemplares mediante ações judiciais. De maneira mais geral, convém recorrer a todos os meios necessários (assessoria jurídica etc.) para que se consiga a aplicação da lei e a punição da discriminação. As grandes narrativas nacionais e o conservadorismo ambiente não devem levar à aridez da imaginação.

## *Por uma Europa aberta*

*Libération*, 7 de setembro de 2015

Embora muito atrasado, o gesto de solidariedade em favor dos refugiados, observado durante as últimas semanas, tem pelo menos o mérito de lembrar uma realidade essencial aos europeus e ao mundo. Nosso continente pode e deve se tornar um grande território de imigração no século XXI. Tudo contribui para isso: o envelhecimento autodestruidor, o modelo social, para não falar na explosão demográfica da África somada ao aquecimento climático. Tudo isso é mais do que sabido. O que talvez seja um pouco menos compreendido é que a Europa antes da crise financeira estava em vias de se tornar a região mais aberta do mundo em termos de fluxos migratórios. Foi a crise, deflagrada em 2007 e 2008 nos Estados Unidos, mas da qual a Europa ainda não conseguiu sair em virtude de suas políticas ineptas, que levou à escalada do desemprego e da xenofobia e ao fechamento brutal das fronteiras. Tudo isso quando o contexto internacional (Primavera Árabe, afluxo dos refugiados) teria, ao contrário, justificado uma maior abertura.

Recapitulemos. A União Europeia possui, em 2015, cerca de 510 milhões de habitantes, contra cerca de 485 milhões em 1995 (em fronteiras constantes). Esse aumento de 25 milhões em vinte anos nada tem de excepcional em si (apenas 0,2% de crescimento anual, contra 1,2% por ano para toda a população mundial no mesmo período). O ponto crucial é que cerca de três quartos desse crescimento se explica pelo afluxo migratório (mais de quinze milhões). Entre 2000 e 2010, a União Europeia acolheu um fluxo (descontadas as saídas) de cerca de um milhão de pessoas por ano, ou seja, um nível equivalente ao constatado nos Estados Unidos, que apresenta, além disso, uma maior diversidade cultural e geográfica (o islã continua marginal do outro lado do Atlântico). Nessa época não tão distante, em que nosso continente sabia se mostrar (relativamente) mais acolhedor, o desemprego estava em queda na Europa, pelo menos até 2007 e 2008. O paradoxo é que os

Estados Unidos, graças a seu pragmatismo e sua flexibilidade orçamentária e monetária, recuperaram-se muito rapidamente da crise que eles mesmos deflagraram. Logo retomaram sua trajetória de crescimento (seu PIB de 2015 é 10% mais alto que o de 2007), e o afluxo migratório se manteve em torno de um milhão de pessoas por ano. Mas a Europa, atolada em divisões e posturas estéreis, continua sem recuperar seu nível de atividade econômica anterior à crise, o que resulta em aumento do desemprego e fechamento das fronteiras. O fluxo migratório caiu brutalmente de um milhão de pessoas por ano, entre 2000 e 2010, para menos de quatrocentos mil, entre 2010 e 2015.

O que fazer? O drama dos refugiados poderia ser uma oportunidade para os europeus abandonarem suas pequenas disputas e seu egocentrismo. Abrindo-se para o mundo, reaquecendo a economia e os investimentos (moradias, escolas, infraestrutura) e repelindo os riscos deflacionistas, a União Europeia poderia perfeitamente voltar aos níveis migratórios observados antes da crise. Desse ponto de vista, a abertura demonstrada pela Alemanha é uma excelente notícia para todos aqueles que se preocupavam com uma Europa bolorenta e envelhecida. É possível, sem dúvida, alegar que a Alemanha não tem escolha, considerando seus baixos índices de natalidade. Segundo as últimas projeções demográficas da ONU, que não obstante apostam num fluxo migratório duas vezes mais elevado na Alemanha do que na França nas décadas subsequentes, a população alemã passaria dos 81 milhões de hoje para 63 milhões até o fim do século, ao passo que no mesmo período a França passaria de 64 para 76 milhões.

Também é possível argumentar que o nível de atividade econômica observado na Alemanha é em parte consequência de um gigantesco superávit comercial, que por definição não poderia se estender para o conjunto da Europa (pois não haveria ninguém no planeta para absorver tais exportações). Esse nível de atividade, contudo, também se explica pela eficiência do modelo industrial alemão, que se baseia num fortíssimo envolvimento dos assalariados e seus representantes (metade dos assentos nos conselhos de administração), e no qual deveríamos nos inspirar.

Acima de tudo, a atitude de abertura para o mundo, manifestada pela Alemanha, envia uma mensagem importante aos ex-países do Leste Europeu membros da União Europeia que não querem nem crianças nem migrantes e

cuja população somada, segundo a ONU, deverá passar dos 95 milhões atuais para não mais que 55 milhões daqui até o fim do século. A França deve se contentar com essa atitude alemã e agarrar essa oportunidade para fazer triunfar na Europa uma visão aberta e positiva em relação aos refugiados, aos imigrantes e ao mundo.

## *O capital na África do Sul*

*Libération*, 5 de outubro de 2015

Pouco mais de vinte anos após o fim do apartheid e as primeiras eleições livres (1994), a África do Sul se questiona mais do que nunca sobre a questão da desigualdade. O massacre de Marikana, no qual 34 mineiros em greve por aumentos salariais foram mortos pela polícia em agosto de 2012, continua a assombrar os espíritos. O CNA (Congresso Nacional Africano), no poder sem interrupção desde o início da transição democrática, permitiu a implementação da igualdade dos direitos civis fundamentais: direito ao voto, ao deslocamento no território e, a princípio, de exercer todas as profissões. Essa igualdade formal, contudo, não permitiu reduzir a desigualdade abissal das condições de vida e dos direitos reais: a um emprego e a um salário decentes, a uma educação de qualidade, ao acesso à propriedade, a uma real democracia econômica e política. O país se desenvolveu, a população aumentou exponencialmente (trinta milhões em 1980, 55 milhões hoje), mas a promessa de igualdade não foi cumprida.

Segundo os últimos dados disponíveis, os 10% mais ricos captam cerca de 60% a 65% da renda nacional, contra 50% a 55% no Brasil, 45% a 50% nos Estados Unidos e 30% a 35% na Europa. Pior ainda: a diferença abissal que separa os 10% mais abastados (brancos, em sua ampla maioria) dos 90% mais pobres agravou-se após o fim do apartheid. Essa triste constatação se explica em parte por fatores internacionais: desregulamentação e explosão das remunerações financeiras (setor importantíssimo na África do Sul), aumento da cotação das matérias-primas (beneficiando sobretudo uma ínfima elite branca), *dumping* fiscal e social generalizado. Mas também se explica pela insuficiência das políticas empreendidas pelo CNA. Os serviços públicos e as escolas disponíveis nas zonas mais pobres continuam sendo de péssima qualidade. Nenhuma reforma agrária ambiciosa foi efetuada, num país onde os negros tiveram confiscado seu direito de possuir a terra e foram confinados

em reservas e *townships* desde o Natives Land Act de 1913 até 1990. O patrimônio fundiário, imobiliário e financeiro permanece em grande parte nas mãos da elite branca, assim como os recursos minerais e naturais. As tímidas medidas do Black Economic Empowerment (BEE), que visavam obrigar os acionistas brancos a ceder uma fração de suas ações a negros na base do negócio voluntário ao preço de mercado, só beneficiaram uma ínfima minoria de negros que já tinha os meios — ou as redes políticas — para se tornar compradores.

Resultado previsível: o CNA é cada vez mais contestado à sua esquerda pelo partido dos Economic Freedom Fighters (EFF), que propõem uma série de medidas radicais: educação e segurança social para todos, redistribuição das terras, nacionalização dos recursos minerais. A minoria branca (14% da população em 1990, apenas 9% hoje) enlouqueceu: semana passada, uma deputada branca, espécie de Nadine Morano local, exigia o retorno do último presidente do apartheid. Para corrigir o próprio rumo, o CNA poderia implementar em 2016 um salário mínimo nacional e utilizar essa ferramenta para reduzir as desigualdades, a exemplo do Brasil sob o governo Lula. Alguns imaginam também a adoção de um imposto progressivo sobre o capital, que permitiria a redistribuição gradual do poder econômico. Já cogitado entre 1994 e 1999, o projeto terminou abandonado pelo CNA. Segundo o ex-presidente Mbeki, a Polícia e o Exército, naquele período ainda comandados por brancos, nunca teriam permitido a implementação dessa medida.

Uma coisa é certa: quer se trate da nacionalização das minas, ou simplesmente de qualquer outro projeto que vise tributar as empresas multinacionais e detentores de patrimônios de maneira mais significativa do que hoje, a África do Sul precisa bastante da cooperação dos países ricos, e não mais de sua hipocrisia. A elite financeira sul-africana não se cansa de repetir: nos anos 1980, éramos obrigados a negociar, mas, hoje, nada é mais fácil do que transferir nossos recursos para o exterior e os paraísos fiscais. De fato, a falta de transparência financeira internacional é um verdadeiro flagelo para a África: estima-se que entre 30% e 50% dos ativos financeiros do continente se encontrem em paraísos fiscais (contra 10% no caso da Europa). Por menor que seja o poder de decisão da Europa e dos Estados Unidos sobre o assunto, seria, contudo, fácil do ponto de vista técnico — por exemplo, no âmbito do

tratado transatlântico em preparação — implantar um verdadeiro cadastro mundial dos títulos financeiros. Como explica Gabriel Zucman em *La Richesse cachée des nations* [A riqueza oculta das nações],<sup>1</sup> bastaria que as autoridades públicas assumissem o controle dos intermediários privados que hoje desempenham esse papel (Clearstream e Eurostream na Europa, Depositary Trust Corporation nos Estados Unidos). A África do Sul não precisa de ajuda; precisa apenas de um sistema legal internacional que possa salvá-la de ser permanentemente pilhada.

## *Medidas excepcionais de segurança não bastam*

*Le Monde*, 22-23 de novembro de 2015

É evidente: o terrorismo se alimenta do barril de pólvora desigualitário do Oriente Médio, em cuja criação tivemos uma participação importante. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL ou ISIS) é fruto direto da decomposição do regime iraquiano e, de modo mais geral, do colapso do sistema de fronteiras estabelecido na região em 1920.

Após a anexação do Kuwait pelo Iraque, no período de 1990 a 1991, as potências aliadas enviaram suas tropas para devolver o petróleo aos emires — e às companhias ocidentais. Inaugurou-se, ao mesmo tempo, um novo ciclo de guerras tecnológicas e assimétricas — algumas centenas de mortos na coalizão que visava “*libertar*” o Kuwait, assim como dezenas de milhares no lado iraquiano. Essa lógica foi levada ao extremo na segunda guerra do Golfo, entre 2003 e 2011: cerca de quinhentos mil mortos iraquianos para mais de quatro mil fatalidades no lado americano — tudo isso para vingar os três mil mortos do 11 de Setembro, que, contudo, nada tinham a ver com o Iraque. Essa realidade, ampliada pela assimetria extrema das perdas humanas e pela ausência de uma solução política para o conflito israelense-palestino, serve hoje para justificar todas as atrocidades perpetradas pelos jihadistas. Esperemos que a França e a Rússia, chamadas à responsabilidade depois do fiasco americano, façam menos estragos e despertem menos vocações.

À parte os confrontos religiosos, está claro que o conjunto do sistema político e social da região é sobredeterminado e fragilizado pela concentração dos recursos petrolíferos em pequenos territórios despovoados. Ou, como já se viu, não apenas a concentração do PIB faz dessa região uma das mais desiguais do planeta, como também faz a desigualdade dentro dessas monarquias petrolíferas crescer cada vez mais.

Como imaginar que as lições de democracia e justiça social oferecidas pelas democracias que apoiam militar e politicamente esses regimes

encontrem qualquer eco na juventude do Oriente Médio?

Para ganhar em credibilidade, seria preciso demonstrar às populações que nos preocupamos mais com o desenvolvimento social e a integração política da região do que com nossos interesses financeiros e nossas relações com as famílias reinantes.

Em termos objetivos, o dinheiro do petróleo deveria investir prioritariamente no desenvolvimento regional. Em 2015, o orçamento total do Egito para financiar o conjunto do sistema educacional do país de aproximadamente noventa milhões de habitantes é inferior a 10 bilhões de dólares (9,4 bilhões de euros). Algumas centenas de quilômetros adiante, os rendimentos do petróleo alcançam 300 bilhões de dólares para a Arábia Saudita e seus trinta milhões de habitantes, e superam os 100 bilhões de dólares, no caso do Qatar e seus trezentos mil cidadãos. Um modelo de desenvolvimento tão desigual só pode levar à catástrofe. Apoiá-lo é criminoso.

quanto aos eloquentes discursos sobre democracia e eleições, é preciso parar de proferi-los somente quando os resultados nos convêm. Em 2012, no Egito, Mohamed Morsi elegeu-se presidente numa eleição regular, o que não é banal na história eleitoral árabe. Em 2013, foi esboralhado do poder pelos militares, que prontamente executaram milhares de Irmãos Muçulmanos cuja ação social, contudo, diversas vezes permitiu atenuar as carências da população egípcia. Meses depois, a França se esquece de tudo, a fim de vender suas fragatas e açambarcar uma parte dos magros recursos públicos do país. Esperemos que essa renegação da democracia não tenha as mesmas consequências mórbidas que a interrupção do processo eleitoral na Argélia em 1992.

Fica a pergunta: como jovens que cresceram na França podem confundir Bagdá com o subúrbio parisiense e tentar importar para cá os conflitos que acontecem lá? Nada pode justificar essa deriva sanguinária, machista e patética. Só nos resta observar que o desemprego e a discriminação profissional por ocasião da busca de emprego (particularmente forte no caso de pessoas que cumpriram todos os requisitos, no que se refere a diploma, experiência etc., como demonstraram trabalhos recentes<sup>1</sup>) só fazem piorar as coisas. A Europa, que antes da crise financeira era capaz de acolher um fluxo migratório de um milhão de pessoas por ano, com um desemprego em queda,

precisa incrementar seu modelo de integração e criação de empregos. Foi a austeridade que provocou a escalada dos egoísmos nacionais e das tensões identitárias. É pelo desenvolvimento social e igualitário que o ódio será vencido.

## *Os poluidores do mundo devem pagar a conta*

[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 28 de novembro de 2015

Após os ataques terroristas, infelizmente há uma enorme chance de os governantes franceses e ocidentais estarem com a cabeça em outro lugar e não empenharem os esforços necessários para que a conferência do clima em Paris seja um sucesso. Isso seria terrível para o planeta. Em primeiro lugar, já passou da hora de os países ricos assumirem suas responsabilidades históricas face ao aquecimento e aos danos que eles já causaram aos países pobres. Ao mesmo tempo, as futuras tensões envolvendo o clima e a energia estão repletas de ameaças à paz mundial. Não é deixando os terroristas imporem sua vontade que se prepara o futuro.

Qual é o atual estado da discussão? Se nos limitarmos às metas de redução das emissões propostas pelos Estados, a conta não fecha. Estamos numa trajetória que aponta para um aquecimento superior a três graus, talvez mais, o que acarretaria consequências potencialmente cataclísmicas, em especial na África e no sul e sudeste asiáticos. Mesmo na hipótese de um acordo ambicioso envolvendo as medidas de redução das emissões, é dado por certo que a elevação do nível dos oceanos e das temperaturas causará danos consideráveis a vários desses países. Estima-se ser preciso mobilizar um fundo da ordem de 150 bilhões de euros por ano para financiar os investimentos mínimos necessários para se adaptar à mudança climática (diques, realocações de moradias e atividades etc.). Se os países ricos não são capazes de reunir essa soma (apenas 0,2% do PIB mundial), então é ilusório tentar convencer os países pobres e emergentes a fazerem esforços suplementares para reduzir suas emissões futuras. Por enquanto, as somas prometidas para a adaptação são inferiores a 10 bilhões. Isso é ainda mais preocupante na medida em que não se trata de uma ajuda, mas simplesmente da reparação de parte dos danos que infligimos no passado, e que continuamos a infligir.

Este último ponto é importante, pois, na Europa e nos Estados Unidos, é comum afirmarem que, por a China ter se tornado o maior poluidor mundial, cabe então a ela e aos demais países emergentes adotarem medidas excepcionais.

Assim, vários fatores são ignorados. Em primeiro lugar, os volumes de emissões devem ser vinculados à população de cada país: com cerca de 1,4 bilhão de habitantes, a China tem uma população três vezes maior do que a da Europa (quinhentos milhões) e quatro vezes maior que a da América do Norte (350 milhões). Em segundo lugar, as baixas emissões europeias se explicam em parte pelo fato de subcontratarmos massivamente no exterior, em especial na China, a produção dos bens industriais e eletrônicos poluentes que tanto adoramos consumir. Se levarmos em conta o teor de carbono dos fluxos de importações e exportações entre as diferentes regiões do mundo, as emissões europeias sobem 40% (e as da América do Norte, 13%), ao passo que as emissões chinesas caem 25%. Ora, é muito mais racional examinar a proporção das emissões em função do país de consumo final (e não do de produção).

Constatamos então que hoje os chineses emitem o equivalente a 6 toneladas de CO<sub>2</sub> por ano e por habitante (ou seja, aproximadamente a média mundial), enquanto os europeus emitem 13 e os norte-americanos, mais de 22. Em outras palavras, o problema não é só o fato de poluirmos há muito mais tempo do que o resto do mundo, mas também o de continuarmos a nos arrojar o direito unilateral de poluir duas vezes mais do que a média mundial.

Para superar as disputas mesquinhas entre países e tentar encontrar soluções coletivas, é essencial, além disso, reconhecer que existem, no âmbito de cada país, imensas desigualdades em matéria de consumo energético, direto e indireto (pelos bens e serviços consumidos). Conforme o tamanho das reservas, das habitações, dos recursos disponíveis, assim como o volume de bens comprados, do número de viagens aéreas etc., observamos uma grande variedade de situações. E, embora os diferentes modos de vida individuais desempenhem um papel importante, é inegável que os níveis médios de consumo e emissões aumentam de forma drástica com o nível de renda (com uma elasticidade ligeiramente inferior a 1).

Reunindo dados sistemáticos que incidem, de um lado, nas emissões diretas e indiretas por país, e, de outro, na distribuição dos consumos e rendas no âmbito de cada país, Lucas Chancel e eu analisamos a evolução da distribuição das emissões mundiais por indivíduo ao longo dos últimos quinze anos.<sup>1</sup> As conclusões obtidas são claras. Com o avanço dos países emergentes, existem agora poderosos poluidores em todos os continentes, sendo portanto legítimo que todos os países contribuam para o financiamento do fundo mundial de adaptação. Por outro lado, os países ricos continuam a constituir a imensa maioria dos grandes poluidores do mundo e, por conseguinte, não podem pedir à China e aos países emergentes que paguem mais do que seu justo quinhão.

Concretamente, os cerca de 7 bilhões de habitantes do planeta emitem hoje o equivalente a 6 toneladas de CO<sub>2</sub> por ano e por pessoa. Os 50% menos poluidores, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas, situados sobretudo na África e no sul e sudeste da Ásia (que são também as principais zonas afetadas pelo aquecimento global), emitem menos de 2 toneladas por pessoa e são responsáveis por apenas 15% do total das emissões. Na outra ponta da escala, o 1% mais poluidor do mundo, ou seja, 70 milhões de pessoas, têm emissões médias da ordem de 100 toneladas de CO<sub>2</sub> por pessoa, de modo que, sozinhos, são responsáveis por cerca de 15% do total das emissões, isto é, o mesmo que os 50% menos poluidores. Ainda que sejam cinquenta vezes menos numerosos, como emitem cada um cinquenta vezes mais, os dois resultados se compensam. Ora, são os 50% de baixo que vão sofrer as consequências da mudança climática, isto é, a elevação do nível do mar e das temperaturas. Ou seja, os 3,5 bilhões de habitantes que emitem 2 toneladas de CO<sub>2</sub> por pessoa vão pagar pelos que emitem 100 toneladas.

E onde se encontra o 1% mais poluidor do mundo? Pelas nossas estimativas, 57% deles moram na América do Norte, 16% na Europa, e pouco mais de 5% na China (menos do que na Rússia e no Oriente Médio; cerca de 6% em ambos os casos). Isso nos parece fornecer um critério de divisão suficientemente legítimo para ratear o financiamento do fundo mundial de adaptação de 150 bilhões de dólares por ano. A América do Norte deveria contribuir com 85 bilhões (0,5% do seu PIB), e a Europa com 24 bilhões (0,2%). Esta conclusão sem dúvida desagradará a Donald Trump e a outros.

que eles se sintam à vontade para refazer nossas contas e aprimorá-las: todos os nossos dados e programas de informática estão disponíveis no site da Escola de Economia de Paris. Testamos diversas hipóteses sobre a distribuição dos consumos e emissões individuais, sem que isso alterasse substancialmente nossos principais resultados.

Também é possível imaginar outros critérios de rateio. Por exemplo, onerando os 10% maiores emissores do mundo (setecentos milhões de pessoas, emitindo em média 27 toneladas), responsáveis por cerca de 45% das emissões totais, ou seja, três vezes mais do que as emissões acumuladas dos 50% menos poluidores. Nesse caso, 40% do financiamento recairia na América do Norte, 19% na Europa e 10% na China.

O que é certo é que está na hora de pensar em um sistema de divisão que pressuponha um imposto progressivo sobre o carbono: não podemos pedir os mesmos sacrifícios às pessoas que emitem 2 toneladas por ano e àquelas que emitem 100. Esta é a grande falha das taxas proporcionais sobre o carbono comumente debatidas (assim como dos sistemas de créditos de carbono e de mercados do direito de poluir, que, por sinal, levantam outras questões), se as aplicarmos sem correção e sem compensação.

Alguns objetarão que tais critérios de rateio jamais serão aceitos pelos países ricos, em especial pelos Estados Unidos. De fato, as soluções a serem adotadas este ano em Paris e nos anos subsequentes para financiar a adaptação à mudança climática serão sem dúvida muito menos ambiciosas e transparentes. Mas é imperioso encontrar soluções; se os países ricos não colocarem a mão no bolso, nada será feito, e as consequências concretas do aquecimento global se farão sentir cada vez mais intensamente, inclusive nos Estados Unidos.

Seja como for, é urgente estabelecer um diagnóstico compartilhado sobre as responsabilidades de cada um, uma linguagem comum que permita conceber uma solução pacífica para esse desafio mundial sem precedentes.

## *Mudar a Europa, agora*

*Le Monde*, 22 de dezembro de 2015

E então, em apenas alguns anos, a extrema direita passou de 15% para 30% das intenções de voto na França, com picos de 40% em determinadas regiões. Tudo contribuiu para isso: a escalada do desemprego e da xenofobia, a terrível decepção com a esquerda no poder, a sensação de que já se tentou de tudo e de que é preciso experimentar outra coisa. Pagamos também as consequências da gestão calamitosa da crise financeira oriunda dos Estados Unidos em 2008, que se transformou numa crise europeia duradoura, exclusivamente por nossa culpa, por conta de instituições e políticas totalmente inadequadas. Uma moeda única, depois da entrada da Lituânia na zona do euro, com dezenove dívidas públicas diferentes, dezenove taxas de juros diferentes, dezenove diferentes impostos sobre empresas, falta de base social e educacional comum: isso está fadado ao fracasso.

Só um restabelecimento democrático e social da zona do euro, com foco no crescimento e no emprego, em torno de um pequeno núcleo duro de países dispostos a tomar a dianteira e munir-se de instituições políticas próprias, poderia permitir o estancamento das tentações nacionalistas e cheias de ódio que ameaçam atualmente toda a Europa. No verão passado, após o fiasco grego, François Hollande havia começado a repensar a ideia de um novo Parlamento para a zona do euro. A França deve agora fazer uma proposta detalhada aos seus principais parceiros e chegar a um acordo. Sem isso, a agenda será monopolizada pelos países que optaram pela retração nacionalista (Reino Unido e Polônia).

E, para começar, é importante que os governantes europeus — especialmente franceses e alemães — reconheçam seus erros. Podemos discutir ao infinito todo tipo de reformas grandes e pequenas a serem realizadas nos diferentes países da zona do euro: horário de abertura das lojas, linhas de ônibus, mercado de trabalho, aposentadorias *etc.* Algumas são úteis, outras

menos. De toda forma, não é isso que explica a súbita recaída do PIB da zona do euro de 2011 a 2013, quando a recuperação prosseguia nos Estados Unidos. Agora não resta a menor dúvida de que a retomada foi sufocada pela tentativa de reduzir os déficits rápido demais no período de 2011 a 2013 — em especial com altas de impostos bem mais pesadas na França. É a aplicação de regras orçamentárias cegas que faz com que o PIB da zona do euro continue sem se recuperar em 2015 seu nível de 2007. As intervenções tardias do Banco Central Europeu e o novo tratado orçamentário de 2012 (com a criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade, MES, na sigla em francês, dotado de 700 bilhões de dólares, que permite avançar rumo à mutualização das dívidas) terminaram por apagar o incêndio, mas sem resolver os problemas a fundo. A recuperação permanece tímida, e a crise de confiança na zona do euro subsiste.

O que fazer de imediato? Cabe convocar uma conferência a respeito da dívida com os países da zona do euro, como houve no pós-guerra, e da qual a Alemanha particularmente se beneficiou bastante. Trata-se de aliviar o conjunto das dívidas públicas, a partir de um sistema de rateio baseado nos aumentos ocorridos desde a crise. Em um primeiro momento, seria possível colocar todas as dívidas superiores a 60% do PIB em um fundo comum, com uma moratória sobre os pagamentos enquanto cada país não recuperar uma trajetória de crescimento robusto com relação a 2007. Todas as experiências históricas mostram isso: além de certo limiar, não faz nenhum sentido pagar dívidas durante décadas. É preferível aliviá-las para investir no crescimento, inclusive do ponto de vista dos credores.

Tal processo exige uma nova governança democrática, que também permitirá evitar a repetição desse tipo de desastre. Concretamente, o envolvimento dos contribuintes e dos orçamentos nacionais necessita da implementação de um Parlamento da zona do euro, que seria composto de deputados oriundos dos parlamentos nacionais, proporcionalmente à população de cada país e aos diferentes grupos políticos, o qual tomaria todas as decisões orçamentárias e financeiras relacionadas diretamente à zona do euro, a começar pelo MES, o controle dos déficits e a reestruturação das dívidas.

Essa câmara parlamentar terá igualmente a missão de aprovar, mediante votação, um imposto comum sobre as empresas, sem o que o *dumping* fiscal e escândalos do tipo LuxLeaks se repetirão indefinidamente. Poderemos assim financiar um plano de investimento em infraestrutura e nas universidades, o que propiciaria, em especial, mais verbas ao programa Erasmus.<sup>1</sup> A Europa tem todos os trunfos para oferecer o melhor modelo social do mundo: chega de desperdiçar nossas chances!

No futuro, a escolha do nível de déficit público deverá ser igualmente decidida nesse novo âmbito. Alguns na Alemanha terão medo de se ver em minoria nesse Parlamento e irão ater-se à lógica de critérios orçamentários automáticos. Mas foi em virtude de contornarmos a democracia com regras rígidas que chegamos à beira do abismo, e está na hora de romper com esse raciocínio. Se a França, a Itália e a Espanha (cerca de 50% da população e do PIB da zona do euro, para pouco mais de 25% no caso da Alemanha) fizerem uma proposta clara, um compromisso deverá ser firmado. E se a Alemanha teimar em recusar, o que é pouco provável, então os discursos antieuro se tornarão difíceis de ser barrados. Antes de chegarmos ao plano B, o da extrema direita, que a extrema esquerda se sente vez mais tentada a adotar, comecemos por dar uma chance real a um verdadeiro plano A.

## *Sobre a censura à emenda Ayrault-Muet*

[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 31 de dezembro de 2015

O Conselho Constitucional anunciou, em 29 de dezembro, que censurava a emenda Ayrault-Muet, que visava reduzir a CSG sobre os salários baixos, aumentando dessa forma o salário líquido de milhões de assalariados modestos.

Sejamos claros: essa censura, no fundo pouco justificável, pode ser facilmente contornada pelos parlamentares socialistas, de preferência com o apoio do governo, mas, se necessário, sem ele.

Começemos por lembrar que essa censura não é de forma alguma uma condenação da ideia em si de CSG progressiva, ao contrário do que escreveram por aí. A CSG sempre foi progressiva para os aposentados (quinze milhões de pessoas), com alíquota zero para as baixíssimas aposentadorias; reduzida, para as aposentadorias médias-baixas; e cheia para as demais, desde o início dos anos 1990 (um quarto de século). O Conselho Constitucional nunca viu problema nisso, o que demonstra claramente que a CSG progressiva não representa nenhuma dificuldade para o plano dos princípios. A única condição imposta pela jurisprudência constitucional é que a aplicação das diferentes alíquotas se pautem pelo conjunto das rendas familiares e não unicamente pela pensão individual. Por exemplo, no caso de alguém que recebe uma aposentadoria baixa, mas dividendos altos (caso raro na prática), então é aplicada a alíquota cheia de CSG. Se o mesmo sistema de CSG progressiva foi aceito para os assalariados, não vemos por que a jurisprudência constitucional seria diferente do caso dos aposentados.

No caso da emenda Ayrault-Muet, a censura dos juizes constitucionais se baseia no seguinte argumento: a partir do momento em que abrimos aos assalariados a possibilidade de receberem parte de seu bônus de atividade sob forma de redução de CSG, não faz sentido que os trabalhadores não assalariados — que para uma renda equivalente também têm direito ao

mesmo bônus de atividade — não possam se beneficiar da mesma possibilidade de CSG com alíquota reduzida. O argumento é pouco convincente (os não assalariados continuam a ter direito ao mesmo bônus de atividade, trata-se simplesmente de uma diferença no modo de pagamento), sobretudo quando sabemos que os juízes constitucionais nunca se incomodaram com o fato de apenas os aposentados terem direito a uma CSG progressiva. Nada disso é muito coerente, e é uma pena que a política fiscal-social do país se veja atravancada por raciocínios tão desconexos. De todo modo, está claro que é muito simples responder a essa censura: basta estender a emenda Ayrault-Muet aos trabalhadores não assalariados. Em outras palavras, todas as rendas baixas de atividade assalariada ou não assalariada deveriam poder se beneficiar de uma alíquota reduzida de CSG no lugar de uma parcela de seu bônus de atividade.

Portanto, em vez de parar no meio do caminho, os parlamentares socialistas deveriam agarrar essa oportunidade e estender o alcance de sua reforma. Quanto ao governo, mostraria um pouco de inspiração ajudando seus parlamentares a melhorarem as condições de vida dos trabalhadores modestos.

## 2007-2015: uma recessão interminável

[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 8 de janeiro de 2016

Neste início de 2016, é relevante fazer um balanço da situação econômica da zona do euro com base nos últimos dados publicados pela Eurostat. Isso também permitirá responder a diversas perguntas feitas pelos internautas depois da minha crônica “Mudar a Europa, agora”.

Começamos comparando a situação dos países da zona do euro, considerados unificados, com a dos Estados Unidos.



Constatamos em primeiro lugar que a “grande recessão” de 2007 a 2009, provocada a princípio pela crise americana de *subprimes* e pela falência do Lehman Brothers, em setembro de 2008, teve aproximadamente a mesma amplitude na Europa e nos Estados Unidos. Nos dois lados do Atlântico, o nível de atividade econômica caiu cerca de 5% entre o fim de 2007 e o início de 2009, o que a qualifica como a recessão mundial mais grave desde a crise dos anos 1930.

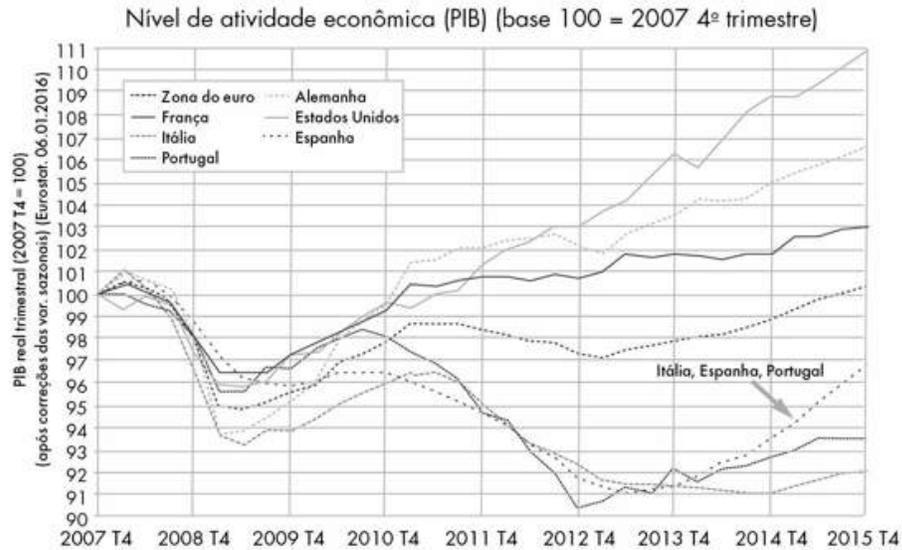
A recuperação começa ao longo de 2009 e, no fim de 2010 e início de 2011, o nível de atividade volta praticamente a ser o mesmo do fim de 2007. É então que, entre 2011 e 2013, acontece uma recaída da atividade na zona do

euro, ao passo que a retomada prossegue sem sustos nos Estados Unidos. Enfim, no início de 2013, o crescimento recomeçou timidamente na Europa, mas o mal estava feito: no fim de 2015, o PIB da zona do euro ainda não ultrapassava o nível do fim de 2007, ao passo que os Estados Unidos tiveram um crescimento acumulado de mais de 10% entre 2007 e 2015. Se levarmos em conta o crescimento da população, lento mas positivo, sobretudo na França, não resta nenhuma dúvida de que o nível do PIB por habitante na zona do euro será, em 2016 e 2017, inferior ao que era em 2007: uma década perdida, de certa forma, algo não visto desde a Segunda Guerra Mundial.

As razões da nova retração europeia entre 2011 e 2013 são agora bem conhecidas: enquanto os Estados Unidos, a fim de manter a meta de crescimento, deram provas de relativa flexibilidade orçamentária neste mesmo período, os países da zona do euro tentaram reduzir os déficits rápido demais, impondo, em especial, pesados aumentos de impostos na França. Isso provocou, além de uma ruptura na recuperação, a escalada do desemprego e o aumento dos déficits e da dívida pública, que se pretendia diminuir.

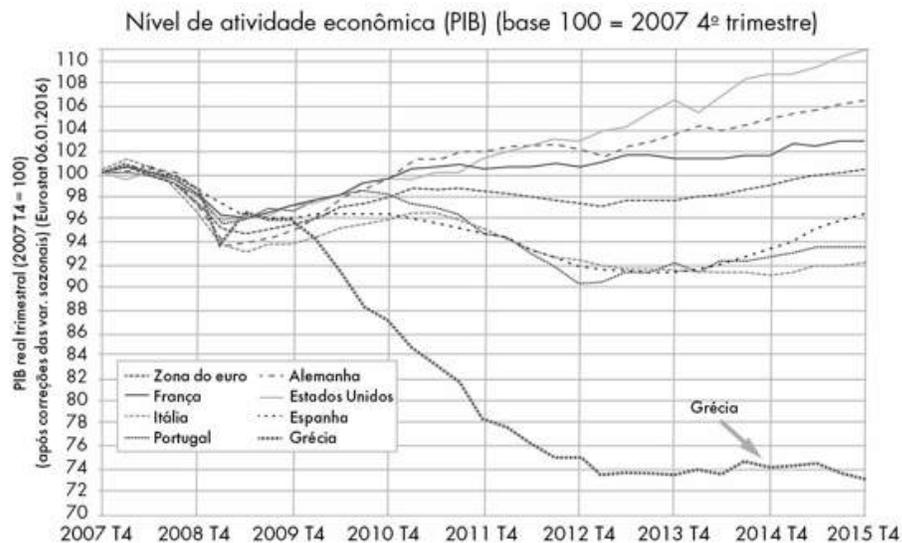
Por que os europeus se organizaram tão mal a ponto de transformar assim uma crise advinda do setor financeiro privado americano em duradoura crise europeia da dívida pública? Sem dúvida, as instituições da zona do euro não foram concebidas para fazer frente a essa tempestade. Para funcionar, uma moeda única deve amparar-se num pilar social e educacional comum, em sistemas de impostos e taxas de juros harmonizados. Ora, como vimos, não é este o caso. Sem dúvida também, e acima de tudo, a escalada dos egoísmos nacionais impediu os europeus de adaptarem suas instituições e suas políticas. Concretamente, quando os mercados financeiros começaram a especular com a dívida dos países do sul da Europa, a partir de 2010 e 2011, a Alemanha e a França, ao contrário, se beneficiaram de taxas de juros historicamente baixas e lavaram as mãos para o fato de o sul da zona do euro estar afundando na recessão.

Desse ponto de vista, o gráfico abaixo é instrutivo:



Constatamos que a média da zona do euro esconde realidades bastante distintas de acordo com os países. Enquanto a Alemanha e a França se saíram relativamente melhor (mesmo assim com uma visível demora no crescimento em comparação aos Estados Unidos), o tratamento de austeridade, a explosão das taxas de juros e a crise de desconfiança no setor financeiro causaram estragos na Itália, na Espanha e em Portugal.

O caso mais extremo é evidentemente o da Grécia, cujo nível de atividade econômica continua ainda hoje 25% mais fraco do que era em 2007:



O que fazer hoje? Não repetirei aqui os argumentos desenvolvidos em “Mudar a Europa, agora”: conferência dos países da zona do euro para decretar uma moratória dos pagamentos e instituir um processo de reestruturação da

dívida (como houve na Europa nos anos 1950, beneficiando especialmente a Alemanha); por fim, renegociação do tratado orçamentário de 2012 para injetar nele democracia e justiça fiscal. O que é inegável, e que alguns gráficos ilustram com clareza, é que não faz nenhum sentido pedir a países cujo nível de atividade é 10% ou 20% inferior ao que era há dez anos para forjar superávits primários de 3% ou 4% do PIB. É isso, no entanto, que as instituições da zona do euro, incentivadas pela Alemanha e pela França, continuam a pedir à Grécia, a Portugal e a todo o sul da Europa (como foi lamentavelmente confirmado por ocasião da desastrosa cúpula europeia do último 4 de julho, que só fez empurrar com a barriga a questão da reestruturação das dívidas e que manteve metas irrealistas de superávits orçamentários, tudo isso resultando numa queima maciça de ativos públicos gregos, a preços obviamente vis na conjuntura atual). A prioridade absoluta, nos dias de hoje, deveria ser, ao contrário, decretar uma moratória da dívida enquanto a atividade e o emprego não alcançarem um nível correto. Se acrescentarmos a isso o fato de que precisaríamos da mobilização de todos, sobretudo do sul da Europa, para nos mostrar unidos e cooperativos diante da crise dos refugiados, então a estratégia europeia atual beira o suicídio e a irracionalidade coletiva.

## *Capital de desigualdade na Índia*

*Le Monde*, 17 de janeiro de 2016

Enquanto as dúvidas sobre a China e seu sistema financeiro se acumulam, os olhares se voltam cada vez mais para a Índia, com a esperança de que seja a nação capaz de impulsionar a economia mundial nos próximos anos e décadas. O crescimento indiano deve ser da ordem de 8% em 2016 e 2017, assim como em 2015, enquanto o da China estacionou em 6%. A Índia decerto parte de baixo, com um poder aquisitivo médio da ordem de 300 euros por mês e por habitante (valor que, na China, é de 700 euros e, na União Europeia, de 2.000). Ainda assim, nesse ritmo, a equiparação com a Europa poderia se dar em menos de trinta anos (e quinze, no caso da China).

Acrescentemos que a demografia joga a favor da Índia: segundo a ONU, a população indiana deverá ultrapassar amplamente a da China (que envelhece e já está em queda) até 2025. A Índia está destinada a se tornar a primeira potência demográfica mundial no século XXI, e talvez também a primeira potência mundial de fato. Além disso, o país se apoia em sólidas instituições democráticas e eleitorais, na liberdade de imprensa e no Estado de direito. É impressionante a comparação com a China, que acaba de expulsar uma jornalista francesa (sem que a França e a Europa digam uma palavra) e cujo modelo político autoritário parece tão indecifrável como imprevisível em sua evolução a longo prazo.

Não obstante, a Índia deve enfrentar imensos desafios, a começar pelo das desigualdades. É bem difícil encontrar as estatísticas do crescimento nas pesquisas de consumo realizadas junto aos domicílios indianos, sem dúvida porque uma parcela desproporcional da prosperidade é absorvida por uma tênue elite mal estudada pelos pesquisadores. Depois que o governo indiano interrompeu o acesso aos dados do imposto de renda no início dos anos 2000 (a China, é verdade, nunca os publicou, apesar de conseguir mobilizar receitas fiscais bem superiores), é difícil determinar com precisão.

O fato é que o investimento público em educação e saúde na Índia permanece irrisório, minando seu modelo de desenvolvimento. O exemplo emblemático é o precário sistema público de saúde, dotado de apenas 0,5% do PIB, contra 3% na China. A verdade é que até agora o Partido Comunista Chinês (PCC) foi muito mais bem-sucedido do que as elites democráticas e parlamentares indianas em mobilizar recursos significativos para financiar uma estratégia de investimento social e de serviços públicos. Ora, essa política é a única capaz de permitir que o conjunto da população se beneficie do crescimento, assegurando o desenvolvimento sustentável do país. A falta de transparência e o autoritarismo do modelo chinês estão fadados à extinção, caso não haja uma abertura. O modelo indiano democrático, contudo, ainda precisa passar a demonstrar sua eficiência, de preferência sem atravessar as crises e os choques que compeliram as elites ocidentais a adotar, no século XX, as indispensáveis reformas sociais e fiscais.

O maior desafio, não raro mal compreendido no Ocidente, está ligado ao sistema de castas, ao qual se acrescenta o risco de enfrentamentos identitários entre a maioria hindu e a minoria muçulmana (14% da população, 180 milhões de pessoas para 1,3 bilhão de habitantes), hoje insuflados pelo partido nacionalista hindu, Bharatiya Janata Party (BJP, no poder de 1998 a 2004, depois novamente a partir de 2014).

Resumindo: em 1947, a Índia abole oficialmente o sistema de castas e, em particular, extingue os recenseamentos por casta feitos pelo colonizador britânico, acusado de ter tentado dividir a Índia e engessar suas classes para melhor dominar e controlar o país. O governo implementa, contudo, um sistema de cotas nas universidades e empregos públicos para crianças oriundas das castas mais baixas (as SC/ST, “Scheduled Castes/Scheduled Tribes”, antigos intocáveis discriminados, cerca de 30% da população). Essas políticas, entretanto, geram uma frustração crescente nas crianças oriundas de castas intermediárias (OBC, “Other Backward Classes”, cerca de 40% da população), espremidas entre os grupos menos favorecidos e as castas mais altas. A partir dos anos 1980, vários estados indianos estendem as políticas de cotas a esses novos grupos (aos quais podem aderir os muçulmanos, excluídos do sistema inicial). Os conflitos em torno desses dispositivos são tão intensos quanto são porosas as antigas fronteiras entre castas, que nem sempre corresponderem às

hierarquias de rendas e patrimônios — longe disso. Em 2011, o governo federal resolveu enfim esclarecer essas relações complexas organizando um recenseamento das castas (o primeiro desde 1931).

O tema é explosivo, e ainda estamos aguardando a publicação completa dos resultados. A médio prazo, o desafio é transformar gradualmente essas políticas de cotas em regras baseadas em critérios sociais universais, tais como a renda familiar ou o território, à maneira dos programas de acesso às instituições de ensino médio, liceus ou ao ensino superior (ou de certas ajudas a empresa), que na França começam de forma tímida a conceder pontos extras aos alunos bolsistas e àqueles oriundos de estabelecimentos ou territórios desfavorecidos.

De certa maneira, a Índia tenta apenas enfrentar o desafio da igualdade real com os meios do Estado de direito, numa situação em que a desigualdade de status oriunda da antiga sociedade e das discriminações passadas é particularmente extrema e ameaça de modo constante degenerar em tensões violentas. Estaríamos muito errados imaginando que tais desafios não nos dizem respeito.

## *Combater as desigualdades, na França e na Europa*

[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 28 de janeiro de 2016

*Thomas Piketty é uma das quarenta personalidades que lançaram uma petição por uma eleição primária “das esquerdas e dos partidos ecologistas” com vistas à eleição presidencial de 2017, no jornal Libération de segunda-feira, 11 de janeiro. Em duas semanas, a petição reuniu mais de setenta mil assinaturas. Esse texto faz parte de um conjunto de contribuições ao debate publicadas pelo coletivo Notre primaire.<sup>1</sup>*

Sim, é possível combater as desigualdades, na França e na Europa, aqui e agora. Ao contrário do que afirmam os conservadores, existem sempre alternativas, não só, de fato, entre a direita e a esquerda, mas também entre um leque de políticas de esquerda, à primeira vista todas respeitáveis, mas entre as quais teremos de escolher. Para redefinir uma proposta de esquerda diante da direitização existente, convém começar a debater com transparência, de maneira exigente e rigorosa: é o único meio de evitar que, em seguida, as decisões sejam confiscadas por outros.

Para combater as desigualdades, devemos nos apoiar em duas pernas: impor uma reorientação da política europeia, que permita sair da austeridade e do *dumping* fiscal e social, e, ao mesmo tempo, adotar na França, desde já, as imprescindíveis reformas progressistas, sem dar a apatia europeia como desculpa esfarrapada.

Primeiro, a questão europeia. Podemos imaginar três grandes linhas de posicionamento, com todo tipo de nuances: a busca de políticas mais eficientes no âmbito das instituições atuais; a reforma democrática e social dessas instituições; e a saída de emergência.

Primeira posição: há quem julgue ser possível, no âmbito das instituições europeias atuais, retomar o crescimento e o emprego e melhorar gradualmente

a situação econômica e social. É a tese do governo, que está no poder desde 2012, cujos resultados não são nada convincentes. Nada impede, contudo, sustentar que é possível melhorar no futuro e que não será simples alterar os tratados.

A segunda posição, defendida por mim, é que, se desejamos adotar políticas de progresso social na Europa, é possível e necessário renegociar o tratado orçamentário de 2012. Cabe especialmente acrescentar-lhe democracia e justiça. A escolha do nível de déficit e da política de recuperação deve ser feita de acordo com a regra da maioria, num parlamento da zona do euro que represente com igualdade todos os cidadãos, e não aplicando critérios orçamentários cegos. Também deve-se abandonar a regra da unanimidade para adotar um imposto comum sobre as grandes empresas e instaurar um mínimo de justiça fiscal. Se a França, ao lado da Itália e da Espanha (que juntas representam 50% do PIB e da população da zona do euro), apresentar um plano objetivo, a Alemanha (pouco mais de 25%) com certeza aceitará um compromisso. Se recusar, então a posição eurocética irremediavelmente ganhará força.

A terceira posição é justamente a saída de emergência: admitimos o fracasso da zona do euro e apostamos em um protocolo que permita recuperar certa soberania monetária e orçamentária. Essa posição me parece prematura: julgo prioritário dar uma chance real a uma reforma democrática e social da zona do euro e da ideia europeia. Mas compreendo a exasperação. Esse debate não deve ser um tabu para a esquerda: alguns países que permaneceram fora da zona do euro, como a Suécia e a Dinamarca, adotam políticas de progresso social no mínimo tão eficientes quanto as nossas. Vivem igualmente as mesmas crises de xenofobia: não fazem nem melhor nem pior, de certa forma. Nenhum debate deve ser censurado.

Passemos às reformas progressistas na França. São várias as passíveis de serem implementadas imediatamente, seja qual for o desfecho das negociações europeias. Como muitos cidadãos, continuo achando possível criar um grande imposto progressivo sobre todas as rendas, recolhido na fonte, para maior eficácia e reatividade, individualizado, a fim de estimular a igualdade entre homens e mulheres e a autonomia. Esse novo imposto permitiria, da mesma maneira, reformar o modelo de financiamento de nossa previdência social, que

se apoia em demasia nas contribuições sociais e na massa salarial do setor privado. Ele poderia ser complementado por um grande imposto progressivo sobre o patrimônio, oriundo da aproximação do imposto predial e do imposto sobre as grandes fortunas, a fim de aliviar o ônus dos que lutam para comprar o primeiro imóvel, e não mais dos que já possuem muito. Nesse caso também, existem vários caminhos possíveis, que terão de ser discutidos. Alguns irão preferir manter o quociente conjugal,<sup>1</sup> outros buscarão conservar as contribuições atuais, ou então a proporcionalidade da CSG, a fim de evitar que ela também venha a se tornar um paraíso para nichos fiscais de todo tipo. Podemos, por fim, achar que nenhuma reforma fiscal ambiciosa é possível e que afirmar o contrário seria mentir. Todas essas posições são respeitáveis *a priori*, com a condição todavia de serem apresentadas com transparência e objetividade antes das eleições. Não é concebível que, após se manifestarem, os eleitores descubram que as reformas prometidas são impossíveis de serem implantadas e que a solução será aumentar a TVA, quando isso nunca foi mencionado antes no debate público. Essas mentiras matam a própria ideia de democracia.

Além da tributação, o mesmo acontece em diversos outros domínios: formação profissional, aposentadorias, saúde e democracia social, para citar apenas alguns. O sistema francês de ensino superior é um dos mais desiguais do mundo: é hora de investir de forma maciça nas universidades e reformá-las profundamente, conciliando igualdade e liberdade. Quanto às aposentadorias, é possível unificar os regimes privado e público para consolidar os direitos das novas gerações e adaptar o sistema à complexidade de suas trajetórias profissionais. Os assalariados devem, além disso, participar mais das estratégias das empresas e de seus conselhos de administração: é o caminho escolhido na Suécia e na Alemanha, onde esse sistema funciona bem melhor do que aqui e ainda poderia ser aperfeiçoado. Todas essas questões exigem discussão, transparência e democracia. É esta a condição para renovarmos a esperança e sairmos da rotina.

---

1. O quociente conjugal [*quotient conjugal*] consiste em dividir a soma das rendas de um casal antes da aplicação da tabela progressiva. (*N. do E.*)

## *O impacto Sanders*

*Le Monde*, 15 de fevereiro de 2016

Como interpretar o incrível sucesso do “socialista” Bernie Sanders nas primárias americanas? O senador do estado de Vermont supera agora Hillary Clinton junto aos simpatizantes democratas com menos de 50 anos, e apenas os mais velhos fazem com que Hillary mantenha a vantagem.

Face à máquina Clinton e ao conservadorismo da grande imprensa, Bernie talvez não ganhe a primária. Mas está provado que um outro Sanders, sem dúvida mais jovem e menos branco, poderia, num dia não muito distante, vencer as eleições presidenciais americanas e mudar a imagem do país. Em muitos aspectos, assistimos ao fim do ciclo político-ideológico aberto pela vitória de Ronald Reagan nas eleições de novembro de 1980.

Recuemos no tempo. Dos anos 1930 aos anos 1970, os Estados Unidos adotam uma ambiciosa política de redução das desigualdades. Em parte para não se assemelhar ao Velho Continente, então visto como superdesigualitário e contrário ao espírito democrático americano, o país cria, no entreguerras, o imposto fortemente progressivo sobre as rendas e heranças e implementa níveis de progressividade fiscal jamais adotados do nosso lado do Atlântico.

De 1930 a 1980, durante meio século, a alíquota imposta às rendas americanas mais elevadas (superiores a 1 milhão de dólares por ano) é em média 82%, com picos de 91% dos anos 1940 aos anos 1960, de Roosevelt a Kennedy, mantendo-se em 70% na eleição de Reagan em 1980. Essa política não afeta em nada o vigoroso crescimento americano do pós-guerra, sem dúvida porque não faz muito sentido pagar a superexecutivos 10 milhões de dólares em vez de 1. O imposto sobre as heranças, igualmente progressivo, com alíquotas da ordem de 70% a 80% aplicadas durante décadas às maiores fortunas — ao passo que essa alíquota quase nunca superou 30% ou 40% na Alemanha ou na França —, reduz fortemente a concentração dos patrimônios americanos, sem as guerras e as destruições europeias.

Além disso, os Estados Unidos adotaram, desde os anos 1930 — ou seja, muito antes dos países europeus —, um salário mínimo federal, cujo nível (expresso em dólares de 2016) ultrapassa os 10 dólares por hora no fim dos anos 1960, de longe o mais elevado da época. Tudo isso sem desemprego, ou quase, o que é possível graças ao nível de produtividade e ao sistema educacional. É também o momento em que os Estados Unidos decretam o fim das discriminações raciais legais ainda vigentes no Sul do país, completamente antidemocráticas, e lançam novas políticas sociais.

Tudo isso, porém, gera fortes resistências, em especial entre as elites financeiras e nas franjas reacionárias do eleitorado branco. Humilhados no Vietnã, os Estados Unidos dos anos 1970 temem, além disso, que os derrotados na guerra (Alemanha e Japão à frente) não demorem a alcançá-los. Sofrem também com a crise do petróleo, a inflação e a subindexação dos parâmetros fiscais.

Reagan capitaliza todas essas frustrações e é eleito em 1980 com um programa que visa restaurar um capitalismo mítico das origens. O ápice é a reforma fiscal de 1986, que põe fim a meio século de forte progressividade fiscal e reduz para 28% a alíquota aplicável às rendas mais altas. Essa escolha nunca será de fato problematizada pelos democratas dos anos Clinton (1992-2000) e Obama (2008-2016), que estabilizarão essa alíquota em torno de 40% (duas vezes mais baixa que o nível médio do período entre 1930 e 1980), com o conseqüente aumento das desigualdades e salários estapafúrdios — tudo isso com um crescimento fraco (embora um pouco superior ao da Europa, atolada em outros problemas) e a estagnação da renda da maioria.

Reagan decide também congelar o nível do salário mínimo federal, que, a partir dos anos 1980, será lenta mas infalivelmente corroído pela inflação (não mais de 7 dólares por hora em 2016, para cerca de 11 dólares em 1969). Esse novo regime político-ideológico tampouco foi atenuado pelas alternâncias democratas Clinton e Obama.

O sucesso conquistado hoje por Sanders mostra que boa parte dos Estados Unidos está cansada da escalada das desigualdades e dessas pseudoalternâncias e pretende reatar com a agenda progressista e a tradição igualitária americana. Hillary Clinton, que lutava à esquerda de Barak Obama em 2008, em especial

no que se refere ao seguro-saúde, surge hoje como a defensora do *statu quo*, a herdeira do regime político Reagan-Clinton-Obama.

Sanders propõe claramente restabelecer a progressividade fiscal e um salário mínimo elevado (15 dólares por hora). A isso, acrescenta a gratuidade da saúde e da universidade, num país onde a desigualdade de acesso aos estudos alcançou níveis inauditos, evidenciando o largo abismo entre a realidade e os anestésicos discursos meritocráticos feitos pelos vencedores do sistema.

Ao mesmo tempo, o Partido Republicano afunda num discurso ultranacionalista, anti-imigrantes e anti-islã (religião não obstante praticamente ausente nos Estados Unidos), e na glorificação ilimitada da fortuna de pele branca. Os juízes nomeados durante as eras Reagan e Bush acabaram com todas as limitações legais à intromissão do dinheiro privado na vida política, o que complica de maneira especial a tarefa de candidatos como Sanders. Mas as novas formas de mobilização política e de financiamento participativo podem prevalecer e fazer com que os Estados Unidos entrem num novo ciclo político. Estamos muito longe das tristes profecias sobre o fim da história.

## *Sobre a desigualdade nos Estados Unidos*

[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 18 de fevereiro de 2016

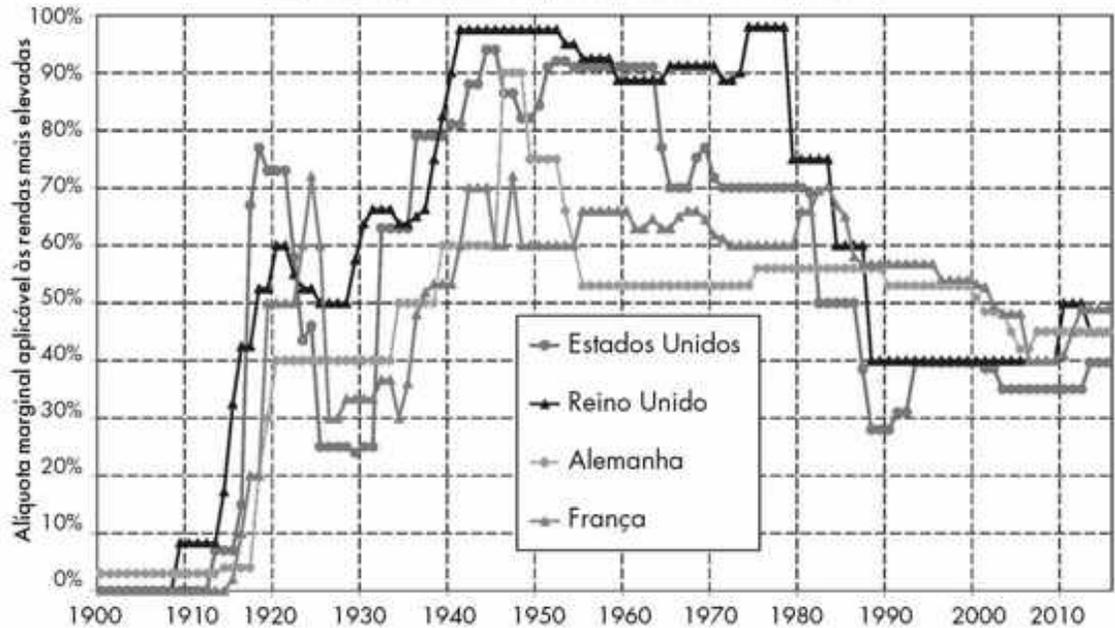
No momento em que as primárias americanas atingem o clímax, é interessante nos questionarmos sobre a complexa relação cultivada pelos Estados Unidos com a ideia de igualdade e de desigualdade. Isso permitirá também responder a diversas perguntas feitas pelos internautas depois do meu artigo “O impacto Sanders”.

Às vezes imaginamos que os Estados Unidos cultivam uma tolerância ilimitada à desigualdade, ao passo que a França se caracterizaria por uma incomparável paixão pela igualdade. Nada mais falso. Na verdade, foram os Estados Unidos — imitados pelo Reino Unido — que, no entreguerras, criaram os impostos de renda e sobre a herança fortemente progressivos, com níveis de progressividade fiscal jamais adotados na França ou na Alemanha (salvo durante curtíssimos períodos).

Começemos por examinar o gráfico, que descreve a evolução da alíquota superior do imposto de renda (isto é, a alíquota aplicável às rendas mais elevadas) nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França de 1900 a 2015.

Há um século, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o imposto de renda praticamente não existia. Em seguida, com o fim da guerra e o início dos anos 1920, as alíquotas subiram com rapidez. Isso beneficiaria todos os países, mas são claramente os Estados Unidos, depois o Reino Unido, que encabeçam o movimento. No período entre 1930 e 1980, a alíquota média aplicável às rendas americanas mais elevadas é de 82%.<sup>1</sup> No mesmo período, França e Alemanha limitam-se a alíquotas superiores da ordem de 50% ou 60%, o que já é uma revolução com relação ao período anterior à Primeira Guerra Mundial, embora permanecendo modesto se comparado ao que se faz na mesma época nos países anglo-saxões.

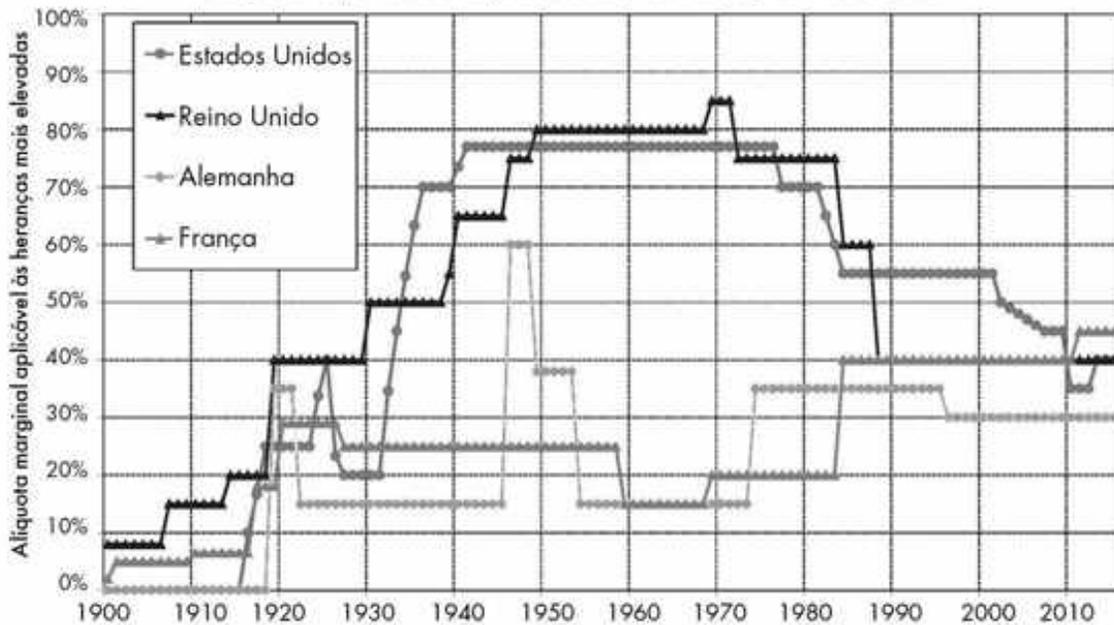
Aliquota superior do imposto de renda 1900-2015



Leitura: A alíquota marginal superior do imposto de renda (aplicável às rendas mais elevadas) nos Estados Unidos passou de 70% em 1980 para 28% em 1988.

A defasagem é ainda mais significativa se examinarmos agora o caso do imposto sobre as heranças. Durante décadas, os Estados Unidos e o Reino Unido aplicaram alíquotas da ordem de 70% a 80% às maiores fortunas, ao passo que a alíquota superior do imposto sobre as heranças manteve-se geralmente entre 20% e 40% na Alemanha e na França ao longo de todo o século XX. A alíquota de 45% atualmente aplicada às grandes heranças em linha direta é a mais alta já adotada na França, mas parece bastante modesta comparada aos picos anglo-saxões do pós-guerra.

Aliquota superior do imposto sobre as heranças 1900-2015



Leitura: A alíquota marginal superior do imposto sobre as heranças (aplicável às heranças mais elevadas) nos Estados Unidos passou de 70% em 1980 para 35% em 2013.

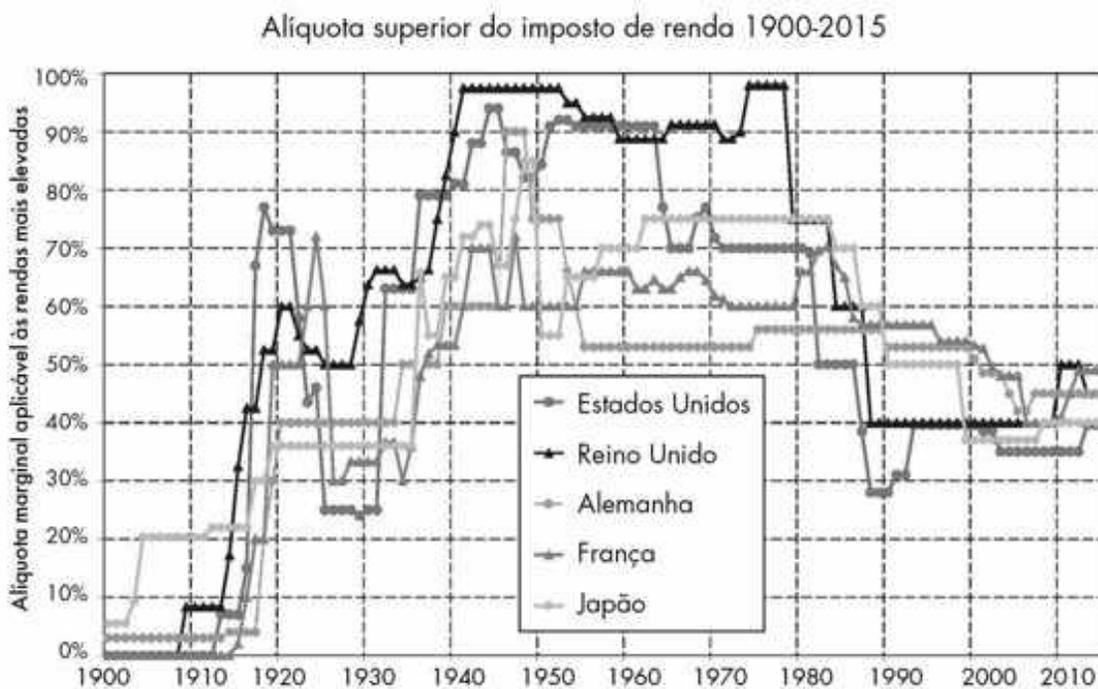
Por que os Estados Unidos, a partir dos anos 1920 e 1930, implementam essa vigorosa política de redução das desigualdades? A partir do fim do século XIX e início do XX, observamos do outro lado do Atlântico uma preocupação crescente diante da escalada das desigualdades. Ao cabo de um longo processo, isso levou os americanos a emendarem sua constituição (procedimento não obstante tortuoso) para permitir a criação, em 1913, de um imposto de renda federal e, em seguida, em 1916, de um imposto federal sobre as heranças.

Ao lermos o famoso discurso pronunciado em 1919 por Irving Fisher no Congresso Anual da Associação Americana de Economia, da qual ele era então presidente, notamos claramente o pavor dos Estados Unidos em rumar para um sistema desigual semelhante ao da Europa. Fisher, que não tinha nada de um esquerdista perigoso, explica a seus ilustres colegas que a escalada das desigualdades e de uma concentração “não democrática” das riquezas, aproximando-se dos níveis europeus, é a principal ameaça ao desenvolvimento harmonioso do país. Conclui então, primordialmente, que é preciso tributar com mais peso as maiores heranças, por exemplo, amputando-as em um terço na primeira geração, dois terços na segunda e três terços na terceira.<sup>2</sup> Foi quase o que aconteceu, uma vez que a alíquota superior do recentíssimo imposto

sobre as heranças pulou para 40% nos anos 1920 e para 70 ou 80% entre os anos 1930 e 1940.

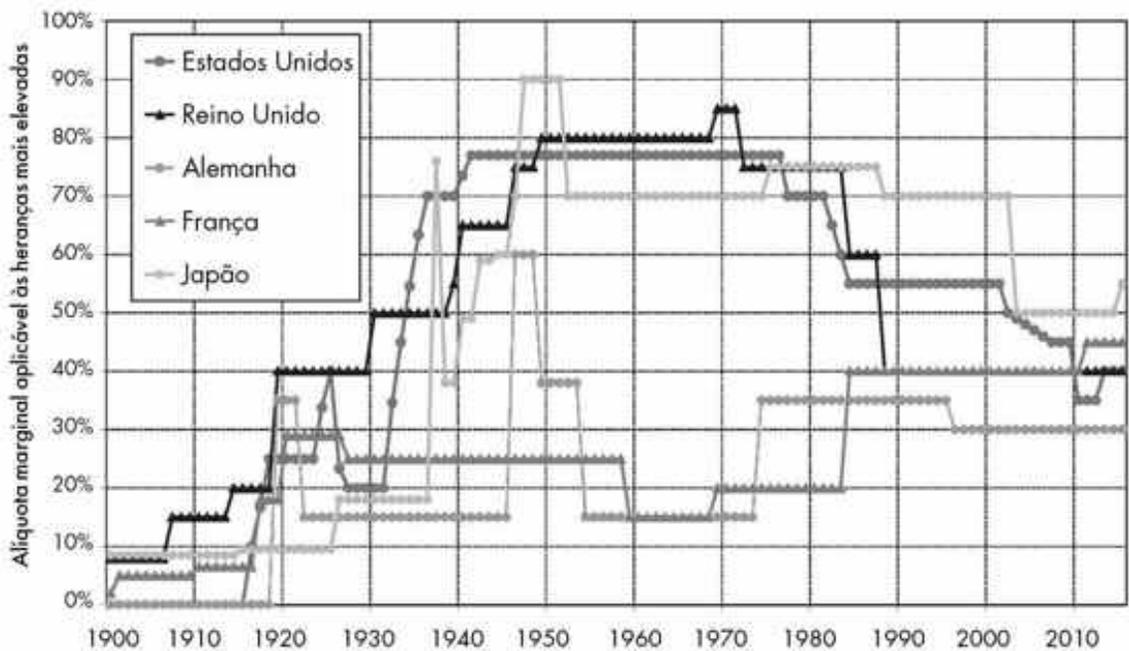
É igualmente interessante observar que o único momento em que a Alemanha aplica alíquotas muito altas às heranças e rendas mais elevadas acontece entre 1946 e 1949, isto é, durante o período da ocupação americana, quando a política fiscal alemã é ditada pelo Allied Control Council, que na prática é dominado pelos Estados Unidos. Percebemos, aliás, o mesmo fenômeno no Japão, como mostram os dois gráficos a seguir (nos quais o Japão foi acrescentado aos outros quatro países).

Insistimos no fato de que os Estados Unidos de 1946 a 1949 não estavam de forma alguma “punindo” os alemães e japoneses ao lhes impor tributos confiscatórios, uma vez que se trata exatamente da mesma política que eles aplicam em seu país. No espírito americano da época, mesmo hoje parecendo espantoso, isso faz parte, ao contrário, de sua missão civilizatória: trata-se de introduzir nesses dois países novas instituições democráticas e fiscais, de maneira a evitar a concentração excessiva de riquezas e a transformação da democracia em plutocracia.



Leitura: A alíquota marginal superior do imposto de renda (aplicável às rendas mais elevadas) nos Estados Unidos passou de 70% em 1980 para 28% em 1988.

### Alíquota superior do imposto de renda 1900-2015



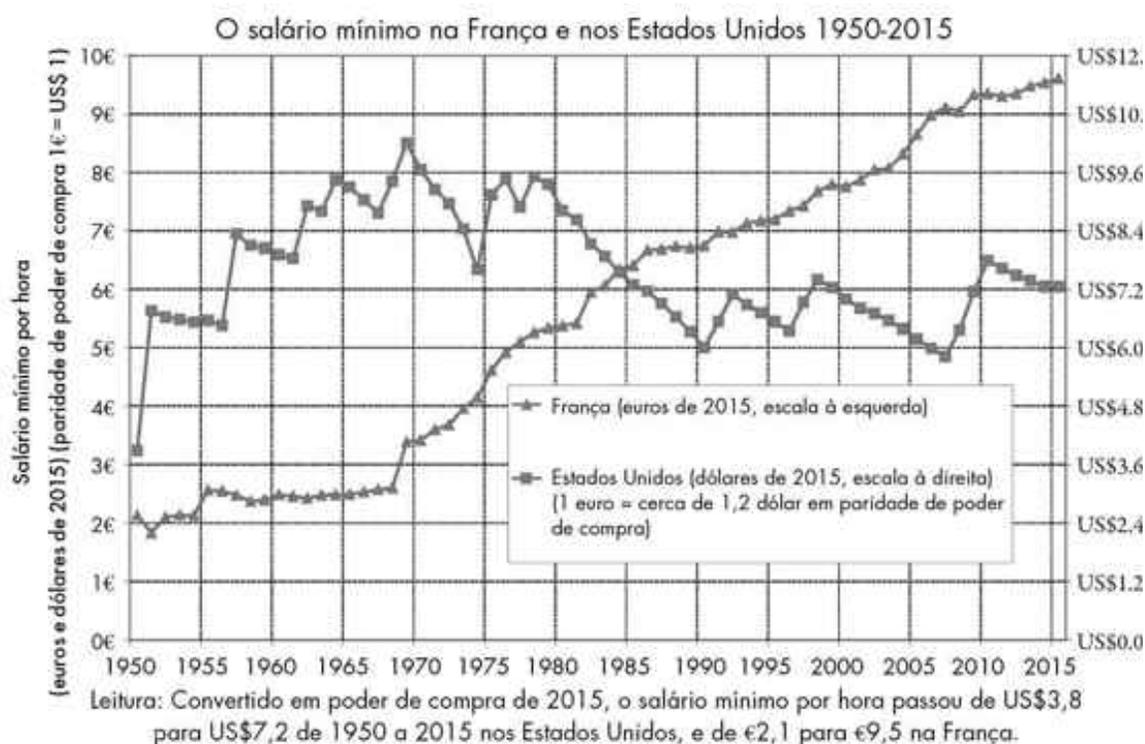
Leitura: A alíquota marginal superior do imposto sobre as heranças (aplicável às heranças mais elevada nos Estados Unidos) passou de 70% em 1980 para 35% em 2013.

O imposto sobre heranças japonês, por exemplo, também é interessante, uma vez que permaneceu sempre relativamente pesado, ao menos nominalmente, com uma alíquota superior elevada para 55% pelo governo de centro-direita de 2015.

Mais genericamente, estaríamos assistindo atualmente ao início de um retorno histórico a uma progressividade fiscal mais forte, uma espécie de repetição do movimento esboçado há mais de um século? O sucesso de Sanders nas primárias americanas sem dúvida traduz uma insatisfação crescente diante da escalada das desigualdades e às pseudoalternâncias Clinton/Obama. Restam, todavia, muitas lutas políticas pela frente até ser possível estancar a influência crescente do dinheiro privado sobre a vida política e sobre a mídia, em especial nos Estados Unidos (mas não somente).

Outra diferença essencial com relação ao início do século XX está claramente ligada ao fato de que a concorrência fiscal entre países e a falta de transparência financeira atingiram proporções históricas inéditas neste início do século XXI, o que dificulta, portanto, o retorno a uma forte progressividade fiscal sem uma coordenação internacional adequada (tecnicamente é algo possível, mas política e intelectualmente complicado nas atuais circunstâncias).

Acrescentemos então outro fator que não fazia parte da paisagem político-ideológica de um século atrás: existem hoje dois grandes países ex-comunistas, a Rússia e a China, que, após suas experiências traumáticas, praticamente desistiram de toda tentativa racional de redução das desigualdades por parte do poder público. Não há, portanto, nenhum imposto sobre heranças nesses dois países (capitalistas de todo o mundo vão à Rússia ou a China para morrer, se quiserem transmitir suas fortunas sem pagar qualquer imposto!), e, embora o governo chinês fale em criar um no âmbito de uma vasta reforma fiscal, sua reticência frente ao estado de direito tem tudo para dissuadi-lo de passar ao ato.

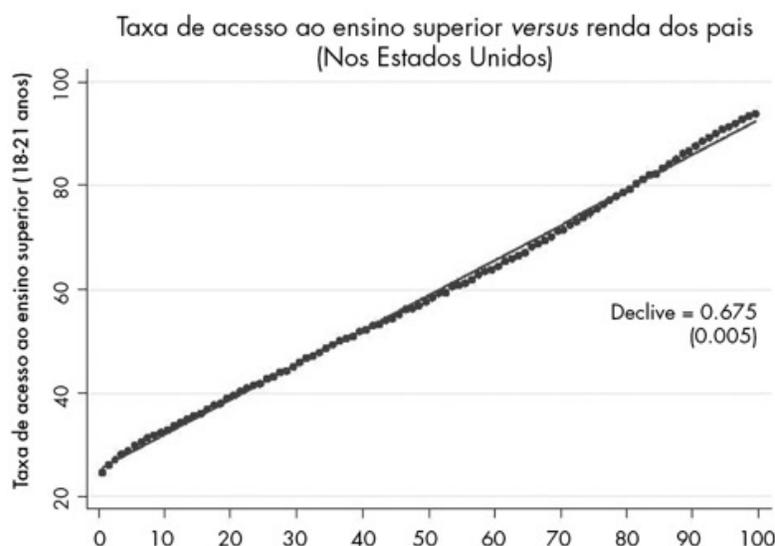


Examinemos agora outra dimensão da luta contra as desigualdades, a saber, o salário mínimo, que poderia perfeitamente desempenhar um papel central no futuro. Então, na onda do New Deal, os Estados Unidos criaram um salário mínimo federal<sup>3</sup> três vezes mais alto que o salário mínimo francês da época:

Presenciamos, aqui também, na esteira da eleição de Reagan, em 1980, uma inversão completa. Na falta de um mecanismo de indexação automática, o salário mínimo federal permanece congelado por longos períodos, com alguns reajustes pontuais sob os governos Clinton e Obama, que não bastaram para compensar a inflação que devora, lenta mas implacavelmente, o poder de compra do salário mínimo há várias décadas; isso acarreta uma perda do nível

absoluto de poder de compra de mais de um terço em meio século, o que não é pouco para um país em crescimento. Compreende-se melhor por que Sanders propôs reajustar o salário mínimo federal.<sup>4</sup>

Outro desafio gigante abordado por Sanders é o da gratuidade da saúde e da universidade. Questão crucial, pois as desigualdades de acesso à educação atingiram picos inéditos nos Estados Unidos, como mostra claramente o próximo gráfico, oriundo dos estudos de Emmanuel Saez e Raj Chetty, que descreve o vínculo, observado nos Estados Unidos de 2008 a 2012, entre a renda dos pais (expressa em percentis, do 1% mais fraco ao 1% mais elevado) e a probabilidade de seus filhos cursarem o ensino superior.



Observamos uma linha reta quase perfeita, que vai praticamente de 0% a 100%: as crianças oriundas dos meios mais modestos têm uma probabilidade ligeiramente superior a 20% de acessar o ensino superior, contra mais de 90% no caso das crianças oriundas dos meios mais favorecidos. Este gráfico mostra o abismo que existe entre, de um lado, os discursos meritocráticos feitos pelas elites e os privilegiados do sistema (que sempre tiveram muita imaginação para justificar sua posição, mas que em um século fizeram inegáveis progressos nessa direção), e, do outro, a realidade vivida pelas classes populares e amplos segmentos da população. Cabe, de todo modo, esclarecer que as crianças de origem modesta que conseguem furar o bloqueio não vão, evidentemente, para as mesmas universidades que as crianças favorecidas. A renda média dos pais dos estudantes de Harvard corresponde atualmente à renda média dos 2% dos

americanos mais ricos. Há, é claro, alguns estudantes cujos pais não fazem parte dos 2% mais ricos, mas são tão pouco numerosos, e os oriundos dos 2% mais ricos estão tão altamente posicionados entre os 2% mais ricos, que a média é a mesma que se todos os estudantes tivessem sido escolhidos ao acaso no seio dos 2% mais ricos.

Aqui também, as resistências à mudança serão tenazes, em especial por parte das grandes universidades e das elites, que não querem perder o controle dos procedimentos de admissão. A luta pela igualdade de acesso à educação nem por isso deixa de ser uma das mais estimulantes no futuro, pois, talvez mais do que a questão da progressividade fiscal ou mesmo do salário mínimo, é altamente suscetível de mobilizar as minorias hispânicas e negras, em vias de se tornarem a maioria (ainda que essas diferentes lutas possam e devam avançar de forma coordenada).

Uma coisa é inegável: embora, ao longo das últimas décadas, as desigualdades tenham se tornado muito mais elevadas lá do que na Europa, os Estados Unidos cultivam uma relação com a noção de igualdade e desigualdade muito mais complexa do que às vezes imaginamos, e que segue nos surpreendendo no século XXI como fez no século XX. Confrontados com desigualdades julgadas insuportáveis, os Estados Unidos inventaram ao longo dos últimos cem anos novas ferramentas para reduzi-las. Acontecerá sem dúvida o mesmo no futuro, sob formas que são difíceis de prever, mas para as quais podemos nos preparar colocando essas questões em perspectiva. O fim da história não é para amanhã.

## *A Europa está se tornando islamofóbica?*

*Le Monde*, 15 de março de 2016

O debate público sobre o lugar do islã e das populações de fé muçulmana nas sociedades europeias ganha um tom cada vez mais histórico. Por falta de informação e pesquisas confiáveis, apontam-se acontecimentos de fato dramáticos, mas que envolvem apenas uma ínfima fração das populações em questão (atentados de Paris, agressões de Colônia), para daí deduzir conclusões genéricas sobre a capacidade ou a vontade de dezenas de milhões de pessoas de se integrar e conviver em sociedade.

Na verdade, aproximadamente 5% da população da União Europeia (cerca de dois milhões de pessoas para 51 milhões) se considera de cultura ou religião muçulmana (praticante ou não), com picos de 6% ou 7% na Alemanha e na França (um milhão para cento e cinquenta milhões). Trata-se de uma minoria substancial, com certeza menos significativa do que na Índia (cerca de 15% da população), na outra extremidade do mundo árabe-muçulmano, porém muito mais relevante do que nos Estados Unidos, onde o islã é praticamente inexistente (menos de 1% da população, assim como no Leste europeu).

Felizmente, dispomos de algumas pesquisas sólidas que permitem reformular o debate, como o levantamento “Trajectoires et origines” [Trajetórias e origens], realizado pelo INED (Institut National d’Études Démographiques). Os pesquisadores esquadriharam as vidas de trezentos imigrantes oriundos de sete levadas sucessivas, então as compararam com as de duzentos de seus descendentes e com franceses sem ascendência estrangeira. Os resultados evidenciam uma “integração assimétrica”. Por um lado, os filhos de imigrantes obtêm diplomas, fazem amigos e têm cônjuges sem ascendência migratória, além de muitas vezes abandonar a língua dos pais. Por outro lado, permanecem mais tempo vítimas do desemprego e não têm acesso aos mesmos

empregos que os outros jovens com o mesmo diploma. A assimetria é especialmente aguda quando a origem é magrebina ou africana.

O estudo realizado por Marie-Anne Valfort<sup>1</sup> permite confirmar esse diagnóstico e mostrar a amplitude da discriminação profissional suportada pelas jovens gerações de origem ou fé muçulmana. Valfort mostra também que é de fato a hostilidade à religião muçulmana que está em questão. Por exemplo, no caso de uma mesma origem libanesa, o nome “Mohammed” é depreciador, ao passo que os rapazes chamados “Michel” se saem bem. A menção no currículo a uma participação nos escoteiros muçulmanos derruba as taxas de resposta, ao passo que estas aumentam quando a experiência é com escoteiros católicos ou protestantes. Os sobrenomes judeus são discriminados também, mas infinitamente menos do que os muçulmanos.

Faz sentido falar em islamofobia? Tudo bem, os empregadores não consideram esses milhões de jovens estupradores ou jihadistas em potencial. Mas há fortes preconceitos, que os acontecimentos recentes só fizeram reforçar e que não podem suscitar senão frustração e ressentimento.

Frente a essa injustiça gritante, Valfort propõe uma política explícita de ação afirmativa. A ideia não é absurda e foi aplicada em outros lugares: a Índia adota cotas de emprego para as castas mais desfavorecidas (mas não para os muçulmanos, apesar de igualmente discriminados), e os Estados Unidos também implementaram medidas como essa para a minoria negra (mas de maneira menos declarada). No contexto europeu atual, contudo, é de se temer que isso faça mais mal do que bem. Em contrapartida, está na hora de praticar com muito mais firmeza as leis antidiscriminação, se necessário recorrendo aos currículos aleatórios para aplicar penas exemplares.

Convém, da mesma maneira, lembrar uma coisa: a histeria atual vem da conjunção da crise dos refugiados e da gestão calamitosa, por parte da Europa, da crise financeira de 2008. Entre 2000 e 2010, a Europa integrou um fluxo de um milhão de imigrantes por ano, o desemprego diminuiu e a extrema direita recuou. O fluxo viu-se subitamente reduzido em três vezes entre 2010 e 2015, no exato momento em que as necessidades aumentavam. É urgente que França e Alemanha proponham uma refundação da Europa e de seu modelo de integração. Isso passa por uma moratória da dívida e um investimento maciço

em infraestrutura e formação. Sem isso, as pulsões xenofóbicas ameaçam levar tudo de roldão.

## *Sobre a situação migratória na Europa*

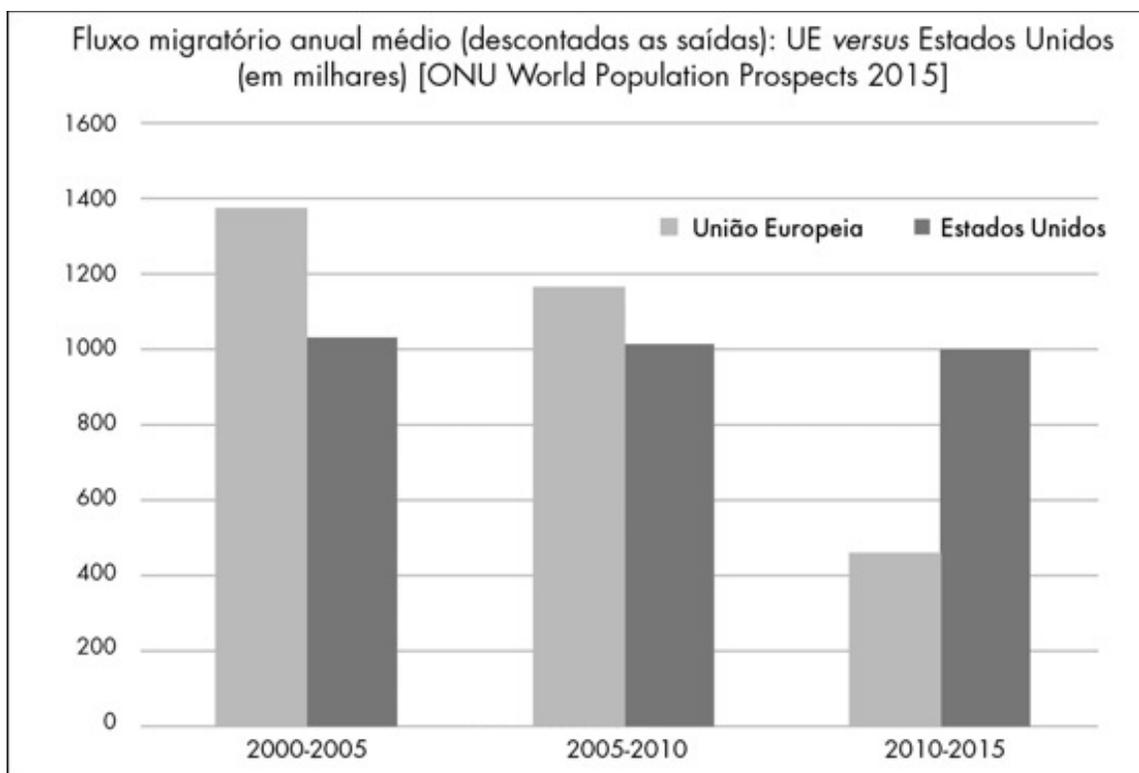
[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 31 de março de 2016

Enquanto a juventude francesa se manifesta contra o desemprego e a flexibilização e François Hollande acaba de desistir de sua sinistra retirada de nacionalidade, dezenas de milhares de refugiados se amontoam na Grécia, à espera de serem devolvidos à força para a Turquia. Não nos enganemos: essas diferentes realidades atestam o fracasso da Europa tanto no enfrentamento da crise econômica quanto na revitalização de seu modelo de criação de emprego, integração e progresso social.

O mais triste é que a Europa tem todas as condições não só para se mostrar mais acolhedora, como também para reduzir o desemprego. Para se convencer disso, é interessante fazer um desvio pelas estatísticas migratórias (o que me permitirá igualmente responder a algumas perguntas dos internautas a respeito de minha crônica “A Europa está se tornando islamofóbica?”).

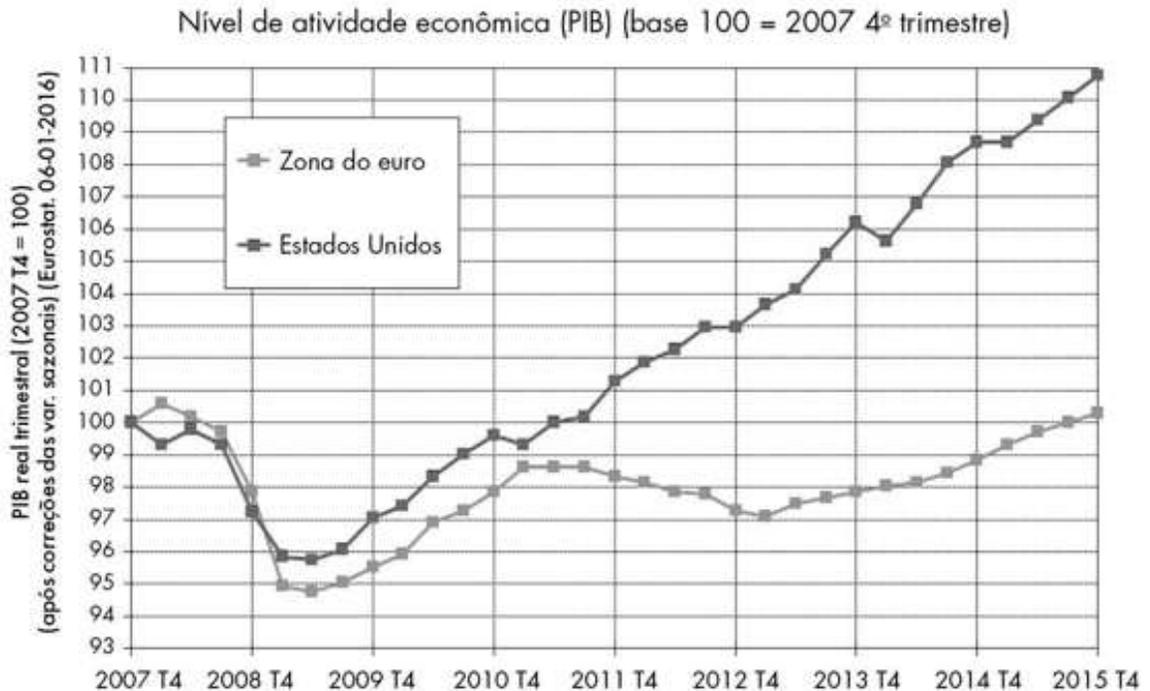
Antes de mais nada, deixemos claro que os fluxos migratórios são difíceis de mensurar e que as estimativas a que se tem acesso são imperfeitas. Os melhores dados disponíveis em nível global, reunidos pelas Nações Unidas no âmbito dos “World Population Prospects”, publicados no fim de 2015, permitem todavia estabelecer certo número de ordens de grandeza.

Constatamos ao primeiro relance que, entre 2000 e 2010, o fluxo migratório ingressado na União Europeia (descontadas as saídas) era da ordem de 1,2 milhão de pessoas em média por ano. O número pode parecer enorme, mas se o referirmos a uma população total de mais de quinhentos milhões, representa apenas pouco mais de 0,2% por ano. Nessa época pouco distante, a União Europeia era a região mais aberta do mundo (o fluxo migratório era de cerca de um milhão por ano nos Estados Unidos) e isso não criava maiores problemas: na Europa, o emprego aumentava e o desemprego caía, pelo menos até a eclosão da crise financeira de 2008.



É essa crise, e, principalmente, as políticas de austeridade calamitosas que foram aplicadas na Europa para enfrentá-la, provocando assim uma recaída absurda da atividade entre 2011 e 2013,<sup>1</sup> que explica a escalada do desemprego e da xenofobia em nosso continente, tendo como consequência a redução dos fluxos migratórios em dois terços: cerca de quatrocentos mil por ano, de 2010 a 2015, segundo as Nações Unidas. Tudo isso se produziu no exato momento em que a evolução da situação geopolítica no Oriente Médio e a crise dos refugiados teriam exigido, ao contrário, uma Europa mais aberta.

Paradoxo suplementar: os Estados Unidos, que não obstante estavam na raiz da crise de 2008, souberam dar provas de flexibilidade orçamentária para reaquecer sua economia e mantiveram um fluxo migratório de cerca de um milhão de pessoas por ano entre 2010 e 2015 (ao mesmo tempo permanecendo muito mais fechados do que a Europa para os refugiados sírios e, mais genericamente, para as populações de fé muçulmana).



Também constatamos os efeitos da crise se examinarmos a distribuição do fluxo migratório no interior da União Europeia. Se fizermos a média para o conjunto do período entre 2000 e 2015 (perto de um milhão de migrantes por ano em média), observamos uma distribuição relativamente equilibrada: cada um dos grandes cinco países (Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha) acolhe entre cem e duzentos mil imigrantes por ano. Mas ao passo que a Alemanha era de certa forma pouco aberta entre 2000 e 2010, o país tomou nitidamente a dianteira entre 2010 e 2015, enquanto o fluxo passava a negativo no caso da Espanha. Em termos absolutos, no período entre 2000 e 2015, foram a Itália, a Espanha e o Reino Unido os mais abertos, seguidos pela Alemanha e a França.

Os dados das Nações Unidas são incompletos e não incluem todos os ingressos de 2015, para os quais carecemos de distanciamento, mas a cujo respeito sabemos de antemão que já alcançaram níveis extremamente elevados: um milhão de refugiados ingressados na Alemanha em um único ano, segundo o governo alemão, quatrocentos mil pedidos de asilo depositados na Alemanha em 2015, segundo a Eurostat. De todo modo, esses fluxos, por mais significativos que sejam, não são tão excepcionais como às vezes imaginamos, comparados aos fluxos migratórios observados entre 2000 e 2010.

A conclusão vem por si só: se a Europa, em especial a zona do euro, liderada pela Alemanha e pela França, adotasse uma política mais eficiente (moratória das dívidas públicas, recuperação econômica, investimento na educação e nas infraestruturas, imposto unificado sobre as grandes empresas, Parlamento da zona do euro), então nosso continente teria todos os meios de se mostrar mais acolhedor e não teria que se comprometer em um acordo indigno com a Turquia.

## *LuxLeaks, Panama Papers: a hipocrisia europeia*

*Le Monde*, 12 de abril de 2016

A questão dos paraísos fiscais e da falta de transparência financeira está há anos sob holofotes. Infelizmente, nesse campo, existe uma distância abissal entre as proclamações vitoriosas dos governos e a realidade de suas ações. Em 2014, os dados do LuxLeaks (Luxemburgo Leaks) revelaram que as multinacionais praticamente não pagavam imposto na Europa, graças às suas filiais em Luxemburgo. Em 2016, os Panama Papers mostram a extensão das dissimulações de patrimônios operadas pelas elites financeiras e políticas do norte ao sul. Podemos comemorar o fato de jornalistas estarem realizando seu trabalho. O problema é que os governos não fazem o seu. A verdade é que quase nada foi feito desde a crise de 2008. Em certos aspectos, inclusive, as coisas pioraram.

Vamos por partes. Em relação à tributação dos lucros das grandes empresas, a concorrência fiscal exacerbada alcançou novos recordes na Europa. O Reino Unido, por exemplo, prepara-se para reduzir sua alíquota para 17%, algo jamais visto num grande país — tudo isso protegendo as práticas predatórias das Ilhas Virgens e dos outros paraísos fiscais da coroa britânica. Se não fizermos nada, terminaremos todos por nos alinhar aos 12% da Irlanda, quem sabe a 0%, ou mesmo conceder subvenções aos investimentos, como já acontece às vezes. Enquanto isso, nos Estados Unidos, onde existe um imposto federal sobre os lucros, a alíquota é de 35% (sem contar o imposto dos estados, compreendido entre 5% e 10%). São o esfacelamento político da Europa e a ausência de um poder público forte que nos colocam à mercê dos interesses privados. A boa notícia é que é possível sair desse impasse. Se quatro países — França, Alemanha, Itália e Espanha, que em conjunto concentram mais de 75% do PIB e da população da zona do euro

— propusessem um novo tratado fundado na democracia e na justiça fiscal, tendo como medida forte um imposto comum sobre as grandes empresas, os demais países seriam obrigados a acompanhar; a outra opção seria alijar-se do esforço de transparência que a opinião pública pede há anos e, assim, expor-se a sanções.

Quanto aos patrimônios privados detidos nos paraísos fiscais, continua a imperar a mais completa falta de transparência. Em quase todo o mundo, as maiores fortunas continuaram a progredir a partir de 2008 muito mais rapidamente do que a economia, em parte porque elas pagam menos impostos do que as outras. Na França, um ministro do orçamento pôde, com toda a tranquilidade, afirmar, em 2013, que não possuía nenhuma conta na Suíça, sem temer que sua administração soubesse disso, e mais uma vez os jornalistas é que foram descobrir a verdade.

As transmissões automáticas de informações sobre os ativos financeiros, oficialmente aceitas na Suíça e sempre recusadas pelo Panamá, estão aí para solucionar a questão no futuro. Pena que só começarão a ser aplicadas a partir de 2018, com flagrantes exceções, por exemplo no caso dos títulos detidos via trustes e fundações, e tudo isso sem qualquer penalidade prevista para os países recalcitrantes. Em outras palavras, continuamos a viver na ilusão de que vamos resolver o problema na base de ações voluntárias, pedindo educadamente aos paraísos fiscais que parem de se comportar mal. É urgente acelerar o processo e aplicar pesadas sanções comerciais e financeiras aos países que não respeitarem de forma rigorosa as regras. Não nos enganemos: somente uma reiterada imposição dessas sanções à menor falta constatada (o que acontecerá, inclusive naturalmente com nossos queridos vizinhos suíços e luxemburgueses) permitirá consolidar a credibilidade do sistema e oferecer uma saída para o clima de opacidade e impunidade generalizada, em vigor há décadas.

Ao mesmo tempo, cabe implementar um cadastro unificado dos títulos financeiros, o que passa pela tomada de controle público das principais instituições depositárias centrais (Clearstream e Eurostream na Europa, Depository Trust Corporation nos Estados Unidos), como demonstrou claramente Gabriel Zucman. Para dar credibilidade ao sistema, podemos

também imaginar um direito de tributação comum sobre esses ativos, cujas receitas poderiam financiar um patrimônio público mundial (como o clima).

Resta uma pergunta: por que os governos fizeram tão pouco desde 2008 para lutar contra a falta de transparência financeira? A resposta curta é que eles compraram a ilusão de que não precisavam agir. Seus bancos centrais imprimiram moeda suficiente para evitar o colapso completo do sistema financeiro, evitando assim os erros que haviam empurrado o mundo para a beira do abismo na esteira de 1929. Resultado: embora a depressão generalizada tenha de fato sido evitada, as reformas estruturais, regulamentares e fiscais indispensáveis ficaram esquecidas no caminho. Poderíamos nos tranquilizar observando que o balanço dos grandes bancos centrais (que passou de 10% para 25% do PIB) permanece fraco, em comparação ao conjunto dos ativos financeiros que os atores públicos e privados detêm uns sobre os outros (em torno de 1.000% do PIB, até mesmo 2.000% no Reino Unido), tendo fôlego para crescer em caso de necessidade. Na verdade, isso mostra, sobretudo a hipertrofia persistente dos balanços privados e a fragilidade extrema do conjunto do sistema. Vamos torcer para que o mundo saiba ouvir as lições dos Panama Papers e, sem esperar uma nova crise, enfim resolva a falta de transparência financeira.

## *Por um núcleo duro europeu*

*Le Monde*, 14 de maio de 2016

Refugiados, dívidas, desemprego: a crise europeia parece interminável. Para uma parcela cada vez maior da população, a única resposta no horizonte é a do isolamento nacionalista: sair da Europa, voltar ao Estado-nação para tudo melhorar. Frente a essa promessa ilusória, mas que tem o mérito da clareza, o lado progressista só faz tergiversar: tudo bem, a situação não é nada agradável, mas devemos persistir e esperar que as coisas melhorem; e, de toda forma, é impossível mudar as regras europeias. Essa estratégia inoperante não pode mais continuar. É hora dos principais países da zona do euro se arrojamem e proporem a formação de um núcleo duro capaz de tomar decisões e reformar nosso continente.

A primeira coisa a ser feita é parar de achar que o humor da opinião pública seria um impeditivo para mexer nos tratados europeus. Uma vez que a opinião pública detesta a Europa atual, então façamos de tudo para não mudar nada! O raciocínio é absurdo e, sobretudo, falso. Sejam claros. Revisar o conjunto dos tratados firmados pelos 28 países na instituição da União Europeia, em especial o Tratado de Lisboa de 2007, é sem dúvida prematuro: o Reino Unido e a Polônia, para citar apenas eles, têm prioridades diferentes das nossas. Mas isso não implica a necessidade de ficar de braços cruzados. É perfeitamente impossível firmar, em paralelo aos tratados existentes, um novo tratado intergovernamental entre os países da zona do euro que o desejem.

A melhor prova é que isso foi feito em 2011 e 2012. Em poucos meses, os países da zona do euro negociaram e ratificaram dois tratados intergovernamentais com pesadíssimas consequências orçamentárias: um instituindo o MES (Mecanismo Europeu de Estabilidade, na sigla em francês, fundo dotado de 700 bilhões de euros que visava socorrer os países da zona do euro); e o outro, o TSCG (sigla em francês para Tratado sobre a Estabilidade,

Coordenação e Governança da zona do euro), fixando novas regras orçamentárias e sanções automáticas aplicáveis aos países membros.

O problema é que esses dois tratados apenas agravaram a recessão e a deriva tecnocrática da Europa. Os países que pedem o apoio do MES devem assinar um “Memorandum of Understanding”, com os representantes da famigerada Troika (artigo 13 do tratado MES). Em resumo, concedeu-se a um punhado de tecnocratas egressos da Comissão Europeia, do BCE e do FMI, às vezes competentes, às vezes muito menos do que isso, o poder de supervisionar a reforma dos sistemas de saúde, aposentadorias, impostos *etc.* de países inteiros, tudo isso sem qualquer transparência ou controle democrático.

Quanto ao TSCG (artigo 3), ele estabelece uma meta totalmente irrealista de déficit estrutural máximo de 0,5% do PIB. Esclareçamos que se trata de uma meta de déficit secundário (após os juros da dívida): assim que as taxas de juros subirem, isso acarretará, durante décadas, enormes superávits primários de 3% ou 4% do PIB para todos os países que tiverem acumulado dívidas significativas na esteira da crise, isto é, a quase totalidade da zona ao longo das décadas. Parece que todos se esquecem de que a Europa foi construída nos anos 1950 com o cancelamento das dívidas do passado (beneficiando especialmente a Alemanha) e que foram essas escolhas políticas que permitiram investir no crescimento e nas novas gerações.

Acrescentemos o fato de esse belo edifício — MES e TSCG — ser controlado pelo conselho dos ministros das Finanças da zona do euro, o qual se reúne a portas fechadas para geralmente nos anunciar, na calada da noite, que salvou a Europa, até nos darmos conta no dia seguinte de que nem mesmo seus membros sabem o que foi decidido. Belo êxito para a democracia europeia no século XXI!

A solução é óbvia: é preciso retrabalhar esses dois tratados e dar à zona do euro verdadeiras instituições democráticas, capazes de tomar decisões claras após uma deliberação aberta. A melhor opção seria a constituição de uma câmara parlamentar<sup>1</sup> da zona do euro, que poderia votar um imposto comum sobre as empresas e um orçamento da zona que permitisse investir em infraestrutura e universidades.

Esse núcleo duro europeu será franqueado a todos os países, mas nenhum terá o direito de obstruir os que desejarem avançar mais rápido. Concretamente, se França, Alemanha, Itália e Espanha, que juntos representam mais de 75% da população e do PIB da zona do euro, chegarem a um acordo, esse novo tratado intergovernamental tem todas as chances de vigorar.

Num primeiro momento, a Alemanha sem dúvida temerá ficar em minoria no âmbito dessa câmara parlamentar. Contudo, a não ser que se arrisque a reforçar irremediavelmente o lado antieuro, não poderá recusar abertamente a democracia. Acima de tudo, esse novo sistema constitui uma proposta equilibrada: por um lado, abre caminho para o cancelamento das dívidas, mas, por outro, obriga os que têm interesse na matéria — como a Grécia — a se submeterem futuramente à lei da maioria. Um acordo está ao alcance das nossas mãos, com a condição de abandonarmos os conservadorismos e os egoísmos nacionais.

## *A Lei Trabalhista: uma grande salada*

[piketty.blog.lemonde.fr](http://piketty.blog.lemonde.fr), 2 de junho de 2016

Enquanto as tensões sociais ameaçam paralisar o país e o governo se obstina na recusa do diálogo e do compromisso, a Lei Trabalhista se mostra cada vez mais aquilo que é: uma grande salada, mais uma, no seio de um quinquênio perdido, e talvez a mais grave. O governo queria nos impingir que é penalizado porque é reformista, vendo-se forçado a lutar sozinho contra os conservadorismos. A realidade é bem diferente: nessa matéria, como em outras, o poder vigente multiplica os improvisos, as mentiras e os remendos.

Já vimos esse filme no caso da competitividade. O governo começou por suprimir — erroneamente — as reduções das contribuições patronais decididas pelo governo anterior, antes de criar um caos inverossímil sob a forma de um crédito de imposto,<sup>1</sup> visando restituir às empresas parte das contribuições pagas um ano antes, causando, além disso, uma tremenda perda, que se deve à falta de clareza e perenidade do dispositivo. Teria sido preciso, ao contrário, lançar uma ambiciosa reforma do financiamento da previdência social.

No caso da Lei Trabalhista, encontramos a mesma mistura de despreparo e cinismo. Se o desemprego não parou de aumentar desde 2008, gerando 1,5 milhão de desempregados a mais (2,1 milhões de indivíduos da categoria A<sup>1</sup> em busca de emprego, em meados de 2008; 2,8 milhões, em meados de 2012; 3,5 milhões, em meados de 2016), não é porque o direito do trabalho se tornou subitamente mais rígido, e sim porque, de 2011 a 2013, a França e a zona do euro, por seu excesso de austeridade, ao contrário dos Estados Unidos e do restante do mundo, geraram uma queda absurda da atividade, transformando assim uma crise financeira originada do outro lado do Atlântico em uma interminável recessão europeia. Se o governo começasse por reconhecer seus erros, e deles tirasse lições para preparar uma reforma democrática da zona do euro e de seus critérios orçamentários, seria muito

mais fácil coordenar os debates, por sinal necessários, sobre as reformas a serem implementadas na França.

Isso é ainda mais lamentável na medida em que o direito do trabalho merece discussões consistentes. O crescente uso dos CDD, contrato de duração determinada, pelas empresas francesas acabou por não permitir a redução do desemprego. Já passou da hora de adotar um sistema *bonus-malus* capaz de exigir maior contribuição dos empregadores que abusam da precariedade e do seguro-desemprego. Mais amplamente, seria preciso restringir o uso dos CDD aos casos em que eles se justificam de modo efetivo, e instituir o CDI, contrato de duração indeterminada, como norma para as novas contratações, exigindo como contrapartida uma transparência das condições de rescisão, que não raro embutem muitas incertezas, tanto para os assalariados quanto para os empregadores. Havia, portanto, condições para uma reforma equilibrada, baseada no *toma lá dá cá*, que infelizmente o governo foi incapaz de apresentar ao país.

A discussão concentra-se agora no artigo 2 da Lei Trabalhista, que pretende transformar os “acordos de empresa”<sup>II</sup> em norma, abrindo caminho para derrogar tanto os acordos setoriais como a lei nacional, em especial no que se refere à organização do tempo de trabalho e ao pagamento das horas extras. A questão é complexa e não se presta a respostas simples, como ilustra aliás o calhamaço do projeto de lei (588 páginas no total, sendo cinquenta exclusivamente para o artigo 2). É evidente que determinadas decisões muito específicas sobre as pausas e horários só podem ser tomadas no nível da empresa. Inversamente, existem outras, mais estruturantes, que devem ser implementadas em nível nacional, sem o que a concorrência generalizada entre empresas possa levar ao *dumping* social. Por exemplo, os assalariados dos países que não têm legislação nacional ambiciosa sobre férias remuneradas terminam por tirar muito poucas férias, apesar da progressão dos salários, o que, coletivamente, pode ser um absurdo.

Quanto aos acordos de empresa, alguns julgaram enxergar em sua valorização além-Reno, ao longo dos anos 2000, uma das chaves do atual sucesso do modelo alemão.<sup>2</sup> O debate está aberto e é legítimo. Convém, todavia, destacar dois pontos. Em primeiro lugar, devemos lembrar que a boa performance da Alemanha em matéria de emprego é em parte explicada pelo

nível anormalmente elevado de seu superávit comercial: mais de 8% do PIB em média, nos últimos cinco anos. Em outras palavras, cada vez que a Alemanha produz 100 euros de bens ou equipamentos, o país só consome e investe 92 deles em território alemão. Não custa lembrar que não existe simplesmente nenhum exemplo histórico de uma economia desse porte com um superávit comercial tão forte e duradouro.

Em parte isso se explica pelos trunfos do modelo industrial e social alemão, em especial de sua excelente inserção nos novos circuitos de produção da Europa central e oriental, oriundos da expansão europeia dos anos 2000. Mas também se explica por uma contenção salarial excessiva, sem dúvida exacerbada pela proliferação dos acordos de empresas, e a escalada da concorrência generalizada entre locais de produção, o que no fim das contas equivale a confiscar uma parte da atividade econômica dos vizinhos. Se essa estratégia fosse eventualmente estendida ao conjunto da Europa, estaria por definição fadada ao fracasso: ninguém no mundo seria capaz de absorver esse superávit comercial. Isso só faria agravar a tendência atual, que leva nosso continente direto a um regime duradouro de crescimento fraco, deflação salarial e endividamento elevado.

Além disso, e sobretudo, uma das forças do modelo alemão consiste em se apoiar em sindicatos poderosos e representativos. Levando em conta a fraqueza dos sindicatos franceses e de suas bases, parece ilusório querer firmar acordos equilibrados no nível das empresas. Nessas condições, seria preferível reescrever o artigo 2 a fim de privilegiar os acordos setoriais, os quais, considerando a realidade atual do sindicalismo francês, constituem o escalão mais pertinente e promissor. Como mostraram com clareza os estudos de Thomas Breda, os delegados sindicais estão praticamente ausentes da maioria das empresas francesas, não só das pequenas, mas também das médias, em parte por conta da discriminação salarial de que são comprovadamente alvo. Encontramos aqui a cultura do conflito, cara a uma parte das entidades patronais francesas, como também acabam de ilustrar as declarações sobre a CGT, grosseiramente insultantes, proferidas pelo chefe do Medef. No norte da Europa, há décadas os representantes sindicais desempenham um papel importante nos conselhos de administração (um terço das diretorias na Suécia, metade na Alemanha) e os patrões aprenderam todos os benefícios que

podiam extrair de um maior envolvimento dos assalariados na estratégia da empresa. Esse modelo de cogestão, elaborado após a Segunda Guerra Mundial, aliás, ainda pode ser aprimorado no futuro; poderíamos dar aos assalariados votos nas assembleias gerais de acionistas, que se tornariam assembleias mistas, o que permitiria nomear administradores encarnando projetos de desenvolvimento promissores para as duas partes. Mas, no atual estágio, a França ainda se encontra engatinhando na cena da negociação social e da democracia econômica.

De maneira mais genérica, o principal ponto fraco da Lei Trabalhista é não levar suficientemente em conta a fragilidade sindical francesa e os meios de remediá-la. Pior ainda: a Lei Trabalhista comporta disposições suscetíveis de enfraquecer mais ainda os sindicatos e seus representantes. É especialmente o caso das medidas sobre os referendos de empresa, apresentadas no artigo 10. O objetivo é permitir aos empregadores, mediante referendo — e em condições muitas vezes próximas da chantagem —, imporem acordos que, não obstante, teriam sido rejeitados por sindicatos representando até 70% dos assalariados da empresa por ocasião das últimas eleições profissionais<sup>III</sup>. Compreende-se que a CFDT<sup>IV</sup> possa em certos casos tirar proveito disso, que pode lhe permitir, com 30% dos votos, contornar os outros sindicatos, em particular a CGT, e negociar diretamente um acordo com o empregador. Por outro lado, é verdade que esse ato de driblar as eleições profissionais — que acontecem a cada quatro anos — equivale a retroceder nos tímidos progressos democráticos das reformas da representação sindical, que, justamente, acabavam de ser implementadas no período de 2004 a 2008 e haviam atribuído, pela primeira vez, aos sindicatos que reunissem 50% dos votos, um papel decisivo na assinatura dos acordos de empresa (ao passo que o regime anterior permitia que todos os cinco sindicatos históricos de 1945 assinassem acordos, independentemente de sua representatividade na empresa, o que não deu certo no modelo social francês). Todos os exemplos estrangeiros demonstram: a democracia econômica precisa de corpos intermediários. Não é empurrando boa parte dos sindicatos e do corpo social francês para a oposição e para a frustração que tiraremos a França da crise.

---

I. Categoria A: pessoas desempregadas que estão efetivamente atrás de um novo emprego. (*N. do T.*)

II. Acordos que determinam as condições de trabalho e as garantias sociais dos funcionários de uma empresa. Resultam de uma negociação entre o delegado sindical e o empregador. (*N. do T.*)

III. As eleições profissionais na França elegem, dentro de uma empresa e através do voto secreto, os representantes dos funcionários encarregados de negociar com os patrões. (*N. do T.*)

IV. Confederação Francesa Democrática do Trabalho: grande federação de sindicatos das mais diversas categorias, abrangendo mais de oitocentos mil trabalhadores. (*N. do T.*)

## *Repensar o imposto sobre o patrimônio*

*Le Monde*, 12 de junho de 2016

É necessário abolir o imposto sobre as fortunas (ISF)? Em todo caso, é o que vai propor a maioria dos candidatos da direita nas primárias. Isto seria, porém, um grave erro político e econômico. Nesses tempos de prosperidade patrimonial, estagnação salarial e crise social, não é hora de presentear os mais ricos. As estreitas margens de manobra devem ser dedicadas a outras prioridades: alívio da pressão fiscal e social que onera o trabalho (o financiamento da nossa previdência social se apoia excessivamente nos salários) e o investimento em educação e pesquisa.

Acima de tudo, o imposto sobre o patrimônio mereceria uma verdadeira reflexão e uma reforma geral, que deveria levar em conta não só o ISF, como, principalmente, o imposto predial, que na França, como em todos os países, é de longe o principal imposto sobre o patrimônio: mais de 25 bilhões de euros de receitas contra 5 bilhões do ISF. O imposto predial constitui um imposto extremamente pesado e dividido de forma injusta entre milhões de pessoas que buscam acesso à propriedade, e é lamentável que os políticos — de direita e às vezes de esquerda — só tenham olhos para os contribuintes do ISF. Aproximando os dois impostos, seria possível constituir a médio prazo um imposto unificado e progressivo sobre o patrimônio bruto, levando em conta ao mesmo tempo os imóveis, os ativos financeiros e as dívidas. Isso permitiria aliviar a carga fiscal dos mais modestos e estimular a mobilidade do patrimônio.

Começemos por lembrar que, em 2016, as famílias francesas possuem mais de 10 trilhões de euros de patrimônio (descontadas as dívidas), ou seja, 200 mil euros em média para cada um dos cerca de cinquenta milhões de adultos. A distribuição é fortemente desigual em torno dessa média. A metade mais pobre da população detém apenas 5% do total, ao passo que os 10% mais ricos possuem 60%. Entre os 50% com menos patrimônio (abaixo de 100 mil

euros), bem como entre os 40% seguintes (entre 100 e 400 mil euros), encontramos muitas famílias altamente endividadas, em geral por períodos cada vez mais longos, levando-se em conta os preços dos imóveis. Observamos também que a concentração dos patrimônios permanece extremamente elevada no âmbito de cada faixa etária (por exemplo, ela é quase tão alta entre os que possuem mais de 60 anos quanto na população em sua totalidade).

No conjunto desses 10 trilhões em patrimônio, os imóveis correspondem a cerca de 5 trilhões (6 trilhões para o valor bruto dos imóveis, do qual é preciso expurgar mais de 1 trilhão de empréstimos); os ativos financeiros, a cerca de 4,5 trilhões (seguro de vida, ações, títulos, depósitos e poupanças bancários); e os ativos profissionais dos autônomos, a mais de 500 bilhões.

O que acontece com os impostos sobre o patrimônio? O ISF incide sobre contribuintes que dispõem de mais de 1,3 milhão de euros de patrimônio líquido, com uma alíquota de tributação progressiva que sobe gradualmente de 0% para 1,5% (acima de 10 milhões). Existem múltiplas desonerações e abatimentos (por exemplo, de 30% para a residência principal), e o imposto afeta apenas 1% da população. Mesmo levando em conta a prosperidade desse grupo social (cerca de 25% do patrimônio total detido pelos 1% mais ricos, ou seja, 2,5 trilhões de euros), as receitas representam pouco mais de 5 bilhões de euros, isto é, uma alíquota de tributação média de apenas 0,2%.

O imposto predial segue uma lógica distinta, uma vez que incide sobre o conjunto da população que detém bens imobiliários. As receitas não pararam de aumentar nestes últimos anos, ultrapassando agora os 25 bilhões de euros, ou seja, cerca de 0,5% do valor dos bens em questão.

Em princípio, o imposto predial é proporcional (com enormes variações locais): cada um paga em média 0,5% do valor de seu bem (isto é, 1.000 euros por ano para um bem de 200 mil euros, e 5 mil euros para um bem de 1 milhão). Porém, como os ativos financeiros e as dívidas não são levados em consideração, o sistema é, na realidade, violentamente regressivo. Por exemplo, uma pessoa que possua um bem de 200 mil euros e uma dívida de 150 mil euros (ou seja, um patrimônio líquido de 50 mil euros) paga o mesmo imposto de uma pessoa que tenha herdado o mesmo bem e que detenha, além disso, ativos financeiros de 300 mil euros (isto é, um patrimônio líquido de 500 mil euros).

Essa situação aberrante se explica pelo fato do imposto predial ter sido criado há mais de dois séculos, da mesma forma que os pesadíssimos sistemas de “*property tax*” vigentes nos Estados Unidos e na maioria dos países, em uma época em que a propriedade assumia essencialmente a forma de terrenos e bens imóveis e os ativos financeiros e as dívidas quase não existiam.

Já passou da hora de modernizar esse imposto venerável, começando por unificar as alíquotas e bases de cálculo a nível nacional (fonte de injustiça suplementar) e implementando a dedução das dívidas e a inclusão dos ativos financeiros. Ao fim de um quinquênio marcado pelo escândalo Cahuzac e os Panama Papers, é imperioso introduzir mais transparência nas declarações de ISF, que deveriam indicar os montantes dos ativos financeiros transmitidos à administração pelos bancos franceses e estrangeiros, assim como nas declarações de rendas pré-preenchidas. Esperemos que a próxima campanha permita sair da letargia e proponha um verdadeiro debate sobre a tributação do patrimônio.

# Notas

---

## *Prefácio*

1. A obra dá sequência à coletânea *É possível salvar a Europa?* (Intrínseca, 2015), com crônicas de 2004 a 2012, publicada na França em 2012, e à *Vive la gauche américaine!* (Éditions de l'Aube, 2004), com crônicas de 1998 a 2004, publicada em 2004.

## *A CSG progressiva versus o TVA social*

1. Disponível em: <<http://www.revolution-fiscale.fr/annexes-simulateur/Donnees/pdf/CSG1.pdf>>, em francês.

## *O socialismo decorativo*

1. Ver a crônica “Chega de inércia! Ação, urgente!”.

## *Libé: o que é ser li re*

1. Guillaume Duval. *Made in Germany: Le Modèle allemand au-delà des mythes* [Fabricado na Alemanha: o modelo alemão para além dos mitos]. Points, 2014.

## *François Hollande, esse teimoso*

1. Ver as crônicas “O socialismo decorativo” e “Chega de inércia! Ação, urgente!”.

## *Do Egito ao Golfo, um barril de pólvora da desigualdade*

1. Ver Facundo Alvaredo e Thomas Piketty, “Measuring income inequality and top incomes in the Middle East: Data limitations and illustrations with the case of Egypt” [Delimitar a desigualdade de renda e alta renda no Oriente Médio: limitações de dados e ilustrações com o caso egípcio]. Economic Research Forum. Gizé, Egito. *Working Paper Series*, nº 832, maio de 2014. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/AlvaredoPiketty2014ERF.pdf>>, em inglês.

## *CICE, a verruga de François Hollande*

1. Ver a crônica “Chega de inércia! Ação, urgente!”.

## *Salvar a mídia*

1. Julia Cagé. *Sauver les médias: capitalisme, financement participatif et démocratie*. [Salvar a mídia: capitalismo, financiamento participativo e democracia]. Le Seuil, La République des idées, 2015.

## *O capital na Ática do Sul*

1. Gabriel Zucman. *La Richesse cachée des nations* [A riqueza oculta das nações]. Le Seuil, 2014.

## *Medidas excepcionais de segurança não bastam*

1. Ver também a crônica “Laicidade e desigualdade: a hipocrisia francesa”.

## *Os poluidores do mundo devem pagar a conta*

1. Ver “Carbon and Inequality: from Kyoto to Paris” [Carbono e desigualdade: de Kyoto a Paris], no site da Escola de Economia de Paris. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/ChancelPiketty2015.pdf>>, em inglês.

### *Mudar a Europa, agora*

1. Ver a crônica “O duplo sofrimento das classes populares”.

### *Combater as desigualdades, na Europa e na França*

1. Disponível em: <<http://www.notreprimaire.fr>>, em francês.

### *Sobre a desigualdade nos Estados Unidos*

1. Ver a crônica “O impacto Sanders”.

2. Discurso de Fisher no site da Associação Americana de Economia [American Economic Association]. Disponível em: <<http://piketty.blog.lemonde.fr/2016/02/18/de-linegalite-en-amerique/>>, em francês.

3. Ver a crônica “O impacto Sanders”.

4. Idem.

### *A Europa está se tornando islamofóbica*

1. Ver a crônica “Laicidade e desigualdade: a hipocrisia francesa”.

### *Sobre a situação migratória na Europa*

1. Ver a crônica “2007-2015: uma recessão interminável”.

### *Por um núcleo duro europeu*

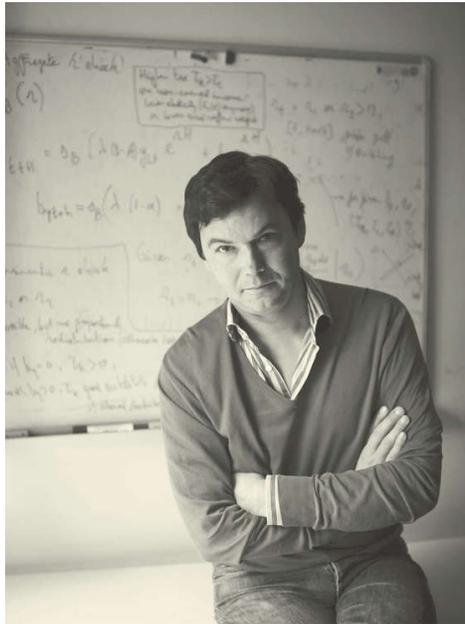
1. Ver a crônica “Mudar a Europa, agora”.

### *A Lei Trabalhista: uma grande salada*

1. Ver a crônica “CICE, a verruga de François Hollande”.

2. Christian Dustmann, Bernd Fitzenberger, Uta Schönberg e Alexandra Spitz-Oener, “From Sick Man of Europe to Economic Superstar. Germany’s Resurgent Economy”. *e Journal of Economic Perspectives*, vol. 28, nº 1, inverno 2014, pp. 167-188. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43193721>>, em inglês.

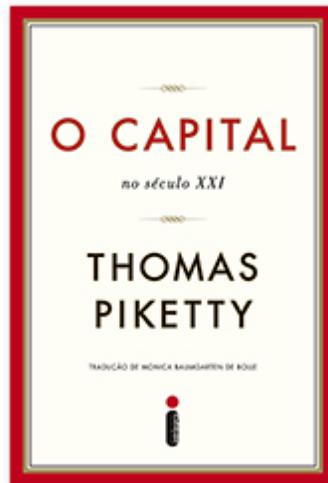
## *Sobre o autor*



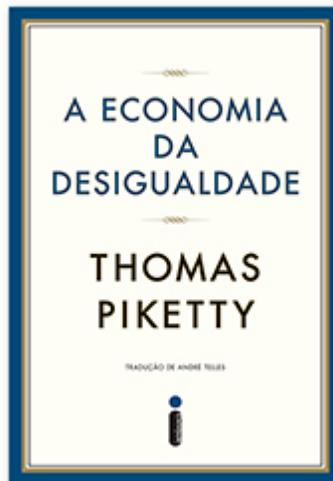
© Emmanuelle Marchadour

Formado pela London School of Economics e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales na França, Thomas Piketty foi professor de economia do MIT e hoje leciona na École d'Économie de Paris. Possui inúmeros artigos publicados nos principais periódicos especializados, como *Quarterly Journal of Economics*, *Journal of Political Economy*, *American Economic Review* e *Review of Economics Studies*. É autor também de diversos livros sobre economia e distribuição de renda, entre eles *O capital no século XXI*, eleito Livro do Ano do Financial Times e listado entre os dez melhores livros pela Veja em 2014, *A economia da desigualdade* e *É possível salvar a Europa?*, lançados pela Intrínseca. Por sua obra, recebeu em 2013 o Prêmio Yrjö Jahnsson, conferido pela Associação Europeia de Economia.

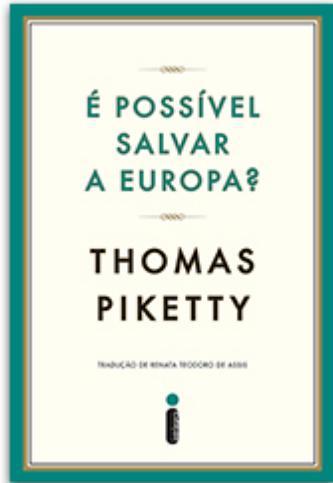
*Conheça outros títulos do autor*



*O capital no século XXI*



*A economia da desigualdade*



*É possível salvar a Europa?*

*Leia também*



*Garra*  
Angela Duckworth



*Ted Talks*  
Chris Anderson